



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO - PPGCULT**

IAGO SILVA DIAS

**TRABALHO INVISÍVEL, RESISTÊNCIA VISÍVEL: A TERRITORIALIDADE
E AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO INFORMAL DE MULHERES
VENDEDORAS AMBULANTES EM ARAGUAÍNA - TO**

**ARAGUAÍNA - TO
2025**

IAGO SILVA DIAS

**TRABALHO INVISÍVEL, RESISTÊNCIA VISÍVEL: A TERRITORIALIDADE
E AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO INFORMAL DE MULHERES
VENDEDORAS AMBULANTES EM ARAGUAÍNA - TO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult), nível mestrado acadêmico, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, vinculado à linha de pesquisa: Natureza, Poder e Territorialidades (L1), sob a orientação da **Profa. Dra. Renata Rauta Petarly**.

**ARAGUAÍNA – TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D541t DIAS, IAGO.

TRABALHO INVISÍVEL, RESISTÊNCIA VISÍVEL: A TERRITORIALIDADE E AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO INFORMAL DE MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES EM ARAGUAÍNA - TO / IAGO DIAS. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

137 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: RENATA RAUTA PETARLY.

1. MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES. 2. COMÉRCIO FEMININO AMBULANTE. 3. INVISIBILIDADE SOCIAL.

CD 301.09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



IAGO SILVA DIAS

**TRABALHO INVISÍVEL, RESISTÊNCIA VISÍVEL: A TERRITORIALIDADE
E AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO INFORMAL DE MULHERES
VENDEDORAS AMBULANTES EM ARAGUAÍNA - TO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do título de mestre.

Aprovado em 01 /08 /2025, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Renata Rauta Petarly
Orientadora e presidente da banca – UFNT/PPGCult

Profa. Dra. Luciméa Santos Lima
Membra examinadora interna

Prof. Dr. Filipe Vieira de Oliveira
Membro examinador interno

Prof. Dr. Cleiton Silva Ferreira Milagres
Membro examinador externo - UFT

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me permitir chegar até este momento em minha vida; à minha mãe, Zilma de Aquino, que me ensinou que o estudo seria fundamental para a minha vida – obrigada, meu amor. Dedico também ao meu esposo, Dr. Sávio Dias, por todo o apoio, força e por não me deixar desistir. Te amo.

Nem aos fortes, nem aos espertos.
Mais cedo ou mais tarde,
Quem cativa a vitória é aquele que crê
plenamente: Eu conseguirei.

Filosofia do Sucesso - **Napoleon Hill**

RESUMO

Este estudo investiga o trabalho informal exercido por mulheres vendedoras ambulantes em Araguaína - Tocantins, analisando a territorialidade, as relações de poder e as estratégias de resistência do comércio feminino ambulante no contexto pós-Reforma Trabalhista de 2017. A pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar, articulando cultura e território, com base em uma abordagem interseccional que considera as dimensões de gênero, raça e classe. Para o levantamento dos dados, adotou-se o método qualitativo da observação participante de nível moderado, conforme Spradley (1980), aliado a entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres atuantes no comércio ambulante local. A coleta foi registrada por meio de diários de campo e acompanhamentos em territórios urbanos, como bares, restaurantes e praças, onde essas mulheres desenvolvem suas atividades. Os resultados revelam que essas trabalhadoras enfrentam invisibilidade social e simbólica, além de barreiras materiais e simbólicas que limitam sua atuação em determinados espaços da cidade. A pesquisa destaca a importância das práticas cotidianas como formas de resistência e de produção territorial, mesmo diante da ausência de políticas públicas que reconheçam e regulamentem essa atividade itinerante. Ao destacar a atuação dessas mulheres e as complexas dinâmicas que estruturam seu cotidiano, o trabalho propõe reflexões sobre a necessidade de políticas inclusivas que reconheçam o trabalho informal como parte legítima da economia urbana e garantam condições dignas de atuação para essas trabalhadoras.

Palavras-chave: Economia popular, Comércio de rua, Precarização do trabalho, Interseccionalidade, Desigualdades sociais, Políticas públicas.

ABSTRACT

This study investigates the informal work performed by female street vendors in Araguaína, Tocantins, analyzing territoriality, power relations, and resistance strategies within the context of the post-2017 Labor Reform. Adopting an interdisciplinary perspective that integrates culture and territory, the research is grounded in an intersectional approach that considers the dimensions of gender, race, and class. Data were collected through a qualitative method involving moderate-level participant observation, as proposed by Spradley (1980), in combination with semi-structured interviews conducted with four women active in the local street trade. The research process included field diaries and the monitoring of daily activities in urban territories such as bars, restaurants, and public squares. The findings reveal that these workers face both social and symbolic invisibility, as well as material and symbolic barriers that restrict their access to certain city spaces. The study highlights everyday practices as acts of resistance and territorial production, even in the absence of public policies that formally recognize or regulate this itinerant activity. By shedding light on the role of these women and the complex dynamics that shape their daily experiences, this research offers reflections on the need for inclusive policies that acknowledge informal work as a legitimate component of the urban economy and ensure dignified working conditions for these laborers.

Keywords: Popular economy; Street commerce; Labor precarization; Intersectionality; Social inequalities; Public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronograma das observações realizadas no campo	72
Figura 2 – Localização do município de Araguaína - TO	78
Figura 3 – Lista de Bairros de Araguaína.....	78
Figura 4 – Zoneamento da Vila Aliança a partir do site da SEPLAN.....	86
Figura 5 – Zoneamento do Setor Noroeste a partir do site da SEPLAN.....	87
Figura 6 – Zoneamento do Setor Anhanguera a partir do site da SEPLAN.....	89
Figura 7 – Mapa das Áreas selecionadas para o Estudo de Campo	90
Figura 8 – “Espeto e Lanche 2” na Vila Aliança 15/06/2024	93
Figura 9 – Praça do Setor Noroeste 19/07/2024.....	96
Figura 10 – Veículos de clientes no canteiro central da Av. José de Brito Soares 10/08/2024	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - CULTURA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER NO COMÉRCIO AMBULANTE	20
1.1 - Vendas, espaços, território e a resistente territorialidade ambulante.....	25
1.2 - A cultura ambulante e as redes de conexão / disjunção no comércio informal...30	
1.3 - A fragmentada identidade ambulante	36
CAPÍTULO 2 – GÊNERO, RAÇA E INVISIBILIDADE FEMININA NO COMÉRCIO INFORMAL	42
2.1 – A mulher no mercado de trabalho.....	43
2.2 – As interseccionalidades no comércio informal	54
2.3 – Estereótipos, Políticas Públicas e a Invisibilidade Feminina.....	60
2.4 – Resistência Feminina Ambulante	68
CAPÍTULO 3 – OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DAS MULHERES VENDEDORAS AMBULANTES NA CIDADE DE ARAGUAÍNA – TO	71
3.1 – Proposta Metodológica	72
3.2 – Araguaína – TO e Legislação Municipal	80
3.3 – Detalhamento dos Locais de Estudo no Campo	88
3.4 – Observações no Campo.....	94
3.5 – Entrevistas e Discussão.....	105
3.5.1 – Entrevista 1: L.S.L – Vendedora de Brigadeiros	106
3.5.2 – Entrevista 2: Y.C.C – Vendedora de Bolos no Pote	109
3.5.3 – Entrevista 3: M.V.F.C & Companheiro – Vendedores de Cones Recheados	113
3.5.4 – Entrevista 4: M.J.P.S – Vendedora de Pimentas.....	117
3.6 – Tabela de Resultados Analíticos	121
CAPÍTULO 4 – (RE)ARTICULAÇÕES ENTRE TEORIA E CAMPO	123
4.1 – Historicidade e continuidade: das ganhadeiras às vendedoras ambulantes contemporâneas.....	124

4.2 – Interseccionalidade em ação: raça, gênero e posição econômica nas narrativas das entrevistadas.....	126
4.3 – Territorialidade, direito à cidade e práticas cotidianas de ocupação	128
4.4 – Resistência cotidiana, redes e práticas de solidariedade	130
4.5 – Regulamentação, códigos históricos e a atual lacuna municipal	132
4.6 – Observação participante e a validade interpretativa das quatro entrevistas.....	133
4.7 – Síntese analítico-teórica e Implicações Políticas a partir da articulação teoria-campo.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	152

INTRODUÇÃO

A reforma trabalhista, implementada no Brasil em 2017 por meio da Lei nº 13.467, emergiu como um divisor de águas nas relações de trabalho no país, reconfigurando as dinâmicas laborais e ampliando a precarização, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Ela flexibilizou normas, reduziu direitos históricos e intensificou a informalidade no mercado de trabalho. Não obstante, a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essas condições a partir de 2020.

A reforma trouxe mudanças significativas, como a prevalência dos acordos coletivos sobre a legislação trabalhista, a ampliação da terceirização e a criação de novas modalidades de contratação, como o trabalho intermitente. Essas alterações, embora justificadas pelo governo como necessárias para modernizar a economia e gerar empregos, resultaram em maior insegurança laboral, redução de salários e aumento da informalidade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a taxa de informalidade no mercado de trabalho atingiu quase 40% em 2022 e se manteve nesse patamar em 2023, representando mais de 39 milhões de brasileiros atuando na informalidade (IBGE, 2024).

Dentre esses trabalhadores, que hoje representam uma parte significativa da economia brasileira, destaca-se a presença de mulheres que, muitas vezes acompanhadas de seus filhos ou outros familiares, atuam como vendedoras ambulantes para garantir seu sustento e o de suas famílias, além de administrar uma dupla ou tripla jornada (dona de casa, esposa/mãe, empreendedora informal). Em 2019, cerca de 52% dos empreendedores informais no país eram mulheres (SEBRAE, 2019).

O relatório do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), intitulado “Nota Técnica: Reforma Trabalhista e os Impactos para as Relações de Trabalho no Brasil”, publicado em maio de 2017, apontou que, embora a reforma tenha sido justificada sob o argumento de que “o Brasil mudou desde 1943, quando a CLT foi criada. É preciso modernizar as relações de trabalho no Brasil, com novas modalidades de contratação que incluam novas formas de trabalho atuais”¹, ela resultou em uma precarização generalizada das relações de trabalho, com impactos negativos especialmente para os trabalhadores mais vulneráveis (DIEESE, 2017).

¹ Citação retirada do corpo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38 de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O DIEESE também chama atenção para o agravamento das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. Mulheres, negros e jovens foram os mais afetados pela precarização, já que estão mais presentes em ocupações informais e terceirizadas. A sobrecarga de trabalho doméstico e a falta de políticas de conciliação entre vida profissional e familiar foram apontadas como fatores que intensificaram a vulnerabilidade das mulheres no contexto pós-reforma.

Em dados atuais, o Boletim Especial do Dia da Consciência Negra, publicado pelo DIEESE em 20 de novembro de 2024 aponta para a inserção desigual, pois além da dificuldade em conseguir trabalho em geral, “os negros estão em postos de trabalho piores do que os demais trabalhadores e têm maior dificuldade de ascender profissionalmente. Quase metade dos ocupados negros estavam na informalidade: 46% das mulheres e 45% dos homens.” (DIEESE, 2024).

Dessa forma, a reforma trabalhista, segundo o DIEESE, intensificou a precarização das relações laborais, promovendo a erosão de direitos, o avanço da informalidade e o enfraquecimento dos vínculos empregatícios. Diante desse cenário, o relatório defende a revisão das mudanças e a necessidade de uma legislação trabalhista de cunho mais protetivo é necessária para assegurar um patamar mínimo de qualidade de vida aos trabalhadores, adoção de políticas públicas que assegurem trabalho decente, proteção social e maior igualdade de oportunidades, uma vez que “a prevalência do negociado sobre o legislado, na ausência de outras condições necessárias à plena realização do potencial das negociações coletivas, trará elevados riscos para os trabalhadores” (DIEESE, 2017).

Em se tratando do tipo de trabalho focado nesta pesquisa, isto é, a venda informal, e no contexto do recorte temporal realizado (após a reforma trabalhista), tem-se que o território, como um espaço de relações sociais e poder, pode exercer papel fundamental na configuração das experiências já estigmatizadas dessas mulheres, influenciando tanto suas práticas comerciais quanto suas interações.

O recorte temporal no período pós-reforma trabalhista é particularmente pertinente para este estudo, pois representou um desafio significativo não apenas para a empregabilidade das mulheres, mas também marcou um cenário de ruptura e readaptação, consideravelmente intensificado pela pandemia do COVID-19. A reforma trabalhista e a pandemia forçaram essas mulheres a se adaptarem rapidamente para garantir sua subsistência, evidenciando a resistência e a criatividade necessárias para sobreviver no comércio informal, mesmo que em condições precárias.

Araguaína – TO, cidade analisada nesta pesquisa, destaca-se como um relevante centro econômico e comercial, funcionando como polo regional e atraindo pessoas e negócios de municípios vizinhos e de estados próximos. Sua localização, no norte do Tocantins e próxima às divisas com Maranhão e Pará, confere-lhe papel estratégico no escoamento de produtos para diversas regiões do país. É atravessada pela BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), um dos principais eixos rodoviários nacionais, e dispõe de aeroporto, fatores que facilitam o transporte de mercadorias e de passageiros, reforçando sua importância logística na região.

De acordo com o IBGE (2024), Araguaína contou com uma população estimada de 181.493 habitantes em 2024. A cidade se destaca por ser referência regional em serviços de saúde e educação, atendendo não apenas a população local, mas também a de municípios vizinhos. Além disso, o comércio local conta com uma variedade de lojas, supermercados, bares, restaurantes e bancos.

De acordo com o Observatório DataMPE Brasil (2022), Araguaína contava com 6.451 estabelecimentos comerciais registrados em 2022, abrangendo setores como varejo, atacado, serviços e indústria. Só no setor de alimentação, conforme levantamento da plataforma Abrahão (2024), Araguaína possui 178 bares e restaurantes ativos, oferecendo uma diversidade gastronômica que vai desde a culinária típica regional até opções de cozinha internacional. Segundo análise técnica publicada pela plataforma OOBRA (2024), a cidade se destaca como um importante polo regional, exercendo influência econômica não apenas sobre o norte do Tocantins, mas também sobre áreas vizinhas do sudeste do Pará e do oeste do Maranhão.

Pinto et al (2024), fazem uma análise do crescimento de Araguaína como resultado de sua posição estratégica na BR-153 e da ferrovia Norte-Sul, tornando-se um polo logístico e de serviços. Desde sua emancipação em 1958, a cidade passou por um rápido desenvolvimento econômico, inicialmente impulsionado pela agropecuária e pela instalação de indústrias.

Entretanto, esse crescimento acentuou desigualdades socioespaciais, levando à formação de ocupações urbanas por populações marginalizadas, onde famílias de baixa renda, sem acesso ao mercado imobiliário formal, criaram comunidades autônomas, que Pinto et al (2024) descrevem como formas de resistência contra a exclusão imposta pelo mercado e pelo Estado.

Segundo os autores, o poder público frequentemente não reconhece esses territórios, deixando-os sem serviços essenciais, por isso, a prosperidade econômica de

Araguaína deve ser lida dentro de um cenário de exclusão social comum em nosso país. “Terra do boi gordo² e do povo magro, gritarão os movimentos sociais, na tentativa de explicitar que a riqueza produzida pela agropecuária na região não produz uma fartura igualitária na sociedade” (Pinto et al, 2024, p. 504).

Considerando esse contexto desafiador, emerge a necessidade de compreender as territorialidades das mulheres vendedoras ambulantes no cenário pós-reforma trabalhista, especialmente em cidades em franca expansão, que estão experimentando um rápido crescimento populacional, econômico e urbano, mas com desigualdades sociais também acentuadas. Dados do IBGE apontam entre 2010 e 2022, a população de Araguaína cresceu aproximadamente 13,8%, o que representa um aumento de cerca de 20.817 pessoas. Já de 2022 para 2024, a estimativa aponta um crescimento adicional de 10.192 habitantes, equivalente a um aumento de aproximadamente 5,95% em dois anos.

Diante disso, é oportuno questionar as relações de poder entremeadas entre os diversos espaços de convivência do município, como os 178 de bares e restaurantes que representam o território para o comércio exercido por essas profissionais informais, assim como pelos familiares que lhes acompanham.

A geógrafa e pesquisadora Teresa Barata Salgueiro considera que a atividade comercial é fundamental para a circulação do capital na economia. De acordo com ela, é por meio das vendas que o capital-mercadoria se transforma em capital-dinheiro, essencial para dar continuidade a novos ciclos produtivos (Salgueiro, 1989, p. 158).

Por conseguinte, do ponto de vista social, a autora abre margem para uma interpretação que vai além de uma simples troca — mediada por dinheiro — de bens e serviços entre indivíduos, empresas ou países. O comércio é uma relação que desempenha uma importante função social, promovendo o convívio entre as pessoas e a animação dos lugares, para além de ser um elemento decisivo na estruturação do espaço. “Aquela função permanece mesmo quando mudam as formas ou características dos estabelecimentos” (Salgueiro, 1989, p. 153).

No tocante ao comércio informal, Nogueira (2019) diz não haver consenso sobre a sua definição, sobretudo porque o conceito é compreendido como um gradiente de possibilidades que vai desde a plena formalidade até a plena informalidade. “Não há um

² Araguaína é frequentemente chamada de “capital econômica do Tocantins” devido à sua forte atividade comercial, industrial e agropecuária, sendo um dos principais polos econômicos da região. Além disso, recebe os apelidos de “terra do boi gordo” ou “capital do boi gordo” por seu destaque na pecuária de corte, setor que impulsiona a economia local e a torna referência nacional na produção e comercialização de gado.

conceito único, preciso, aceito por todos ou quase todos os autores, e provavelmente nunca se chegará a ele" (Pamplona, 2013, p. 228).

Os diversos conceitos de informalidade surgem em função dos diferentes objetivos de pesquisadores, bem como dos variados interesses sociais envolvidos. No entanto, como destaca Chen (2007, p. 1), apesar dos debates e críticas, o conceito de economia informal continua sendo útil para muitos formuladores de políticas públicas, ativistas e pesquisadores, pois consegue refletir uma realidade ampla e significativa.

De forma geral, o IBGE entende trabalho informal como aquele que não é registrado ou não segue as normas trabalhistas estabelecidas pela legislação vigente. Isso inclui a ausência de carteira de trabalho assinada, a atuação por conta própria não registrada, o trabalho familiar auxiliar, entre outros. Ou seja, são atividades realizadas por trabalhadores que não possuem CNPJ ou inscrição como MEI (Microempreendedor Individual), bem como aqueles que trabalham sem a contribuição para a previdência.

Todavia, para fins de delimitação da pesquisa, aqui entendemos o trabalho informal tal qual Pamplona (2013), como um conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas (critério da forma de organização da produção). As unidades produtivas informais inserem-se no interior do capitalismo, mas não se caracterizam como tipicamente capitalistas. O conjunto dessas atividades compõe o chamado setor informal.

Nelas, observa-se pouca ou nenhuma distinção entre a figura do trabalhador e a do proprietário dos meios de produção: em geral, o dono atua diretamente na produção, contando com o apoio de familiares e, eventualmente, de poucos empregados. O assalariamento, portanto, não constitui a base do funcionamento. Além disso, essas unidades não operam tendo a taxa de lucro como elemento central, mas sim o rendimento total obtido pelo proprietário. A prioridade está na subsistência familiar, e somente em seguida surgem preocupações com a continuidade do negócio ou com possíveis retornos de investimento.

Mais especificamente, Bhowmik (2005, p. 2.256) define um vendedor de rua como uma pessoa que oferece produtos para venda ao público sem ter uma construção, uma instalação permanente para tal fim. Os comerciantes de rua, ainda segundo o autor, podem ser fixos no sentido de ocuparem um espaço na calçada ou em outro lugar público/privado, ou móveis no sentido de se locomoverem de um lugar a outro carregando mercadorias em carrinhos ou em cestos sobre a cabeça.

Na literatura internacional, os ambulantes são comumente classificados na categoria "comerciantes de rua" (*street vendors*). Todavia, este trabalho rejeita a equivalência entre os termos "ambulantes" e "comerciantes de rua", uma vez que, entre as duas categorias, as dinâmicas, abordagens e estilos de vida possuem diferenças significativas. Os comerciantes de rua podem ser considerados feirantes, "donos" de bancas ou barracas com locais fixos e delimitados de atuação, que utilizam o sistema de venda direta. Por outro lado, os ambulantes se deslocam com maior frequência pelos espaços urbanos, almejando a conquista de territórios, ensejando experiências e práticas diferentes em sua atuação no comércio informal. A partir dessa condição, tem-se a importância do território no estudo dessas dinâmicas, como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento.

Raffestin (1993) considera que o território se incorporaria à apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores e que o conceito de território gira em torno do jogo de poder entre os atores que atuam num espaço, e como resultado dessas relações de poder, se definiria uma identidade relacionada a limites geográficos. O território, portanto, surge como resultado de uma ação social, neste caso o trabalho, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

Nesse sentido, neste trabalho se busca a compreensão das territorialidades dessas vendedoras a partir do entendimento do território como sendo construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores (Brunet, 1990). Todavia, ao mesmo tempo, nota-se a construção da cultura e identidade, que para o pensamento subjetivista, é antecedida da construção da diferenciação, a partir de fronteiras que os grupos se determinam, chamadas de fronteiras sociais simbólicas.

Na construção cultural e identitária do vendedor ambulante, portanto, essa fronteira simbólica ganha limites territoriais cujas identidades estão formadas com base em relações socioculturais, isto é, considera-se a pretensão da pesquisa voltada também para questionar uma prática de invisibilização dessas vendedoras e estudar territórios que não são frequentados ou mesmo evitados por elas, em razão de pretensas relações de poder que, em nossa visão, constituem "barreiras invisíveis" que as impedem de exercer seu trabalho em determinados espaços desta cidade. Nesse sentido, pode-se

compreender o território na visão de "espaço onde se projetou o trabalho (...) e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (Raffestin, 1993, p. 144).

A presença marcante de um número considerável dessas mulheres que vendem doces, tortas, petiscos e itens variados na rotina de bares e restaurantes pode ser constatada por qualquer araguanense ou turista que frequente a noite da cidade, uma vez que num intervalo de minutos enquanto se come um espeto ou um lanche várias mulheres já passaram oferecendo algo em uma cesta ou numa caixa térmica.

Muitas vezes, não foi possível ignorar ou deixar de perceber que essas mulheres são tratadas com desdém em alguns desses lugares. Algumas adotam abordagens mais intrusivas, enquanto outras preferem cumprimentar, se apresentar e contextualizar seus objetivos e motivos para estarem ali, vendendo de mesa em mesa. Ainda assim, podem ser ignoradas, rejeitadas ou mesmo desrespeitadas. É em razão desta problemática que essa pesquisa foi motivada, ou seja, para pensar as relações de poder que impactam suas vivências e seus espaços de socialização no exercício laboral pós-reforma trabalhista.

Uma vez que a pesquisa parte de uma perspectiva interdisciplinar sobre o comércio informal feminino, em particular as vendedoras ambulantes, com o olhar voltado para cultura e território, esta é relevante tanto do ponto de vista acadêmico quanto científico e social. Ao se fomentar um diálogo que mobilize o assunto em diferentes áreas do conhecimento e rompa com a hierarquia dos saberes, espera-se que, com a colaboração de teóricos de diferentes áreas como a sociologia, antropologia, economia, entre outras, se proporcione uma visão abrangente e multidisciplinar.

Nesse sentido, a pesquisa interdisciplinar nessa área contribui para ampliar o conhecimento sobre o comércio informal feminino, considerando suas particularidades e desafios em diferentes contextos urbanos e sociais, especialmente ao se estudarem as relações de poder que compõe seus espaços. Do ponto de vista social, a pesquisa interdisciplinar tem implicações importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e ações voltadas para a promoção de condições de trabalho dignas, inclusão social e desenvolvimento local sustentável, podendo fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que considerem as particularidades do comércio informal feminino, incluindo aspectos culturais e territoriais.

Por se tratar de um programa interdisciplinar, o PPGCULT acolhe esta pesquisa, que é compatível com a área de concentração "Natureza, Poder e Territorialidades", uma vez que se busca contribuir para o estudo das diversas tensões que são enfrentadas por mulheres no exercício do comércio informal, como a estigmatização, a falta de

regulamentação, a concorrência com o comércio formal, a repressão por parte das autoridades, o abandono e a falta de investimentos para sua melhoria de vida.

A investigação das lutas simbólicas travadas é de amplo valor, para que se revelem as desigualdades de gênero, bem como as transformações e impactos que o cotidiano após a ruptura causada tanto pela reforma quanto pela pandemia. Por isso, questiona-se como problema de pesquisa: como as vidas dessas mulheres são afetadas/moldadas/impactadas pelas lutas simbólicas, estigmas, desigualdades interseccionais e pela invisibilização no cotidiano do trabalho ambulante informal?

Para responder essa pergunta, teve-se como objetivo geral compreender as territorialidades de mulheres vendedoras ambulantes inseridas no contexto urbano do município de Araguaína - TO, enquanto processos de luta permeados por relações de poder. E, mais especificamente, guiado por proposições conceituais sobre cultura, território e territorialidade, objetivou-se: 1 - Investigar as relações de gênero presentes na atividade de venda ambulante; 2 - Examinar a territorialidade e as relações de poder do comércio ambulante feminino no contexto urbano do município de Araguaína; 3 - Analisar as lutas simbólicas, os estigmas e a invisibilização dessas mulheres por meio de uma observação participante com algumas dessas vendedoras.

Para se construir a pesquisa, fez-se necessário partir de um referencial teórico que possibilitou enxergar os aspectos conceituais relacionados às territorialidades, à identidade cultural, às relações de poder e, conseqüentemente, às questões de gênero, raça e invisibilidade dessas mulheres no contexto de suas vivências. A observação participante foi adotada como método central para estudar os estigmas e a invisibilização que essas mulheres enfrentam, tanto do ponto de vista social quanto por parte do poder público.

Utilizou-se principalmente os estudos de Raffestin (1993) para entender o território e as relações de poder, e de Hall (2006, 2016) para abordar a cultura e a identidade. Além disso, as contribuições de pesquisadoras como Soares (1996), Gonzalez (2020), Carneiro (2021) e Carneiro (2023) foram fundamentais para garantir uma abordagem interseccional, que considera raça, gênero, trabalho e invisibilidade no contexto das vendedoras ambulantes.

A proposta metodológica deste trabalho envolve uma abordagem qualitativa, com ênfase na observação participante, amparada em Spradley (1980), no nível de participação moderada, em que o pesquisador busca o equilíbrio entre estar “dentro” e “fora” da atividade estudada. Para este fim, foram realizadas observações participantes,

acompanhamento de vendedoras, elaboração de diários de campo e entrevistas semiestruturadas, com uma abordagem aberta que permitiu que as conversas fluíssem naturalmente. O objetivo foi capturar *insights*³ profundos sobre a cultura, o comportamento e as perspectivas das participantes, bem como as relações de poder que permeiam suas experiências.

A observação participante é uma metodologia que busca compreender práticas, valores e comportamentos humanos por meio da interação direta ou indireta em um ambiente específico. Neste estudo, ela foi utilizada para observar as interações, explorar as práticas, estratégias e desafios enfrentados pelas vendedoras ambulantes de Araguaína - TO, criando uma descrição compreensiva de suas realidades. O procedimento metodológico incluiu a imersão e acompanhamento do pesquisador no ambiente de atuação dessas mulheres, com o registro de suas ações e dinâmicas territoriais e as entrevistas em profundidade permitiram capturar informações subjetivas sobre suas perspectivas e experiências para complementar a compreensão do contexto.

No primeiro capítulo, discute-se o comércio informal no Brasil, partindo de proposições conceituais sobre cultura, território e territorialidade. Explora-se a formação de uma cultura e identidade ambulante, bem como as dinâmicas que compõem esse tipo de trabalho, incluindo técnicas, convenções e nuances inerentes. Dados e exemplos ilustram os pontos de análise, estabelecendo as bases para a discussão central sobre a atividade das vendedoras ambulantes em Araguaína - TO.

No segundo capítulo, investigam-se as questões de gênero, raça e invisibilidade feminina no comércio informal, problematizando a relação de trabalho e as desigualdades existentes. Questiona-se como as relações de poder operam para naturalizar estereótipos, tanto locais quanto individuais, e como moldam a percepção dos consumidores sobre essas mulheres, reduzindo-as a características estigmatizadas que desqualificam suas trajetórias e experiências.

Essa análise incorpora uma perspectiva teórica que considera os estigmas sociais e estereótipos (Goffman, 1988; Hall, 2016) como mecanismos de controle simbólico, associados à cor, gênero e posição socioeconômica dessas trabalhadoras. Através da lente das lutas simbólicas (Bourdieu, 2003), compreende-se que essas mulheres enfrentam disputas contínuas por reconhecimento, travadas não apenas no plano

³ Termo originário do inglês que se refere a uma compreensão súbita e profunda de uma situação, problema ou ideia. É uma percepção intuitiva se conecta de maneira inesperada.

econômico, mas também nos campos discursivo e cultural. Além disso, examina-se como a invisibilização social — entendida como processo estruturante que apaga a presença e a agência das mulheres negras e periféricas — contribui para a manutenção de um sistema de desigualdade que perpetua a precarização de suas condições de vida e trabalho, sobretudo no contexto pós-reforma trabalhista.

No terceiro capítulo, analisam-se as trajetórias das vendedoras ambulantes, a partir dos dados coletados por meio da observação participante, diários de campo e entrevistas. Nesse momento, examina-se a territorialidade e as relações de poder no comércio ambulante feminino, considerando aspectos como a ausência de regulamentação para o comércio informal no Município de Araguaína, bem como as práticas, arranjos e estratégias empregadas por essas mulheres.

As discussões dos dois primeiros capítulos constituem a base para a compreensão do terceiro, uma vez que a análise do comércio ambulante como um território de disputas e a investigação da invisibilidade feminina são fundamentais para aprofundar o debate empírico. Por fim, o quarto capítulo busca integrar essas dimensões, promovendo a amarração entre os aportes teóricos e os dados coletados em campo, demonstrando como as categorias analíticas dialogam com a realidade observada por meio da observação participante com as vendedoras ambulantes.

As mulheres que protagonizam esta pesquisa são vendedoras ambulantes que atuam nas ruas, bares e restaurantes da cidade de Araguaína – TO, ofertando produtos variados. Embora tenham perfis etários diferentes, elas enfrentam jornadas divididas entre o trabalho informal, as tarefas domésticas e os cuidados com filhos e familiares. Vivem sob condições de instabilidade econômica, e encontram na venda ambulante uma estratégia de sobrevivência e resistência. São sujeitas que constroem territorialidades próprias em espaços urbanos nem sempre acolhedores, enfrentando estigmas, vigilância, rejeições simbólicas e barreiras materiais.

São mulheres que performam a luta por dignidade, visibilidade e pertencimento nos interstícios da cidade, ocupando os espaços com seus corpos, vozes e mercadorias, mesmo diante das tentativas cotidianas de apagamento. Assim, esta pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais ampla das realidades enfrentadas, considerando o impacto da reforma trabalhista de 2017 e da pandemia em 2020, fornecendo subsídios para a criação de políticas públicas municipais (inexistentes até o momento desta pesquisa) que promovam e contribuam para proporcionar condições dignas de trabalho, inclusão social e desenvolvimento local sustentável.

1. CULTURA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER NO COMÉRCIO AMBULANTE

A palavra “ambulante” se origina do latim, a partir do verbo “*ambulare*”, que significa “andar” ou “mover-se de um lugar para outro”. O sufixo “-ante” é um participio presente em latim, que indica uma ação contínua ou habitual. Portanto, “ambulante” pode ser compreendido como “aquele que anda” ou “aquele que se move”. Ademais, o dicionário traz três definições: aquele ou aquela “que se locomove, anda ou está em posição de andamento”; “que se move ou é capaz de ser movido(a) de um lugar a outro”; “que não tem residência fixa”.

Nesse sentido, o termo “ambulante” passou a ser utilizado para descrever pessoas que se deslocam para exercer suas atividades. Mais especificamente no contexto comercial, os vendedores ambulantes são sujeitos que andam pelas ruas, praças e outros espaços públicos (e privados) para vender seus produtos. Sua característica mais explícita é o fato de não estar fixo em um único local, mas sim tornar-se uma espécie de “passageiro”, alguém que está “de passagem”, mais ainda porque a etimologia da palavra reflete essa característica essencial de mobilidade e movimento constante associada à prática do comércio.

Os vendedores ambulantes, por atuarem de maneira independente e, em muitos casos, contarem com a colaboração de familiares, integram o que Singer (1979) denomina setor autônomo da economia. Esse setor é formado por empreendimentos individuais voltados ao mercado, como pequenas atividades agrícolas, o comércio varejista, a prestação de serviços, o artesanato e o trabalho de profissionais liberais. Apesar de serem passíveis de substituição por empresas capitalistas, tais ocupações persistem, em parte, porque permitem o uso de mão de obra familiar sem remuneração, o trabalho domiciliar e a isenção de tributos em muitas situações. Ainda assim, segundo o autor, prevalece nesse segmento uma tendência à baixa remuneração.

Para Singer (1979), esse setor cumpre também o papel de absorver a mão de obra excedente em momentos de desemprego. As atividades que o compõem, no entanto, não despertam interesse de empresas capitalistas, seja porque não compensam os investimentos em tecnologia e pessoal, seja por operarem com produtividade reduzida. Em razão disso, o autor descreve os trabalhadores do setor autônomo como “desempregados disfarçados”, os quais enfrentam dificuldades de inserção no mercado

formal por fatores como baixa escolaridade, apego ao local de origem e discriminação relacionada a raça, gênero, idade ou condições de saúde física e mental.

Desse modo, o setor autônomo funciona como um espaço paralelo à economia capitalista: tende a expandir-se em períodos de crise e desemprego, mas, em fases de maior crescimento econômico, parte de sua força de trabalho é absorvida pela economia formal. Tavares (2006) reafirma isso, apontando que os trabalhadores do circuito inferior da economia são caracterizados por dependerem principalmente de sua força de trabalho, e não de capital, ressaltando que em alguns casos, utilizam apenas a mão-de-obra de amigos e familiares, raramente contratando ajudantes externos.

Isso indica que essas organizações familiares de trabalho informal não são tipicamente capitalistas, pois não há uma separação clara entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção (Tavares, 2006). Os proprietários trabalham com a ajuda de familiares, que raramente são remunerados. Nessa configuração, o uso do território ocorre através de ações compartilhadas no cotidiano, carregadas de uma intensa comunicação humana, com relações que são geradas localmente e possuem um caráter próprio e que são afetadas pelo poder.

A história do comércio ambulante no Brasil está profundamente entrelaçada com os processos de resistência e sobrevivência de grupos subalternizados, especialmente mulheres negras. Como pode ser visto a partir do estudo das ganhadeiras de Salvador no século XIX, realizado pela pesquisadora Cecília Moreira Soares, desde o período colonial, a informalidade foi uma alternativa para os sujeitos excluídos do mercado formal, sendo protagonizada, em muitos casos, por mulheres negras escravizadas ou libertas que utilizavam o comércio como estratégia de sustento e conquista de uma pretensa autonomia. (Soares, 1996).

Essas mulheres, majoritariamente negras, desenvolviam atividades comerciais em espaços urbanos, vendendo alimentos e serviços diversos, atuando como agentes econômicas centrais na sociedade da época. O sistema de ganho, no qual escravizadas podiam exercer atividades remuneradas e reter parte do lucro, possibilitava a construção dessa relativa autonomia e, em alguns casos, a compra da própria alforria (Soares, 1996).

Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, **as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo.** (...) O mapeamento dos pontos de venda das negras mostra que **estavam espalhadas pela cidade em locais estratégicos.** Encontravam-se em áreas de intensa movimentação comercial, como a praça do Comércio e o

Caes Dourado, mas também em áreas de caráter residencial (...). (Soares, 1996, p. 62, grifo nosso).

As ganhadeiras, portanto, subverteram a lógica da dominação ao ocupar o espaço urbano com suas vozes, corpos e mercadorias, construindo redes de solidariedade e estratégias de resistência que ecoam até os dias de hoje. Essa raiz histórica evidencia que a informalidade, especialmente quando protagonizada por mulheres negras, não é um fenômeno recente ou meramente conjuntural. É uma prática que se inscreve em processos históricos de exclusão, mas também de luta por presença e pertencimento nos territórios urbanos, em meio às relações de poder.

As negras de ganho tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo enfrentar de maneira peculiar às flutuações do mercado e às medidas de vigilância e controle social. (...) O tipo de atividade discutido neste artigo pressupunha a liberdade de circulação e uma permanência demorada nas ruas. Esta “regalia” **possibilitou às negras a construção de um universo próprio**, formado por elas mesmas, seus fornecedores e clientes africanos. Uma rede econômica que também era social e até política. **Construir esse universo dependeu das oportunidades oferecidas pelo mercado, do interesse do senhor e sobretudo da ousadia em lançar-se nas incertezas da vida cotidiana de uma sociedade escravista e discriminadora, e aí conquistar algum espaço.** (Soares, 1996, p. 70-71, grifo nosso).

O poder, segundo Raffestin (1993), não é uma substância ou objeto, mas uma relação que ocorre em sistemas de interação mediados por elementos materiais ou imateriais. Seu objetivo é dominar homens e coisas, controlando população, território e recursos, sendo percebido apenas através de relações que o estruturam e o conectam ao espaço, pois “presente em cada relação, na curva de cada ação: **insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais** para infiltrar-se até o coração do homem” (Raffestin, 1993, p. 52, grifo nosso).

No entanto, sob uma perspectiva que articula as dimensões de gênero e raça, a filósofa e escritora Sueli Carneiro, na obra “Dispositivo de Racialidade”, propõe uma leitura do poder a partir da experiência da mulher negra, compreendendo que o racismo estrutural constitui um dispositivo que opera tanto na exclusão material quanto simbólica dos corpos negros. Para Carneiro (2023), o poder não está apenas na estrutura formal do Estado ou das instituições, mas se manifesta também nas práticas discursivas, nos estigmas, na negação do humano e na deslegitimação da presença negra em determinados espaços.

Essa abordagem é fundamental para entender como a presença das vendedoras ambulantes negras nos espaços urbanos é constantemente tensionada. Não se trata

apenas da informalidade enquanto ausência de regulamentação, mas de uma informalidade racializada e generificada, marcada por camadas de opressão que operam na tentativa de invisibilizar, criminalizar ou normatizar suas existências. As estratégias utilizadas por essas mulheres para acessar os territórios – desde o conhecimento dos fluxos urbanos até a forma de abordagem dos clientes – revelam não apenas táticas de sobrevivência, mas também formas de resistência a um ordenamento urbano que frequentemente lhes nega o direito à cidade.

Portanto, o comércio ambulante praticado por essas mulheres não pode ser reduzido a uma atividade econômica marginal. Mais à frente, ao inserirmos essa discussão dentro do campo das territorialidades e das relações de poder, é possível compreender como essas mulheres redesenham os limites da cidade, imprimem seus modos de vida nos espaços urbanos e reivindicam, com seus corpos em movimento, o direito de existir, trabalhar e resistir.

Dito isto, neste trabalho entendemos “ambulante” conforme apresentado por Pamplona (2013, p 230). Trata-se de uma trabalhadora geralmente autônoma que comercializa diretamente com o consumidor (varejo) produtos variados, frequentemente de menor valor, ou oferece serviços, principalmente de alimentação, em locais públicos como ruas, calçadas, praças e jardins. Essas trabalhadoras operam fora de estabelecimentos comerciais, tendo como característica principal a mobilidade, deslocando-se carregando suas mercadorias, com ou sem autorização oficial.

A habilidade de certas vendedoras ambulantes é notável, especialmente pela forma como conseguem selecionar as áreas e percorrer espaços (inclusive privados). Utilizam diversas técnicas, desde a abordagem direta e persuasiva até a exploração da curiosidade e do desejo dos potenciais clientes. Muitos não se intimidam com as áreas internas de bares e restaurantes; simplesmente entram, indo de mesa em mesa, tentando concretizar a comercialização de seus artigos pois, “(...) quando o sujeito conhece como o território é usado e sabe que, nessa rua passam 500 mil pessoas por dia, então é ali que ele vai vender suas balinhas” (Silveira, 2008, p. 11).

Alguns pedem autorização aos proprietários, enquanto outros preferem arriscar e iniciar as vendas correndo o risco de que eventualmente alguém os expulse. O interessante é observar como o objetivo de vender é tão central que faz com que vejam o privado como apenas mais um espaço a ser conquistado. É importante pensar se essas limitações ou “barreiras” podem ser percebidas como obstáculos a serem superados, revelando um possível desejo de transgressão constante.

(...) a ocupação dos passeios públicos pelos pequenos comerciantes não é recente, é um processo que foi evoluindo ao longo dos anos, mas só agora se presencia seu crescimento vertiginoso, capaz de chamar a atenção dos grandes comerciantes e demais agentes locais, públicos ou privados (Da Silva, 2012, p. 99).

No entanto, como veremos posteriormente nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, nem todas as barreiras são iguais; algumas são mais revestidas, mais rígidas, quase impenetráveis. Essas barreiras são construídas por relações de poder, tão fortes que às vezes inibem até a própria tentativa de transgressão. Alguns restaurantes, por exemplo, parecem ser facilmente acessíveis, enquanto outros emanam uma atmosfera impenetrável, uma barreira invisível que reflete o poder e a exclusividade do espaço, criando um desafio ainda maior para os vendedores ambulantes. “O verdadeiro poder se desloca para aquilo que é invisível em grande parte, quer se trate de informação política, econômica, social ou cultural” (Raffestin, 1993, p. 203).

Por isso, o ato de "vender" destes ambulantes transcende a simples transação comercial; tal como apresentado por Salgueiro (1989), o comércio é um elemento decisivo na estruturação do espaço. Por isso, vender é uma verdadeira estratégia de navegação e ocupação de territórios, onde o poder se manifesta na capacidade de criar redes de relações e influências, apropriando-se do espaço e transformando-o em um recurso estratégico para sustentar modos de vida, resistir a exclusões e reafirmar presenças sociais e econômicas.

O poder se manifesta por ocasião da relação. **É um processo de troca ou de comunicação** quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: **o campo do poder** (Raffestin, 1993, p. 53, grifo nosso).

Uma vez que a relação realizada para a concretização da venda em si, pode ser vista como um processo de troca ou comunicação que cria o campo do poder, o ato de vender se torna uma atividade que exige a habilidade de identificar, explorar e muitas vezes desafiar os limites dos espaços públicos e privados. A capacidade de percorrer esses espaços é fundamental para o sucesso de suas vendas, pois cada um deles apresenta suas próprias oportunidades e desafios.

Como veremos, para se navegar nas áreas públicas, se faz necessária uma adaptabilidade para lidar com a concorrência direta (chegar cedo, oferecer primeiro, etc.). Já nos espaços privados, como bares e restaurantes, a dinâmica muda. Aqui, eles devem lidar com a vigilância dos proprietários e a receptividade dos clientes, o que

pode variar. Como mencionado, alguns ambientes são mais receptivos, quase convidativos, enquanto outros são protegidos por barreiras de exclusividade, pois “o poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele” (Raffestin, 1993, pg. 159).

1.1 – Vendas, espaços, território e a resistente territorialidade ambulante

Conforme explica Raffestin (1993, pg. 143), espaço e território não são sinônimos. O território é o resultado da ação conduzida por um ator sintagmático – que em nosso caso consiste no vendedor ou vendedora ambulante – em qualquer nível. A apropriação do espaço por parte do ator (que nesse caso o faz abstratamente) é que “territorializa” o espaço. Ou seja, tem-se que bares, restaurantes, espaços públicos ou privados em que as “barreiras” não podem ser transpostas pelo ambulante consistem meros espaços, enquanto os lugares em que circulam e projetam o seu trabalho (mesmo que à contenda do poder exercido) torna-se território, “(...) uma produção, a partir do espaço” (pg. 144).

O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou o trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, pg. 143-144).

Destaca-se a analogia feita pelo autor, que trabalha uma visão do território como uma “prisão”. As ditas barreiras, – tal qual os muros das prisões – podem ser formais, como leis e regulamentações, ou informais, como a pressão social e a resistência da comunidade. Ao conseguirem “construir suas próprias prisões”, os vendedores ambulantes produzem sua própria subsistência, por meio da resistência. Quanto mais restrições enfrentam, mais difícil se torna manter uma renda estável. Portanto, é evidente a relação vital entre o território e as nuances do comércio ambulante.

O território é também um produto “consumido”, ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. (...) A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus “produtos” (Raffestin, 1993, pg. 8).

Essa relação entre o ato de vender e o território é também uma questão de mapeamento social. Como veremos em sede de entrevista, os vendedores sabem identificar onde estão as maiores chances de sucesso, conhecem os horários de maior movimento e entendem (também pela própria experiência) quais tipos de

estabelecimentos são mais permissivos. Essa leitura dos espaços (eventuais territórios) é essencial para otimizar suas rotas e, claro, suas vendas.

Existe toda uma estratégia de ocupação que se inicia sempre por uma ocupação física sutil, com pequenas malas ou bolsas abertas ou entreabertas sobre o solo e, depois gradativamente, vão anexando estruturas mais fixas ou semifixas em um terreno físico mais expressivo. (Da Silva, 2012, p. 85)

Nestes moldes, é possível compreender o que nos trouxe Raffestin (1993), quando trabalha o quão dispendioso é o domínio de um território em termos de energia. O geógrafo nos diz que a quantidade de informação pode ser medida pela quantidade de energia necessária para transmitir uma unidade de informação.

Essa conexão fundamental entre energia e informação é crucial para entender como a comunicação e o processamento de dados funcionam eficientemente. “(...) O domínio de um território supõe a transmissão de informação, a relação com a energia é muito significativa, sendo que o controle real depende, entre outras coisas, da energia à disposição” (Raffestin, 1993, pg. 44).

Conforme a análise de Singer (2003), que estudou a realidade dos trabalhadores brasileiros nas décadas de 1970 e 1980, o setor autônomo – no qual se inserem os vendedores ambulantes – foi composto majoritariamente por indivíduos em situação de desemprego que passaram a se multiplicar no país. Esse crescimento esteve associado a diferentes fatores: o êxodo rural em direção às cidades; os avanços tecnológicos relacionados às máquinas e aos computadores; a carência de qualificação adequada para operar tais tecnologias; a ausência de políticas ou estruturas de acesso à formação profissional; além da intensificação da concorrência decorrente da abertura dos mercados no contexto da globalização, o que aprofundou ainda mais os processos de exclusão social. Ou seja, tanto em Singer (2003) quanto em Soares (1996), a informalidade é uma resposta à exclusão estrutural, seja ela motivada por processos modernos de transformação do capitalismo, seja por heranças históricas do colonialismo e da escravidão.

As razões apontadas por Singer (2003) também se relacionam ao trazido Raffestin (1993), especialmente no que diz respeito às dinâmicas de poder envolvidas. A migração de trabalhadores da zona rural para a zona urbana, impulsionada pelo crescimento industrial, intensificou a pressão sobre os espaços urbanos. Segundo Raffestin, o território é construído por relações de poder, e a chegada desses novos trabalhadores informais gera disputas pelo espaço nas cidades, e ao se inserirem no

comércio informal, muitos migrantes passam a ocupar áreas públicas, criando novas territorialidades que desafiam as normativas estatais de controle sobre o uso do solo.

No contexto do Tocantins, a dinâmica de ocupação urbana e rural apresenta características que transcendem o simples êxodo rural em busca de melhores condições de vida nas cidades. O processo de urbanização no estado foi profundamente moldado pelas políticas de desenvolvimento regional e pela expansão do agronegócio. A ocupação do território seguiu estratégias estatais voltadas à integração de áreas pouco povoadas e à modernização econômica, com destaque para a introdução da monocultura de grãos, como soja e arroz. Esse avanço da fronteira agrícola impulsionou a migração de populações rurais para centros urbanos, gerando profundas transformações nas dinâmicas sociais e econômicas (Santos e Palmeira, 2019).

Conforme Santos e Palmeira (2019), esse processo de urbanização ocorreu em paralelo à desestruturação de atividades tradicionais, como a agricultura familiar, que perdeu espaço às grandes lavouras mecanizadas. As populações camponesas, frequentemente expulsas de suas terras, buscaram refúgio em pequenos centros urbanos, muitas vezes em condições precárias. Essa realidade escancarou a contradição entre o crescimento econômico proporcionado pelo agronegócio e a estagnação nos indicadores sociais, revelando que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não foi acompanhado por melhorias significativas na qualidade de vida da população local (Santos e Palmeira, 2019).

O avanço do agronegócio, especialmente por meio da expansão da monocultura de soja e do estímulo a grandes latifúndios, tornou-se um dos principais vetores da migração de trabalhadores para áreas urbanas. Políticas públicas, como incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, contribuíram para a concentração de terras e o deslocamento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, forçados a abandonar o campo devido à perda de terras e à degradação ambiental causada por práticas agrícolas intensivas (Santos e Palmeira, 2019).

Essa lógica de desenvolvimento baseada no agronegócio reforçou desigualdades sociais e exclusão, beneficiando prioritariamente o capital agropecuário em detrimento das populações locais. Em municípios analisados por Santos e Palmeira (2019), os desafios sociais permanecem significativos, evidenciando que o discurso de progresso associado à expansão agrícola não se concretizou em benefícios proporcionais para as comunidades afetadas pela migração rural e pela urbanização consequente. Assim, o

modelo de ocupação territorial no Tocantins continua a reproduzir contradições entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social inclusivo (Santos e Palmeira, 2019).

O avanço tecnológico, que substituiu muitos trabalhadores por máquinas, levou ao aumento da informalidade, como observado por Singer (2003). Desse modo, aqueles excluídos do mercado formal acabam recorrendo ao comércio ambulante, reconfigurando as territorialidades urbanas por meio da ocupação de espaços públicos e da criação de suas próprias dinâmicas de sobrevivência. Essas novas territorialidades desafiam a organização tradicional do espaço urbano e alteram as relações de poder locais.

Outro fator relevante é a falta de qualificação profissional e o agravamento da exclusão social, elementos que, de acordo com Singer (2003), foram exacerbados pela globalização e pela concorrência internacional. Em resposta a essas dificuldades, muitos recorrem ao comércio informal, atuando em territórios instáveis e negociando constantemente suas posições com o Estado, os consumidores e outros trabalhadores informais.

Entretanto, como aponta Carneiro (2023), a exclusão social de mulheres negras vai além das dinâmicas econômicas e institucionais discutidas por Singer (2003), que a compreende como consequência da informalidade e da precariedade estrutural do mercado de trabalho. Para Carneiro (2023), trata-se de um processo mais profundo, ancorado em um dispositivo de racialidade que, de forma ontológica, define quem pode ser reconhecido como sujeito e quem é lançado à invisibilidade.

No caso das vendedoras ambulantes negras, a informalidade não é apenas uma resposta à crise, mas expressão de um ordenamento racial que historicamente limita o acesso ao espaço público e ao reconhecimento social. Essa lógica não apenas exclui do trabalho formal, como também nega a essas mulheres o estatuto de sujeitos políticos e epistêmicos, perpetuando um sistema que produz e legitima sua marginalização. Ou seja, o que em Singer (2003) é descrito como um processo de exclusão estrutural, em Carneiro (2023) ganha contornos ainda mais profundos: trata-se de um sistema que não apenas nega direitos, mas produz e legitima a marginalidade de determinados corpos.

Nesse contexto, a marginalização territorial se intensifica, uma vez que os ambulantes, ao ocuparem as ruas, consolidam práticas territoriais que são frequentemente desafiadas e reconfiguradas, reforçando, assim, a complexidade das territorialidades nas cidades. As razões elencadas por Singer (2003), Soares (1996) e Carneiro (2023) não apenas promovem o crescimento da informalidade, mas também

moldam os territórios e as territorialidades ambulantes, que, conforme Raffestin (1993), são fruto de relações de poder em constante transformação, tensionadas entre o controle institucional e as práticas cotidianas dos informais.

Por conseguinte, a presença dos vendedores ambulantes em espaços privados pode ser vista como uma reivindicação de território. Eles desafiam a ideia de que certos espaços são inacessíveis, forçando uma reavaliação constante dos limites entre o público e o privado, pressionando a construção de mais uma “prisão” (Raffestin, 1993, p. 143-144) permeada por relações de poder. E ao conseguirem vender em espaços aparentemente impenetráveis, mostram, na prática, que essas barreiras podem ser transpostas, mesmo que temporariamente e mesmo que dentro de um “universo próprio” tal qual trazido por Soares (1996, p. 71).

Este “universo próprio” constituído pelas ganhadeiras, como descrito por Soares (1996, p. 71), pode ser lido como uma forma de produção de ordem social e saber alternativo – algo que a perspectiva de Sueli Carneiro (2023) ajuda a entender como resistência à colonialidade do saber e à epistemologia branca dominante.

A transposição dessas barreiras não ocorre sem custos, e é essencial reconhecer as violências, explícitas e implícitas, que acompanham esse processo. Segundo Bourdieu (1998), a violência se manifesta de forma implícita em práticas cotidianas e discursos, especialmente entre os grupos marginalizados. Existe, nesse caso, não apenas violência estrutural decorrente da desigualdade econômica e da precarização do trabalho, mas também da violência institucional. São violências simbólicas e sociais que ocorrem manifestas no estigma associado à informalidade, na invisibilidade de seu papel econômico e na desvalorização de sua presença nos espaços urbanos. Além disso, Carneiro (2023) denuncia como violência epistêmica — a negação de seus saberes e práticas como formas legítimas de conhecimento e organização social.

Essa multiplicidade de violências evidencia que, ao romperem as barreiras para acessar espaços considerados exclusivos, essas mulheres o fazem à custa de sua saúde física e mental, de sua segurança e, muitas vezes, de sua dignidade. Assim, é fundamental evitar a romantização de sua luta cotidiana, pois ela está profundamente marcada por esforços exaustivos e pela resistência em um cenário de desigualdade persistente, uma vez que para rompê-las é necessário um exercício constante de territorialidade⁴.

⁴ Para Raffestin (1993), a territorialidade pode ser definida como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo (...) uma ‘soma’ das relações mantidas

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “**vivido**” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “**vivem**”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (Raffestin, 1993, pg. 158-159, grifo nosso)

O ato de vender, portanto, não é apenas uma questão econômica, mas também uma prática política, social e espacial. É uma negociação (energia) constante com o território, uma dança entre conformidade e resistência, que revela muito sobre as dinâmicas de poder e acesso nos diferentes espaços urbanos. De acordo com as proposições de Foucault, destacadas por Raffestin: “onde há poder, há resistência (...)” (1993, p. 54). Todavia, enquanto Raffestin (1993) compreende o território como produção social mediada por relações de poder, Carneiro (2023) nos lembra que essas relações são atravessadas por dispositivos de racialidade que estruturam quem pode ou não habitar determinados territórios como sujeito pleno.

1.2 – A cultura ambulante e as redes de conexão / disjunção no comércio informal

Em virtude dessas circunstâncias, não há como deixar de se observar que existe um conjunto de práticas, valores, conhecimentos e modos de vida que são desenvolvidos em torno dessa atividade. Os profissionais informais desempenham um papel não só econômico, mas também cultural e social nas comunidades urbanas. Pensamos, então numa cultura ambulante, já que “a ligação economia-cultura não é fortuita, pois todo fenômeno cultural é sustentado pelas relações econômicas” (Raffestin, 1993, pg. 193).

O cotidiano dos ambulantes nas cidades brasileiras é marcado por intensas interações e redes de solidariedade que se estabelecem como mecanismos de resistência diante das adversidades do trabalho informal. Estudos, como o de Barroso (2012), demonstram que esses trabalhadores não atuam de forma isolada, mas constroem relações coletivas de cooperação, trocando estratégias de venda, protegendo-se

por um sujeito com o seu meio” (pg. 160). Por se tratar de uma “soma”, entendemos que podem ser postas em prática no contexto ambulante, por ser revestido de suas características próprias (investidas, enfrentamentos e adaptabilidade com base na experiência) nos espaços almejados como territórios por estes sujeitos. A territorialidade seria, portanto, “**vivida**” pelos ambulantes, como sujeitos de um grupo que, em nossa visão, almeja modificar as relações sociais e moldar os espaços conforme suas necessidades.

mutuamente da repressão e criando laços de confiança que sustentam suas práticas no espaço urbano.

No campo das estratégias de venda, os ambulantes desenvolvem táticas criativas e altamente adaptadas ao contexto da rua. Segundo Maciel e Ferrari (2004), essas estratégias envolvem não apenas discursos persuasivos e uso de slogans chamativos, mas também abordagens performáticas que tornam a presença do vendedor uma espécie de espetáculo cotidiano. Ao analisar vendedores do Recife, os autores observam o uso frequente de frases de efeito, apelativos publicitários improvisados e até paródias musicais como forma de atrair clientes e destacar-se no ambiente ruidoso da cidade.

Freire (2020), ao investigar a atuação dos chamados “baleiros” em ônibus urbanos de Salvador, constatou que os consumidores tendem a valorizar abordagens bem-humoradas e criativas, em detrimento de apelos emocionalmente apelativos ou religiosos, revelando a importância da construção simbólica da interação na decisão de compra.

A linguagem dos vendedores ambulantes, por sua vez, constitui um repertório comunicativo rico e multifacetado, que articula elementos verbais e não verbais em uma performance expressiva. Gabriel (2021) mostra que essa linguagem inclui desde pregões melódicos e gírias locais até gestos exagerados e expressões faciais que intensificam a mensagem verbal.

Trata-se de uma forma de comunicação moldada pela oralidade e pela criatividade popular, que se encaixa na perspectiva da “folkcomunicação⁵” proposta por Beltrão (1971, p. 70). Em consonância, Cordeiro (2023) observa, em pesquisa com ambulantes no sistema BRT de Belo Horizonte, que esses sujeitos utilizam estratégias comunicativas para negociar sua presença nos espaços urbanos, performando posturas de receptividade e domínio do ambiente que lhes permitem atrair clientelas e escapar da invisibilidade social. O teórico cultural Stuart Hall explica a importância da linguagem na produção de sentidos e, portanto, na construção de significados:

(...) cultura diz respeito a “significados compartilhados”. Ora, a linguagem, nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum a linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais (Hall, 2016, p. 17).

⁵ “o conjunto dos processos comunicacionais espontâneos dos grupos marginalizados, por meio dos quais eles criam, adaptam e reproduzem conteúdos próprios, a partir de sua cultura popular, oralidade e expressões simbólicas.” (Beltrão, 1971, p. 70)

A cooperação visando a sobrevivência e a segurança de seus produtos faz com que esses atores desenvolvam códigos e sinais específicos para se comunicarem entre si, especialmente em ambientes movimentados onde a comunicação verbal pode ser difícil. Esses códigos podem incluir sinais com as mãos para indicar a chegada de clientes, a necessidade de ajuda ou para alertar sobre a presença de fiscalização.

A entonação da voz também é um elemento crucial na comunicação. Eles modulam o tom de voz para transmitir entusiasmo, confiança e credibilidade, ajustando-o conforme a situação e a reação do cliente. Como dito, a repetição de certas palavras e frases é outra técnica comum, usada para reforçar a mensagem e garantir que ela seja ouvida em meio ao ruído ambiente.

O sentido é produzido dentro da linguagem, dentro e por meio de vários sistemas representacionais que, por conveniência, nós chamamos de “línguagens”. O sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação. Ele é construído pela **prática significativa**, isto é, **aquela que produz sentidos** (Hall, 2016, p. 54, grifo nosso).

Sendo assim, é inegável que esse grupo de indivíduos produzem significados coletivamente e os compartilham ativamente. De acordo com Hall (2016), cultura não se trata unicamente de um conjunto de coisas que representam um grupo, mas sim um conjunto de práticas. Para o autor, é a produção e o intercâmbio de sentidos que possibilita afirmar que os dois sujeitos pertencem à mesma cultura. Isso se dá porque eles interpretam o mundo e produzem sentidos da mesma forma ou de maneira semelhante.

Argumenta-se que cultura não é tanto um conjunto de *coisas* - romances e pinturas ou programas de tevê e histórias em quadrinhos -, mas sim um conjunto de práticas. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – o “compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que **eles interpretam o mundo de maneira semelhante** e podem expressar seus pensamentos e sentidos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “dêem sentido” às coisas de forma semelhante (Hall, 2016, p. 20, grifo nosso).

Essa cultura ambulante também herda traços de um passado histórico de resistência negra e feminina, como apontado por Soares (1996) ao estudar as ganhadeiras. A linguagem simbólica, os códigos coletivos e os saberes compartilhados entre as vendedoras ambulantes atuais se articulam com aquelas práticas de circulação, venda e autonomia construídas no século XIX pelas mulheres negras que ocupavam

estrategicamente os espaços urbanos para sustentar suas famílias e afirmar sua presença em uma sociedade escravista e excludente. Há, portanto, uma continuidade histórica que reforça a dimensão cultural e política dessa prática comercial.

A rede de significados criada entre ambulantes não apenas permite sua adaptação ao ambiente urbano, mas revela a constituição de uma cultura negra de resistência que se ancora em práticas de circulação, oralidade, solidariedade e negociação simbólica. Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas, resistem à violência epistêmica que, como alerta Carneiro (2023), opera na negação das epistemologias negras e populares no espaço público urbano. Reconhecer essas práticas como legítimas formas de cultura e conhecimento é essencial para superar leituras romantizadas ou meramente economicistas da informalidade.

No contexto das dinâmicas culturais entre os ambulantes, observa-se a formação de um senso de identidade coletiva alimentado por referências compartilhadas — como origens sociais, regionais e linguísticas semelhantes — que operam como códigos culturais comuns. Esses códigos estruturam não apenas os modos de pensar e agir, mas também as formas de sentir, interpretar e dar sentido à experiência cotidiana. Tal como propõe Hall (2016, p. 23), “membros da mesma cultura compartilham conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante”. Nesse sentido, o cotidiano dos ambulantes é atravessado por sistemas de representação que reforçam vínculos entre eles, ainda que, em contraste, a relação com os consumidores revele, muitas vezes, choques de percepção e valores, resultado da ausência de códigos culturais partilhados.

Esse choque cultural se manifesta nos conflitos territoriais. Enquanto o vendedor enxerga a ocupação do espaço público ou privado como uma necessidade legítima para oferecer seus produtos, o consumidor, em posição de maior poder, pode perceber essa ocupação como uma invasão ou um incômodo. Esse embate entre o direito de ocupar para vender e o desejo de consumir sem ser abordado revela como as relações de poder e as diferenças culturais são continuamente negociadas e contestadas nesses espaços.

Ademais, como veremos nas entrevistas realizadas, em famílias que possuem tradição na atividade, existe uma transmissão de conhecimentos e práticas de geração em geração, incluindo técnicas de preparo de alimentos típicos (salgados, bolos e doces, por exemplo) e habilidades artesanais para a produção daquilo que vendem. Isso reflete a diversidade cultural das áreas onde operam, promovendo um intercâmbio cultural ao oferecer produtos de diferentes regiões e etnias.

A interação cotidiana entre vendedores e clientes, embora possa ocasionalmente criar redes de conexão baseadas em confiança e reciprocidade, não reflete uma realidade uniforme. Esses momentos positivos não anulam as tensões e os conflitos inerentes ao cotidiano das vendedoras ambulantes. Nem todos os clientes são aliados ou amigos; como veremos nas entrevistas realizadas, muitas vezes, o encontro com consumidores é marcado por humilhações, desprezo ou mesmo hostilidade.

Essas dinâmicas revelam que as redes criadas são mais fragilizadas e circunstanciais do que uma relação estável de comunidade, sendo permeadas por códigos sociais que tanto facilitam como reforçam desigualdades e vulnerabilidades. “Os atores agem num conjunto coerente, no seu sentido etimológico, que precisa recorrer a códigos imanentes à própria ação” (Raffestin, 1993, pg. 45), mas tais códigos frequentemente refletem a hierarquia de poder que define as interações nesses territórios.

O pensamento de Raffestin (1993) sobre redes, tessituras e território pode ser relacionado de forma profunda ao comércio ambulante. Para os ambulantes, a representação do espaço não é apenas uma questão física, mas também uma estratégia de ação e interação dentro do ambiente urbano. Eles não apenas ocupam fisicamente pontos estratégicos nas ruas, mas também estabelecem nós de comércio onde interagem com clientes, concorrentes e autoridades municipais. Esses pontos de venda e interação formam redes dinâmicas que conectam diferentes locais e pessoas através do fluxo de mercadorias, informações e relações sociais.

A prática espacial dos vendedores, mesmo sendo muitas vezes informal e adaptativa, resulta em uma produção territorial. Isso significa que eles não apenas ocupam espaços, mas também os transformam e adaptam conforme suas necessidades e estratégias de mercado. A tessitura desses territórios ambulantes é formada pela complexa interação entre os pontos de venda, os percursos dos vendedores, as interações com clientes e os ajustes necessários para lidar com desafios como regulamentações municipais e competitividade local.

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. (...) Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. (...) A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a **sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem**

no espaço e que constituem, de algum modo, o território (Raffestin, 1993, pg. 150-151, grifo nosso).

A distância, como conceituada por Raffestin, não se limita à física, mas abrange também as interações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorrem entre os vendedores ambulantes e seu entorno urbano. As interações criam sistemas de malhas e redes que se entrelaçam no espaço, definindo de maneira única o território ambulante. Assim, o autor também corrobora a possibilidade de compreender o comércio ambulante não apenas como uma atividade econômica, mas também como um processo complexo de produção territorial que molda e é moldado pelas dinâmicas urbanas contemporâneas.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder (Raffestin, 1993, pg. 151).

Diametralmente opostas às redes de conexão, na qual os elementos estão interligados por fluxos contínuos de interação, comunicação ou movimento, temos as redes de disjunção, em que a estrutura espacial contém elementos separados ou desconectados uns dos outros. Por isso, onde há fragmentação ou isolamento espacial, há uma rede de disjunção. Isso pode ocorrer devido a barreiras físicas, como estruturas urbanas segregadoras, ou as já mencionadas barreiras sociais e econômicas impostas pelos atores dominantes, que limitam o acesso e a interação entre diferentes partes de um espaço urbano. Isso se dá porque “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder dos atores dominantes” (Raffestin, 1993, pg. 157).

Sendo assim, uma rede de disjunção se percebe quando os ambulantes enfrentam restrições de mobilidade ou acesso a determinadas áreas da cidade, devido a regulamentações municipais mais rígidas ou quando os espaços privados exercem poder suficiente para que estes sejam segregados, impedidos de “territorializar” por força das fronteiras/barreiras (invisíveis) construídas pelo poder.

Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção (Raffestin, 1993, pg. 156-157).

Diante dessa perspectiva, ao se avaliar como as relações de poder influenciam o comércio informal, especialmente no tocante a determinar quais espaços podem e não podem ser ocupados e territorializados pelo comércio ambulante, entende-se que Raffestin (1993) reúne um corpo teórico compatível com o que esta pesquisa propõe, viabilizando o norteamento de uma discussão sobre as relações de poder nessa atividade.

1.3 – A fragmentada identidade ambulante

Uma vez evidente o quão dinâmica é a interação do comércio ambulante na sociedade, promovendo um frenesi entre ocupação e vivência dos espaços públicos e privados, facilitando a inclusão social e proporcionando acesso a produtos e serviços para diversas camadas da população, podemos pensar sobre como a organização das barracas e rotas, a escolha dos produtos e a interação com os clientes são expressões de identidade, contribuindo para a diversidade cultural do ambiente urbano.

Stuart Hall, um dos mais influentes teóricos culturais, entende a identidade como um conceito fluido e em constante transformação, não fixo nem essencialista. Em vez de ser uma entidade estável, a identidade na pós-modernidade é vista como um processo contínuo de construção que é moldado pelas condições históricas, sociais e culturais. Para Hall (2006), a identidade é formada na “interseção” de práticas discursivas, significados e posições de poder. Isso significa que a identidade é sempre negociada e renegociada no contexto de relações sociais dinâmicas.

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (Hall, 2006, pg. 12).

Como já repisado, os vendedores ambulantes operam em contextos urbanos dinâmicos e multifacetados, onde a necessidade de adaptação constante é uma característica central de sua existência. Assim como Hall descreve o sujeito pós-moderno, os vendedores ambulantes também não possuem uma identidade fixa ou permanente. Sua identidade é continuamente formada e reformada através das

interações diárias, negociações econômicas e contextos culturais variados que encontram nas ruas.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). **É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos**, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2006, pg. 13, grifo nosso).

Os vendedores ambulantes assumem diferentes identidades em diferentes momentos, dependendo das demandas do ambiente ao seu redor. Por exemplo, um vendedor pode ajustar sua abordagem de venda, linguagem e comportamento dependendo do cliente, da localização (espaço ou território) ou das condições econômicas do dia. Isso reflete a ideia de Hall de que a identidade é uma “celebração móvel”, concepção que se aplica à mobilidade inerente ao comércio ambulante, sempre em transformação em relação às representações culturais e interpelações que encontram.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 2006, pg. 13).

Nesse sentido, é possível considerar que tais códigos culturais e linguagens, hoje presentes entre ambulantes, constituem também uma forma de herança e continuidade de práticas de resistência racializadas, que produzem sentidos e territorialidades fora das estruturas institucionais. Como destaca Carneiro (2023), o poder se exerce não apenas na exclusão econômica, mas no silenciamento de saberes, de linguagens e de formas de existência negras. Assim, o comércio ambulante pode ser entendido como lugar de produção de sentido e, ao mesmo tempo, campo de disputa ontológica e epistêmica.

Hall também enfatiza a ideia de que a identidade é uma construção discursiva. Ela não existe independentemente do discurso, mas é criada e sustentada através dele. Assim, as narrativas e representações culturais desempenham um papel crucial na formação da identidade. A fragmentação da identidade, portanto, é evidente na vida dos vendedores ambulantes. Eles podem experimentar identidades contraditórias, como ser um empreendedor independente enquanto enfrenta a marginalização econômica e social.

As múltiplas identidades que assumem não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, mas são respostas adaptativas às exigências imediatas e variáveis de seu ambiente.

Aplicando o pensamento de Stuart Hall à ideia de uma “identidade ambulante”, especialmente no contexto dos vendedores ambulantes, podemos entender que essas identidades são formadas e reformuladas constantemente através das interações cotidianas, das negociações econômicas e das práticas culturais. Os vendedores ambulantes operam em espaços públicos onde múltiplas culturas, classes sociais e histórias se encontram. Suas identidades são moldadas pelas complexas dinâmicas de poder, pela mobilidade espacial e pela necessidade de adaptação a diferentes contextos e demandas dos consumidores.

Nesta pesquisa, entendemos que a diferenciação entre “cultura ambulante” e “identidade ambulante” pode ser entendida a partir da forma como esses conceitos se relacionam com o coletivo e o individual, respectivamente, bem como com suas dinâmicas de adaptação e expressão nos contextos urbanos, fundamentando-se em uma articulação entre as ideias de Michel de Certeau e Stuart Hall.

À luz de Certeau (1990), os sujeitos cotidianos, frequentemente invisíveis, utilizam táticas criativas para ressignificar e se apropriar dos espaços urbanos sob estruturas dominantes. Para o autor, práticas ordinárias (como neste caso: a organização das barracas, o traçado de rotas, estratégias de venda e os códigos de comunicação) podem ser considerados exemplos de “criações anônimas” que desafiam e subvertem a lógica funcionalista imposta pelas regulamentações e pela sociedade disciplinar.

Nesse sentido, compreendemos a cultura ambulante como o conjunto de práticas, valores, estratégias e conhecimentos compartilhados pelos vendedores ambulantes enquanto grupo. Um fenômeno coletivo que engloba elementos como os métodos de organização, as rotas de circulação, os códigos de comunicação verbal e não verbal, e as práticas comerciais adaptadas ao ambiente urbano. Esses aspectos criam um senso de pertencimento e conexão entre os vendedores, estabelecendo uma herança cultural própria e distinta. Ademais, como vimos em Hall (2016), essa cultura, não é estática; é moldada e reconfigurada continuamente pelas condições socioeconômicas e interações com consumidores e autoridades.

Por outro lado, a identidade ambulante está ligada ao indivíduo e à sua experiência subjetiva e fragmentada no contexto do comércio ambulante. Inspirada pelas ideias de Stuart Hall, a identidade ambulante é fluida, moldada pelas condições históricas, culturais e sociais, e continuamente negociada no dia a dia. Trata-se de um

processo dinâmico que reflete a necessidade de adaptação às demandas do ambiente, às interações com diferentes clientes e às pressões do espaço urbano, algo perceptível no contexto pós-reforma trabalhista de 2017 e da pandemia do COVID-19 em 2020. Assim, enquanto a cultura ambulante proporciona uma base comum para a prática coletiva, a identidade ambulante é mais fragmentada e variável, moldada pelas experiências únicas de cada vendedor em diferentes contextos.

Essa identidade, ao mesmo tempo em que responde às exigências contemporâneas, carrega também uma herança histórica de resistência. Como demonstrado por Soares (1996), as ganhadeiras, mulheres negras que atuavam no comércio ambulante na Salvador do século XIX, não apenas vendiam produtos, mas afirmavam sua existência em espaços urbanos marcados por exclusão. Essa tradição de presença e resistência se reflete nas práticas das vendedoras ambulantes atuais, que ao mesmo tempo em que constroem identidades fluidas e adaptativas, também reivindicam, simbolicamente, o legado de quem ousou ocupar espaços interditados desde a escravidão.

Esses conceitos entram em relação ao considerar as diferenças culturais entre vendedores e consumidores. Enquanto a cultura ambulante sustenta práticas coletivas que permitem a ocupação de espaços e o enfrentamento de desafios, a identidade ambulante revela as adaptações individuais necessárias para navegar as relações de poder que frequentemente colocam os vendedores em posição de desvantagem frente aos clientes.

Além dessas adaptações individuais, é preciso reconhecer que essas identidades são também racializadas, ou seja, formadas dentro de um sistema social que atribui sentido aos corpos e práticas com base em marcadores de raça. Como aponta Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade não apenas exclui materialmente, mas também apaga a possibilidade de reconhecimento ontológico de certos sujeitos – especialmente mulheres negras – como agentes legítimos. A identidade ambulante, nesse sentido, não é apenas fragmentada; ela é produzida sob tensão constante, marcada pela negação de existência plena em determinados espaços, onde esses corpos são, muitas vezes, tolerados apenas como presença funcional ou descartável.

Por exemplo, a tensão surge quando consumidores de maior poder aquisitivo, que ocupam os espaços como clientes, entram em conflito com os ambulantes, cuja necessidade de subsistência os leva a desafiar essas dinâmicas territoriais. Portanto, enquanto a cultura ambulante representa a força coletiva, a identidade ambulante reflete

a luta individual de cada vendedor para sobreviver e se afirmar em um contexto marcado por desigualdades e vulnerabilidades.

É importante reafirmar que essas identidades múltiplas são também atravessadas por formas de violência epistêmica, como descreve Carneiro (2023), que se manifesta na negação dos saberes, histórias e práticas que sustentam essa existência ambulante. Os corpos que vendem na rua, sobretudo os corpos negros e femininos, são frequentemente desautorizados não apenas por sua informalidade, mas por pertencerem a um sistema simbólico que os coloca como “fora do lugar”. A fragmentação da identidade, assim, é também uma resposta à pressão histórica de apagamento cultural e existencial.

A “identidade ambulante” precisa constantemente adaptar suas práticas, discursos e até suas auto-percepções para se adequar às novas situações, às diferenças e desafios que encontram. “A diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais (...)” (Hall, 2006, p. 54). Esta adaptabilidade é, em si, uma forma de identidade que se configura pela flexibilidade e pela capacidade de negociar e ressignificar a própria existência em um espaço urbano dinâmico. Assim, conclui-se que a identidade dos vendedores ambulantes é um processo dinâmico e relacional, formado na interseção de diversas influências e práticas discursivas que refletem a natureza complexa e mutável da vida urbana.

O comércio ambulante revela uma complexa relação entre cultura, território e poder, evidenciada pela mobilidade e adaptabilidade dos vendedores em espaços urbanos. Com base no norteamento fornecido por Carneiro (2023), Raffestin (1993) e Soares (1996), nossa análise do comércio ambulante destaca que mais importante do que saber onde os vendedores estão é compreender onde eles não podem ou não conseguem estar, pois esses sujeitos não têm acesso irrestrito a qualquer espaço; sua presença é delimitada por barreiras moldadas por relações de poder que determinam os limites de sua atuação.

Ainda que transformem os espaços que ocupam em territórios ao projetarem seu trabalho neles, esse processo ocorre em constante tensão com os espaços onde sua presença é negada, seja por regulamentações, vigilância ou exclusão social. A territorialização dos vendedores ambulantes, portanto, envolve não apenas a adaptabilidade e a negociação com os espaços que podem acessar, mas também a constante exclusão e as restrições de raça e gênero impostas em outros espaços, revelando a profunda desigualdade na interação entre espaço, território e poder.

A cultura ambulante emerge como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos compartilhados entre esses sujeitos. Eles desenvolvem estratégias de venda, linguagens específicas e formas de comunicação não verbal que facilitam a interação com os clientes e entre si. Essas práticas culturais não são apenas uma resposta às exigências econômicas, mas também refletem um processo de construção e compartilhamento de significados.

Sendo assim, assumem diferentes identidades dependendo das demandas do ambiente e das interações sociais e econômicas do dia a dia. Essa identidade fragmentada e móvel é uma resposta às complexas dinâmicas urbanas, onde os vendedores precisam se adaptar constantemente para sobreviver e tentar alcançar seus objetivos.

Diante disso, torna-se evidente que os vendedores ambulantes não apenas compartilham práticas e conhecimentos no exercício de seu trabalho, mas também constroem uma cultura própria e distinta. Esta cultura ambulante gira em torno de uma identidade fragmentada, que não só sustenta suas atividades econômicas, mas também enriquece o tecido social e cultural das comunidades urbanas onde operam.

2. GÊNERO, RAÇA E INVISIBILIDADE FEMININA NO COMÉRCIO INFORMAL

Como já exposto, o comércio informal após a reforma trabalhista tem se consolidado como um espaço de trabalho para mulheres, especialmente no contexto brasileiro, marcado por desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero. No cenário após o início da pandemia do COVID-19, essas desigualdades se tornaram ainda mais evidentes, exacerbando as vulnerabilidades já presentes.

O relatório “Superando Desafios” produzido pela Oxfam Brasil e publicado em julho de 2024 é unânime em afirmar que 46,1% da população negra ocupada está na informalidade e que mulheres negras ganham 61,6% a menos que não negras (OXFAM, 2024). A estimativa atual é que mais de 16 milhões de mulheres trabalhem no mercado informal brasileiro, desenvolvendo seu próprio negócio como meio de subsistência, as chamadas “trabalhadoras por conta própria” (G1, 2024).

Outro relatório atual, o Boletim Especial 8 de Março de 2024 – Dia Internacional da Mulher intitulado “Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes” desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, apontou que a pandemia afetou mais as trabalhadoras mulheres. Enquanto a participação dos homens voltou ao nível anterior à crise sanitária, elas sentiram mais dificuldades para voltar ao mercado de trabalho e enfrentaram taxas de desemprego mais altas. Durante a pandemia, por exemplo, algumas mulheres assumiram tarefas adicionais nos domicílios (como o cuidado de outras pessoas). Outras perderam postos de trabalho em atividades mais afetadas pela crise (comércio, restaurantes e serviços) e, mesmo com a retomada da economia, muitas ainda não conseguiram se recolocar (DIEESE, 2024).

Nesse sentido, o comércio ambulante tornou-se uma alternativa viável para a sobrevivência dessas mulheres que tanto sofreram após a reforma trabalhista e o início da crise sanitária e buscam meios de prover para suas famílias vendendo produtos variados nas ruas de suas cidades. De acordo o relatório do DIEESE, 26,4% das trabalhadoras por conta própria estão no comércio, atividade que abriga um enorme contingente de mulheres negras, sem acesso à proteção da lei, o que as coloca em uma posição de vulnerabilidade ampliada pela informalidade de sua atividade, pelas desigualdades de gênero, raça e classe, e pela ausência de políticas públicas que protejam seus direitos (DIEESE, 2024).

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo investigar as interseções entre gênero, raça e invisibilidade feminina no comércio informal, problematizando as relações de trabalho e as desigualdades estruturais que afetam as vendedoras ambulantes. A análise proposta neste capítulo busca questionar como as relações de poder operam para naturalizar estereótipos tanto locais quanto individuais, levando o olhar do consumidor a reduzir essas mulheres a determinadas características preconcebidas e limitadoras.

A construção social dessas vendedoras é frequentemente filtrada por representações estereotipadas de gênero e raça, o que contribui para a manutenção de sua invisibilidade social e econômica, evidenciando como a combinação de discriminação de gênero e racismo resulta em uma exclusão estrutural que afeta diretamente o reconhecimento e a valorização dessas trabalhadoras, pois “ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está” (Gonzalez, 2020, p. 175). Além disso, exploramos as adversidades adicionais impostas pelas políticas de promoção da redução de direitos e da crise sanitária global.

Analisar o papel das mulheres no mercado de trabalho, especificamente no contexto de vendedoras ambulantes informais, exige uma abordagem interseccional que considere gênero, raça, classe e invisibilidade feminina, pois essas dimensões se entrelaçam de maneira complexa, influenciando suas experiências.

O fator gênero é fundamental, já que mulheres, de modo geral, enfrentam desafios específicos no mercado de trabalho, como desigualdade salarial, dupla jornada e maior vulnerabilidade a empregos informais e precários. No caso das vendedoras ambulantes, esses desafios são intensificados pela ausência de direitos trabalhistas, segurança social e apoio institucional.

Ao se incorporar a perspectiva racial, o quadro se torna ainda mais complexo. Como vimos, mulheres negras são frequentemente as mais afetadas pela informalidade, encontrando-se na interseção de múltiplas formas de discriminação. O racismo estrutural, aliado ao sexismo e às dificuldades econômicas, posiciona essas mulheres em condições de maior vulnerabilidade. Elas possuem menor acesso a recursos financeiros, educação formal e oportunidades de formalização no mercado de trabalho. Assim, a interseccionalidade revela como as desigualdades de raça e classe se sobrepõem e intensificam as discriminações enfrentadas por essas mulheres, limitando ainda mais suas oportunidades e seu potencial de ascensão social. Como disse Gonzalez (2020):

No caso das ocupações manuais, persistem as desigualdades entre negras e brancas. Quase a metade da força de trabalho feminina e mais da metade das mulheres negras estão empregadas no setor de serviços ou são trabalhadoras autônomas ou trabalhadoras familiares não remuneradas na agropecuária. No setor de serviços, encontramos o “lugar natural” da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Já os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias, onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração. (Gonzalez, 2020, p. 177).

Outro aspecto que julgamos relevante abordar neste capítulo é a invisibilidade feminina, que caracteriza o trabalho das vendedoras ambulantes. A informalidade as coloca fora do radar de políticas públicas e de programas de desenvolvimento social e econômico, o que resulta em sua exclusão dos estudos econômicos e das iniciativas que visam a inclusão no mercado formal. Segundo Marques (2024), “a economia informal (...) contribui para a perpetuação de um vórtice de desigualdade e exclusão social, uma vez que os trabalhadores informais não têm conhecimento ou programas de treinamento que permitam a entrada no mercado de trabalho formal”.

Quando a informalidade e a precarização do trabalho se combinam com os marcadores de invisibilidade (gênero, raça e classe), essa situação se agrava ainda mais, tornando-as quase inexistentes aos olhos do Estado e das instituições que poderiam oferecer suporte. Assim, mulheres negras e de baixa renda que atuam no comércio ambulante raramente são vistas como sujeitos dignos de proteção estatal, direitos sociais plenos ou inclusão em programas de capacitação. Conforme Crenshaw (2002):

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (Crenshaw, 2002, p. 174).

Conforme preconizou Lélia Gonzalez, é fundamental nutrir-se de fontes diversas, evitando o confinamento a um único campo disciplinar, de modo a possibilitar conexões e interpretações capazes de sustentar uma análise densa – hoje reconhecida como interseccional. Moviada por uma inquietação que orientava sua perspectiva sobre o feminismo negro, a autora aprofundou-se nas pesquisas acerca da situação econômica

da mulher negra e tornou-se referência para diversos movimentos sociais, sobretudo antirracistas e feministas (Gonzalez, 2020).

O olhar interseccional permite compreender como essas múltiplas opressões se intensificaram após a reforma trabalhista, revelando também as estratégias de resistência e adaptação adotadas para sobreviver em um cenário cada vez mais adverso, possibilitando uma compreensão mais profunda e completa das dinâmicas de poder e exclusão que afetam as vendedoras ambulantes no presente, permitindo investigar não apenas as barreiras que enfrentam, mas também as especificidades de suas trajetórias e formas de lidar com a marginalização social e econômica.

Abordar esses temas é fundamental para esta pesquisa, pois tal estudo ajusta nosso olhar de forma mais precisa, preparando-nos para o capítulo final. Nele, serão analisados os resultados da observação participante realizada em pontos estratégicos da cidade de Araguaína, onde o comércio ambulante se desenvolve. Além disso, a abordagem interseccional permite uma interpretação mais aprofundada das entrevistas realizadas com as vendedoras ambulantes, método central para a compreensão dessa atividade e suas nuances, indo além da superfície, capturando as complexas interações sociais e econômicas que moldam o cotidiano dessas trabalhadoras.

2.1 - A mulher no mercado de trabalho

O contexto histórico da mulher no mercado de trabalho revela uma trajetória marcada pela segregação ocupacional e pelas funções tradicionalmente desvalorizadas atribuídas ao gênero feminino. Historicamente, enquanto as mulheres burguesas eram confinadas ao ambiente doméstico, as mulheres das camadas populares sempre tiveram uma inserção maior no mundo do trabalho, ainda que esse trabalho fosse frequentemente precarizado e informal.

Como vimos anteriormente, Soares (1996) nos apresenta como o trabalho informal foi um dos principais caminhos de resistência das mulheres negras escravizadas do século XIX em Salvador, especialmente através da atuação das chamadas “ganhadeiras”. Essas mulheres, muitas vezes escravas de ganho, exerciam atividades como a venda de alimentos, roupas, louças e produtos de subsistência nas ruas da cidade, contribuindo não apenas para a própria manutenção, mas também para a economia urbana da época. “Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da

cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo” (Soares, 1996, p. 62).

Soares (1996) ainda destaca que, mesmo em condições de extrema opressão, essas mulheres encontraram no comércio informal uma possibilidade de mobilidade social e autonomia relativa, já que parte dos lucros obtidos era destinada à compra de suas alforrias. Outro aspecto relevante é que essas práticas comerciais eram heranças de tradições africanas, nas quais o comércio feminino era amplamente disseminado, o que reforça a dimensão cultural e ancestral dessas estratégias de sobrevivência.

(...) comercializavam produtos como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendedeiras conseguiam mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano, retirando desses negócios o necessário para a sobrevivência e até alcançando alguma prosperidade (Soares, 1996, p. 59-60).

Soares (1996) também observa que, no decorrer do século XIX, foi possível perceber a persistente atuação do poder público no sentido de limitar a participação de negros e mulatos – tanto libertos quanto escravizados, especialmente os de origem africana – nas atividades comerciais. Toda e qualquer prática de comércio precisava ser submetida à autorização da Tesouraria Municipal, órgão encarregado da arrecadação de tributos e da fiscalização das ocupações consideradas parte da economia “informal”. Cabia a essa instância conceder ou recusar as licenças necessárias para o exercício dessas atividades.

Soares (1996) conclui que, apesar das constantes perseguições, extorsões de agentes públicos (fiscais) e de particulares (“sabichões”) e da desvalorização social de suas ocupações, as ganhadeiras foram agentes fundamentais na construção de redes econômicas e sociais que garantiram não apenas a sobrevivência, mas também formas de resistência e afirmação identitária em um contexto marcado por violência e exclusão no século XIX em Salvador.

Como argumenta Gonzalez (2020), a resistência das mulheres negras à opressão racista e sexista não se constitui como mero ato reativo, mas como práxis cotidiana e histórica de reexistência. Desde o período colonial, essas mulheres têm elaborado formas próprias de enfrentamento, criando estratégias econômicas, culturais e políticas para garantir a sobrevivência de si e de suas comunidades.

No início do século XX, conforme observado por Soihet (2001), as mulheres das classes populares no Rio de Janeiro estavam envolvidas em diversas atividades

econômicas de baixo prestígio à época, como lavadeiras, doceiras, bordadeiras, e em outros trabalhos informais. Essas ocupações, embora fundamentais para a sobrevivência das famílias, eram desvalorizadas e reforçavam a ideia de que o trabalho feminino era uma extensão das responsabilidades domésticas, enquanto o trabalho remunerado e formal era associado ao homem.

A segregação ocupacional, ou seja, a divisão entre os tipos de trabalho que são considerados “adequados” para mulheres e homens, consolidou-se durante a modernização da sociedade, associando o trabalho feminino a funções ligadas ao cuidado e ao serviço. Essas ocupações, como o serviço doméstico e o cuidado de crianças, eram vistas como uma extensão dos papéis domésticos tradicionais da mulher e, por isso, foram menos valorizadas socialmente e economicamente.

Era usual que meninas ainda crianças ou adolescentes mudassem-se para a casa de famílias para trabalhar como criadas, o que se mantém depois da introdução de relações assalariadas de trabalho. O significado do trabalho doméstico na vida dessas jovens negras se associava a uma dinâmica que Julia Zanetti e Mônica Sacramento (2009) chamam de identidades entrecortadas, marcadas por pertencimentos como raça, sexo e geração, que acabavam somatizando a situação de exclusão social em que viviam (Teixeira, 2021, p. 24).

De acordo com Carneiro (2011), as mulheres negras no Brasil estão majoritariamente inseridas nos segmentos mais precarizados do mercado de trabalho, ocupando posições como autônomas, trabalhadoras familiares, empregadas domésticas ou em funções informais sem registro em carteira, o que evidencia sua maior vulnerabilidade socioeconômica.

(...) o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub humana no espaço doméstico (Carneiro, 2011, p. 119).

Mesmo nos casos em que as mulheres produziam para o mercado, como lavadeiras ou doceiras, seus trabalhos eram considerados periféricos e de menor importância. Com a aceleração da industrialização no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, houve uma expansão da participação feminina no mercado de trabalho. Conforme Bruschini (1990) aponta, essa inserção foi impulsionada principalmente pela necessidade econômica, à medida que o aumento das expectativas de consumo e a urbanização levaram as famílias a buscarem complementos de renda.

No entanto, essa entrada no mercado não eliminou a segregação ocupacional. As mulheres continuavam a ser concentradas em funções menos valorizadas e mal remuneradas, como no setor de serviços e em trabalhos manuais que, embora exigissem habilidades, eram considerados inferiores, fazendo com que o trabalho doméstico se tornasse um meio de inserção no mercado.

A combinação de precárias qualificações para o mercado de trabalho formal dessas mulheres com a insuficiência de vagas nos locais de destino para absorver as demandas migratórias por ocupação contribuiu para que o trabalho doméstico se tornasse uma das opções mais contundentes para as mulheres. Além disso, nos anos 1970 e 1980, quando ocorreu uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho formal, a demanda por trabalhadoras domésticas também cresceu (Silvia; Oliven, 2010, p. 8.783-92 apud Texeira, 2021, p. 30-31).

Essa entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho formal no Brasil nos anos 1970 e 1980, revelou uma dinâmica que reforçava desigualdades de gênero e raça. Enquanto mulheres brancas passaram a ocupar, em maior número, posições no mercado formal, a demanda por trabalhadoras domésticas cresceu para suprir as atividades domésticas dessas mulheres que agora exerciam funções fora de casa. Essa transição evidenciou uma hierarquia racial no trabalho: as mulheres negras, historicamente excluídas do acesso a empregos formais valorizados, foram relegadas majoritariamente ao trabalho doméstico, reforçando sua posição subalternizada. Conforme trouxe Carneiro (2011):

Quando empregadas, as mulheres negras ganham em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. As mesmas fontes governamentais já citadas demonstram o tamanho das desigualdades. O rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos assim se distribui: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6; o homem negro, 2,9; a mulher negra, 1,7. (Carneiro, 2011, p. 120).

Tal realidade é analisada por Gonzalez (2020), que aponta como o racismo estruturante na sociedade brasileira perpetuou essa divisão do trabalho, naturalizando a associação de mulheres negras ao serviço doméstico e limitando suas oportunidades no mercado formal. Lélia Gonzalez afirma que “a empregada doméstica não é muito diferente da ‘mucama’ de ontem” (Gonzalez, 2020, p. 85), evidenciando como a herança escravocrata permanece operante nas estruturas sociais e laborais, restringindo a ascensão das mulheres negras e delimitando seus papéis a funções servis.

Como vimos, a reforma trabalhista e a pandemia de COVID-19 também exacerbaram essa condição de precarização. Muitos dos trabalhos femininos,

especialmente no setor informal e nos serviços de cuidado, foram severamente afetados pela reforma e pela crise, revelando mais uma vez a fragilidade das políticas de proteção e o descaso com essas trabalhadoras. Mesmo com o aumento de escolaridade observado nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para ascender no mercado de trabalho formal, sendo muitas vezes relegadas a funções precarizadas e com menos reconhecimento.

Dados do relatório “O Vírus da Desigualdade” elaborado pela Oxfam Brasil em 2021 revelaram que a pandemia gerou desigualdades em todos os países do mundo. Todavia, as mulheres, a população negra e integrantes de grupos étnicos minoritários são os que mais sofrem. As mulheres foram as que mais perderam empregos durante a pandemia em todo o mundo e a população negra foi a que mais se contaminou e teve o maior índice de mortes devido à COVID-19 no período (Oxfam Brasil, 2021).

Além disso, a questão da dupla jornada, conforme apontado por Bruschini (1990), permanece um desafio persistente. As mulheres, além de desempenharem suas funções no mercado de trabalho, são geralmente responsáveis pelo planejamento e execução das tarefas domésticas, o que aumenta a carga de trabalho e limita ainda mais sua participação em atividades econômicas mais qualificadas ou melhor remuneradas. Essa realidade impõe às mulheres uma dupla pressão, tanto no ambiente familiar quanto no profissional. Segundo Gonzalez (2020, p. 73): “quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”.

Do contingente de 98 milhões de pessoas economicamente ativas no Brasil, 52% são mulheres. Mas, quando se observa a taxa de ocupação, a discrepância entre gêneros se escancara: estão trabalhando 66% dos homens e apenas 46% das mulheres. E grande parte desse percentual está alocada no mercado informal de trabalho – um total de 16 milhões de trabalhadoras sem carteira assinada e direitos laborais assegurados (G1, 2024). Segundo a economista e pesquisadora da FGV-IBRE, Janaína Feijó, as responsabilidades familiares pesam mais sobre as mulheres:

Geralmente, são mulheres que precisam ter uma jornada mais flexível para conseguir conciliar a maternidade e as responsabilidades familiares. E também aquelas mulheres que estão um pouco descoladas das demandas no mercado de trabalho, que precisariam passar por uma requalificação para conseguir entrar de maneira efetiva nesse mercado (Feijó, 2024).

Além disso, Feijó (2024) indica que a maternidade impacta negativamente na trajetória profissional das mulheres, penalizando as mulheres no mercado de trabalho. Isso pode se dar por diversos fatores que decorrem tanto de preconceitos de gênero quanto da falta de políticas públicas que apoiem adequadamente as mães trabalhadoras. Um dos principais efeitos dessa penalização é a interrupção da trajetória profissional, que muitas vezes ocorre durante a licença-maternidade ou por necessidade de redução da carga horária após o nascimento dos filhos. Essas interrupções podem resultar na perda de oportunidades de promoção e progressão na carreira, além de impactar diretamente os salários.

Outra problemática é a possibilidade de mulheres com filhos recebem salários inferiores em comparação a mulheres sem filhos, fenômeno conhecido como "penalidade salarial da maternidade". Segundo Waldfogel (1998 apud Guiginski, et al, 2019) as desigualdades persistentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho estão relacionadas a uma penalidade associada à maternidade e às responsabilidades familiares.

O autor explica que o termo “penalidade salarial pela maternidade” refere-se às disparidades salariais observadas entre mulheres que possuem características pessoais e experiências de trabalho semelhantes, diferenciando-se apenas pela presença ou ausência de filhos. Estudos demonstram que, ao comparar mulheres com e sem filhos, aquelas que têm filhos geralmente recebem salários mais baixos do que as que não têm. Ainda segundo Waldfogel (1998 apud Guiginski, et al, 2019), na literatura, a penalidade pela maternidade é frequentemente discutida em termos salariais, que representam a face mais visível da desigualdade e o resultado do processo de inserção ocupacional.

Além disso, as mães enfrentam discriminação no momento da contratação, já que empregadores frequentemente associam a maternidade a um menor comprometimento profissional. As mulheres são vistas como menos disponíveis para realizar horas extras, viagens ou assumir cargos de liderança, o que reforça o “teto de vidro” sob a esfera laboral feminina — barreiras invisíveis que limitam seu avanço nas organizações. Essa discriminação é agravada pela sobrecarga de trabalho, uma vez que muitas mães enfrentam a chamada “dupla” ou “tripla jornada”, dividindo-se entre responsabilidades profissionais, familiares, tarefas domésticas e de cuidado infantil, fora os casos em que possuem mais de um emprego.

A maternidade ainda penaliza muitas mulheres no mercado de trabalho, fazendo com que muitas desejem ou vão ao mercado informal devido às

jornadas inflexíveis de um trabalho padrão formal. (...) nos lares em que há a predominância de crianças pequenas, essa mãe não consegue ir ao trabalho. Ela não consegue trabalhar fora de casa, então um importante instrumento para fazer com que essa mulher consiga se reinserir no mercado seria através de uma política de creches (Feijó, 2024).

A falta de apoio institucional também contribui para essa penalização. Em países como o Brasil, onde as políticas públicas de suporte à maternidade, como creches acessíveis e flexibilidade de horários, são limitadas, a situação das mães no mercado de trabalho se torna ainda mais precária. Mesmo a licença-maternidade de 120 a 180 dias, prevista em lei⁶, não é suficiente para mitigar as dificuldades que as mães enfrentam ao retornar ao trabalho. De acordo com dados de antes da reforma trabalhista fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), já se constatava que sem um suporte adequado, muitas mulheres acabavam por abandonar o mercado de trabalho ou aceitar posições menos qualificadas, perpetuando a desigualdade (OIT, 2016).

Em resumo, a maternidade no mercado de trabalho penaliza as mulheres de forma estrutural, tanto pela discriminação direta, quanto pela ausência de políticas de apoio, que perpetuam a desigualdade de gênero e limitam o acesso a melhores oportunidades profissionais. A adoção de políticas mais inclusivas e a promoção da paternidade ativa são essenciais para mitigar esses efeitos e garantir a equidade no ambiente de trabalho.

Segundo Texeira (2021), ante o contexto de desigualdade, nas periferias e favelas, é comum que as mulheres assumam o papel de chefes de família, muitas vezes em virtude de uma desestruturação familiar, na qual os homens, por diversos motivos, não cumprem plenamente suas obrigações sociais como pais e maridos.

Essa centralidade feminina não se restringe apenas à ausência dos homens. Ela também é reflexo da força, resistência e capacidade de organização que as mulheres demonstram em suas comunidades. Nas periferias, essas mulheres são verdadeiros pilares, sustentando suas famílias não apenas financeiramente, mas também emocionalmente. Além disso, muitas delas se tornam líderes, participando ativamente de movimentos sociais, redes de apoio e iniciativas comunitárias, atuando como agentes de mudança e resistência diante das adversidades impostas pela exclusão social e econômica.

⁶ Artigo 7º, inciso XVIII da Constituição Federal de 1988.

Essa centralidade da mulher nos grupos sociais periféricos é algo que se mantém atualmente. Nas periferias e favelas, é comum as mulheres serem as chefes de família, o que ocorre não só em virtude de uma desestruturação familiar na qual os homens nem sempre cumprem suas obrigações sociais como pais e maridos, mas também em virtude da força que a mulher representa nessas comunidades (Silvia, 2006, apud Teixeira, 2021, p. 24).

A agência política das mulheres negras, conforme trazido por Araujo (2021), não se limita à participação em organizações formais ou à militância institucionalizada, mas emerge como um fazer político visceral, cotidiano e profundamente enraizado nas relações comunitárias e ancestrais. Para a autora, o fazer político dessas mulheres “está presente na nutrição das raízes de si e do coletivo; na consciência de ser raiz e seiva” (Araújo, 2021, p. 107), o que se conecta à ideia de que suas ações não são somente resistência, mas criação de modos de existência e continuidade da vida. Assim, essa agência está vinculada à ancestralidade enquanto princípio ativo que orienta práticas de cuidado, solidariedade e organização, mesmo nas condições adversas impostas pelo racismo, pelo sexismo e pela pobreza.

Dentro dessa perspectiva, a agência política das mulheres negras não é uma exceção histórica, mas sim uma característica constituinte de sua existência. Segundo Araújo (2021, p. 19): “para nós, mulheres africanas, o fazer político é inerente à existência”, sendo um movimento que se dá tanto pela ruptura com sistemas de opressão quanto pela continuidade dos valores civilizatórios africanos.

Ao visibilizar essa agência enraizada na ancestralidade, Araújo (2021) resgata uma forma de ação política que, mesmo invisibilizada pelos discursos hegemônicos, tem sido central na manutenção da vida e na organização das comunidades periféricas. Ou seja, compreender a centralidade dessas mulheres é também reconhecer suas práticas como fundamentos para a resistência e a reconstrução social, pautadas em vínculos históricos, espirituais e coletivos.

Em um contexto marcado pela precariedade, pela falta de acesso a recursos básicos e pela vulnerabilidade, essas mulheres enfrentam diariamente condições adversas para garantir sua sobrevivência e a de suas famílias. Sua inserção no mercado de trabalho é frequentemente atravessada por desafios estruturais que ampliam as desigualdades de gênero e raça. Apesar disso, desempenham um papel essencial ao sustentar suas famílias e construir estratégias coletivas de apoio, como redes de solidariedade entre vizinhos e membros da comunidade, que se tornam fundamentais para enfrentar as carências impostas pelas condições sociais e econômicas.

Essa centralidade feminina nas favelas e periferias revela também uma dinâmica social mais ampla, onde as mulheres são protagonistas em ambientes tradicionalmente marginalizados. Elas desafiam as noções patriarcais de família e trabalho, demonstrando que, mesmo em condições adversas, é possível sustentar e organizar um lar com dignidade. Ao assumir o papel de chefes de família, essas mulheres subvertem as expectativas sociais que as relegam a papéis secundários e mostram que são agentes fundamentais na manutenção e construção do tecido social.

As mulheres negras, entretanto, pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido “apenas donas de casa”, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas – um fardo duplo que sempre exige que as trabalhadoras possuam a capacidade de perseverança de Sísifo (Davis, 2016, p. 244).

Em suma, a mulher no mercado de trabalho brasileiro tem conquistado avanços significativos ao longo das últimas décadas, mas ainda enfrenta uma série de desafios, diretamente ligados às questões de gênero, desigualdade salarial, segregação ocupacional, conciliação entre trabalho e vida doméstica e principalmente relacionadas à cor de sua pele.

Apesar de terem ampliado sua participação no mercado de trabalho, as mulheres ainda convivem com disparidades em relação aos homens em praticamente todos os aspectos desse mercado, são marcadores que as acompanham só pelo fato de serem mulheres, e quando se trata de mulheres negras, essas disparidades se ampliam.

O 1º Relatório de Transparência Salarial, divulgado em 2024, por meio de um levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério das Mulheres, expõe profundas desigualdades enfrentadas por mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. Além de representarem apenas 16,9% dos vínculos trabalhistas formais, essas mulheres possuem a menor média salarial dentre os recortes analisados. Enquanto a remuneração média das mulheres negras é de R\$ 3.040,89, os homens não negros recebem, em média, R\$ 5.718,40, revelando uma disparidade significativa. As mulheres negras também recebem apenas 66,7% do salário médio das mulheres não negras, posicionando-se consistentemente na base da pirâmide econômica e ocupacional (MTE, 2024).

O relatório é cristalino no sentido de que essas disparidades refletem não apenas as diferenças salariais, mas também uma exclusão estrutural no acesso a políticas

corporativas. Apenas 26,4% das empresas têm programas de incentivo à contratação de mulheres negras, uma das taxas mais baixas entre os grupos analisados. Esse cenário é agravado pela falta de políticas de apoio à parentalidade e à ascensão profissional em muitas empresas, reforçando as barreiras enfrentadas por essas mulheres para competir em igualdade de condições com outros grupos sociais.

Dessa forma, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido marcada por desigualdades e barreiras estruturais que reforçam a segregação ocupacional e a precarização do trabalho feminino. Mesmo com os avanços em termos de direitos e acesso à educação, as mulheres continuam enfrentando dificuldades para ocupar posições de destaque no mercado formal, o que as empurra, frequentemente, para atividades informais, como o comércio ambulante.

2.2 - As interseccionalidades no comércio informal

No exercício da profissão de vendedor ambulante, homens e mulheres enfrentam desafios comuns, como a instabilidade financeira, a falta de regulamentação e a exposição às condições adversas das ruas. No entanto, as mulheres ambulantes lidam com obstáculos adicionais decorrentes das desigualdades de gênero e raça. Tanto no mercado de trabalho formal quanto no mercado informal, podemos fazer uma metáfora para ilustrar a complexidade das interseccionalidades que afetam o trabalho feminino.

Pensemos na Avenida Teotônio Segurado em Palmas - TO, uma via principal extensa que culmina em um ponto final, mas que ao longo do seu trajeto é entrecruzada por várias outras ruas e avenidas. Essas interseções representam os diversos marcadores sociais que acompanham as mulheres ao longo de suas jornadas profissionais. Assim como a avenida principal, a trajetória das mulheres no mercado de trabalho se desdobra em várias direções, refletindo suas experiências únicas e as especificidades que moldam suas vidas. Cada cruzamento simboliza uma camada adicional de desafio ou oportunidade que pode afetar sua inserção e sucesso no comércio informal.

Segundo Gonzalez (2020), ser mulher negra no Brasil é estar submetida à sobreposição de opressões estruturais, cujos estereótipos de raça e gênero colocam essas mulheres na base da hierarquia social. A autora aponta que, historicamente, elas têm sido alvo de múltiplas formas de subordinação, sendo socialmente posicionadas como “objeto de tripla discriminação” – uma condição de opressão que integra simultaneamente os marcadores de gênero, raça e posição social.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (Gonzalez, 2020, p. 50).

Ou seja, a desigualdade de gênero não pode ser analisada isoladamente, mas sim em conjunto com outras formas de opressão, como o racismo. Segundo Sueli Carneiro (2023), o racismo opera como um dispositivo de racialidade que não apenas estrutura a posição social dos sujeitos negros, mas também regula sua presença nos espaços públicos, legitimando certos corpos enquanto invisibiliza outros. Nesse contexto, a ocupação das ruas por mulheres negras é constantemente tensionada por normas sociais implícitas, que reforçam sua marginalização e delimitam seu direito à cidade.

Por exemplo, a intersecção entre gênero e raça pode intensificar a discriminação que mulheres negras enfrentam ao buscar clientes ou negociar preços, tornando suas experiências ainda mais desafiadoras. Já a confluência entre gênero e classe social pode restringir o acesso a recursos financeiros e redes de apoio, limitando suas opções de investimento em suas atividades comerciais. Como destaca Gonzalez (2020, p. 17), “a situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais”, o que reforça a necessidade de reconhecer suas vivências específicas na formulação de análises e políticas públicas. Escutar essas vozes e considerar seus saberes é essencial para compreender os múltiplos desafios enfrentados pelas mulheres negras no comércio informal e em outros contextos sociais.

Esses fatores, somados à invisibilidade histórica das mulheres no mercado de trabalho, criam um panorama multifacetado que não pode ser ignorado. Como aponta Gonzalez (2020, p. 134), “nós somos invisíveis nos três aspectos do movimento de mulheres; mesmo naquele em que nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas e colocadas na categoria popular”, o que demonstra como a condição da mulher negra tem sido sistematicamente silenciada, inclusive nos espaços que deveriam reconhecê-la.

Portanto, compreender as experiências das mulheres no comércio ambulante exige uma análise que leve em consideração esses entrecruzamentos – ou interseccionalidades – permitindo uma visão mais completa das barreiras que elas enfrentam e, ao mesmo tempo, das estratégias de resistência e adaptação que desenvolvem para superar tais desafios.

Como já citado, um dos principais desafios é a conciliação entre o trabalho e as responsabilidades domésticas. Muitas dessas mulheres são chefes de família e precisam dividir seu tempo entre as vendas e os cuidados com a casa e os filhos, o que limita sua disponibilidade para o trabalho. Além disso, a questão da segurança é uma preocupação constante, já que as mulheres estão mais vulneráveis a assédios, roubos e violência enquanto trabalham nas ruas.

Além desses desafios, as mulheres negras enfrentam ainda o peso do racismo estrutural, que amplifica as barreiras já impostas pelo gênero e pela condição socioeconômica. A estigmatização racial contribui para a naturalização de sua presença em posições de trabalho precarizado e para a exclusão de oportunidades mais valorizadas socialmente. Essa realidade reforça as violências histórica realizadas contra mulheres negras, perpetuando um ciclo de desigualdade que exige ser reconhecido e enfrentado em qualquer análise que busque compreender suas vivências.

Segundo Teixeira (2021, p. 65), as mulheres são particularmente vulneráveis a diversas formas de violência porque a sociedade as enxerga como inferiores aos homens. Historicamente, as experiências de sofrimento feminino estão diretamente relacionadas a essa percepção desigual. Como mães, suas vivências são frequentemente associadas à obrigação de cuidar e garantir a sobrevivência da família, especialmente em contextos marcados pela ausência de uma paternidade ativa e compartilhada. Essa desigualdade de gênero, profundamente arraigada, influencia diretamente suas trajetórias de vida, forçando-as a desenvolver estratégias de sobrevivência tanto no âmbito privado quanto no público.

A dinâmica de gênero, portanto, não apenas determina as interações entre vendedoras e clientes, mas também reforça as barreiras e violências simbólicas que as mulheres negras enfrentam no exercício dessa atividade. A hipersexualização da mulher negra, por exemplo, é resultado de um imaginário racista que associa seus corpos à sensualidade e à disponibilidade sexual.

Gonzalez (2020) denuncia que essa lógica simbólica historicamente “inclui a mulata na categoria de objeto sexual” (p. 150), reforçando o apagamento da subjetividade dessas mulheres. Para a autora, a sociedade brasileira organiza sua estrutura psíquica tendo como base o racismo, o que significa que o desejo, o erotismo e as hierarquias sociais são moldados por essa estrutura, mantendo a mulher negra em um lugar de desumanização e subordinação. A ideologia da “democracia racial” transforma

o erotismo da mulata em uma forma sutil e eficaz de dominação, revelando como a erotização não é elogio, mas sim parte de um sistema de controle simbólico.

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como **provas concretas da “democracia racial” brasileira**; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar. (Gonzalez, 2020, p. 51, grifo nosso).

Outro aspecto importante é a disputa por espaços de venda. Muitas vezes, as mulheres enfrentam mais resistência ao conquistar pontos fixos em áreas dominadas por homens, sendo vistas como menos capazes de defender seus espaços de forma assertiva. Isso ressalta como a posição das mulheres em diversas esferas, inclusive a econômica, tende a ser inferiorizada devido a construções sociais de gênero. De acordo com Fraser (2003): “as lutas por reconhecimento frequentemente refletem e perpetuam a divisão de gênero, já que as mulheres são frequentemente relegadas a posições subordinadas, especialmente nos espaços públicos e nas relações de poder”.

Segundo Freeman (2001), o acesso ao capital e a produtos também é uma dificuldade significativa para as mulheres ambulantes, que enfrentam barreiras para obter crédito ou criar redes de fornecedores. A informalidade do trabalho as afasta de programas de apoio financeiro e, em muitos casos, acabam marginalizadas, excluídas das oportunidades que poderiam ajudar a melhorar suas condições de trabalho.

Mulheres em setores informais frequentemente enfrentam barreiras para acessar crédito e redes de suporte financeiro, o que as marginaliza ainda mais dentro de uma economia já precarizada. A falta de acesso a recursos financeiros reflete as dinâmicas de poder e a exclusão de gênero, agravando as condições de trabalho dessas mulheres (Freeman, 2001, p. 1007, tradução nossa⁷).

As mulheres também sofrem com a invisibilidade e o preconceito, sendo frequentemente desvalorizadas tanto pela sociedade quanto pelas autoridades. Elas são vistas como “estorvo” nas ruas e o trabalho que realizam é tratado como algo temporário ou de pouca importância. Essa falta de reconhecimento se soma à ausência de

⁷ No original: *Women’s roles in the global economy are often characterized by informal labor and economic activities that are excluded from traditional forms of capital accumulation and financial networks, thereby marginalizing them from the resources and support that could enhance their working conditions.*

infraestrutura adequada, como banheiros públicos e locais para descanso, que tornam o trabalho ainda mais exaustivo.

Sassen (2000, p. 511, tradução nossa⁸) explica que a economia informal, na qual as mulheres estão desproporcionalmente representadas, muitas vezes é tornada invisível e considerada insignificante pelas autoridades e pela sociedade em geral. Isso ocorreria porque essas trabalhadoras são vistas como transitórias ou periféricas, apesar de seu papel crucial em sustentar as economias urbanas.

Além disso, as mulheres ambulantes enfrentam jornadas longas e fisicamente desgastantes, carregando mercadorias pesadas e caminhando por grandes distâncias, muitas vezes sem ter apoio institucional ou acesso a benefícios como licença-maternidade ou previdência social. Embora a flexibilidade da profissão permita que as mulheres ajustem suas horas de trabalho às demandas familiares, isso também limita suas chances de ascensão econômica, já que suas responsabilidades domésticas as impedem de se dedicar integralmente ao trabalho.

Esses desafios mostram que, embora a profissão de vendedora ambulante ofereça uma oportunidade de renda para muitas mulheres em situações de precariedade, elas enfrentam vulnerabilidades específicas que dificultam seu desenvolvimento pleno no mercado informal. Segundo Ramires (2002), a presença desses vendedores ambulantes é associada à obstrução do fluxo de pedestres e veículos e à degradação da estética urbana. Ao invés de receberem um tratamento digno e serem reconhecidos como parte integrante da sociedade, são tratados como elementos que desorganizam o espaço urbano, muitas vezes enfrentando repressão e preconceito.

A visão negativa do vendedor ambulante também pode ser entendida a partir de uma leitura simbólica da oposição entre “casa” e “rua”, como analisado por Da Matta (1984). Para o autor, a casa representa o espaço da ordem, da moralidade e da segurança, onde os indivíduos conhecem uns aos outros e interagem com confiança. A rua, por outro lado, é o espaço do desconhecido, da incerteza, onde o inesperado e o descontrole predominam.

Para as mulheres vendedoras ambulantes, a condição de atuar no espaço da rua carrega um peso ainda maior devido às desigualdades de gênero, que as tornam mais vulneráveis a situações de violência, assédio e insegurança. O estigma associado à

⁸ No original: *The informal economy, in which women are disproportionately represented, is often rendered invisible and deemed insignificant by authorities and the broader society. These workers are considered transient or peripheral, despite their crucial role in sustaining urban economies.*

atividade de ambulante é ampliado pelo fato de serem mulheres, em uma sociedade que historicamente as associa ao espaço doméstico e as julga quando atuam em ambientes públicos marcados pela desconfiança e precariedade.

Como analisa Goffman (1988), o estigma é um atributo socialmente construído que desqualifica o indivíduo, reduzindo-o de uma condição plena a uma identidade deteriorada aos olhos da sociedade. Ele não reside no atributo em si, mas na relação entre esse atributo e as normas sociais que determinam o que é considerado desejável ou aceitável. No caso das mulheres vendedoras ambulantes, o estigma não se limita à sua posição no comércio informal, mas se intensifica por serem mulheres negras, cuja presença no espaço público ainda é vista como transgressora. Esse estigma opera como um mecanismo de controle simbólico, marcando seus corpos com a desconfiança, o desprezo e a marginalização. Assim, o julgamento social a que são submetidas não apenas deslegitima suas estratégias de sobrevivência, como também reforça o ciclo de exclusão e vulnerabilidade que enfrentam cotidianamente.

Essa realidade é agravada pelo racismo estrutural, que as coloca em uma posição ainda mais marginalizada. Como ressaltado por Gonzalez (2020), as mulheres negras enfrentam tanto o estigma de gênero quanto o preconceito racial, que reforçam sua exclusão social e econômica. Assim, além de lidarem com os desafios da informalidade e da insegurança do trabalho ambulante, essas mulheres têm que enfrentar os preconceitos e as violências interseccionais que marcam seus corpos e trajetórias, tornando suas condições de trabalho ainda mais adversas.

Nesse sentido, os comerciantes de rua são vistos como sujeitos que operam fora das regras estabelecidas, inseridos em um ambiente considerado perigoso e imprevisível. Da Matta afirma que a “rua é a dura realidade da vida”, um lugar onde predominam a desconfiança e a precariedade. Assim, os ambulantes acabam carregando o estigma de estar no espaço da transgressão, em contraste com os valores de segurança e ordem associados à casa.

As mulheres que atuam no comércio informal, especialmente nas ruas, vivem uma realidade marcada pela invisibilidade e pela desvalorização do seu trabalho, que é frequentemente visto como marginal e temporário. Essa condição não apenas reflete uma estrutura social desigual, mas também perpetua a vulnerabilidade dessas trabalhadoras (Alves, 1995, p. 120).

Nesse contexto, a atuação das mulheres no comércio ambulante revela uma interseção complexa entre gênero, trabalho e espaço urbano. Ao mesmo tempo em que elas encontram no comércio de rua uma alternativa para sustentar suas famílias e

superar as barreiras impostas pelo mercado de trabalho formal, enfrentam um conjunto de desafios que muitas vezes reforça sua vulnerabilidade e invisibilidade social. Essa participação feminina no comércio informal também expõe as contradições de um sistema econômico que, ao excluir uma parcela significativa da população, oferece como alternativa um espaço precário, onde as desigualdades de gênero e raça são amplificadas. A flexibilidade oferecida pelo comércio ambulante, que inicialmente parece uma vantagem, revela-se um campo de luta constante, especialmente para as mulheres que, além da luta pela sobrevivência, enfrentam as múltiplas interseccionalidades impostas pela sociedade.

2.3 – Estereótipos, Políticas Públicas e a Invisibilidade Feminina

Estereótipos podem ser definidos como uma generalização simplificada e rígida sobre características, comportamentos ou atributos de uma pessoa ou um grupo de pessoas. Eles são estigmas frequentemente baseados em preconceitos ou ideias preconcebidas e costumam ser criados e perpetuados socialmente, desconsiderando as individualidades e as complexidades de cada pessoa dentro do grupo, e muitas vezes resultam em atitudes discriminatórias. Podem ser aplicados a diversas categorias, como raça, gênero, classe social, profissão e nacionalidade, gerando expectativas injustas e desumanizando aqueles que são alvo dessas visões limitadas.

Essa definição aproxima-se da noção de estigma elaborada por Goffman (1988), que o considera como um atributo que desqualifica socialmente aquele que o carrega. Ao estigmatizar determinados grupos – como as mulheres negras – a sociedade os reduz a características indesejadas, obscurecendo suas potencialidades e restringindo seu reconhecimento social. Esse processo de desqualificação simbólica reforça os estereótipos apontados por Hall (2016), que servem como estratégias de exclusão e reafirmação das hierarquias sociais. Os estereótipos estão profundamente vinculados às relações de poder, operando como uma ferramenta fundamental para a manutenção e perpetuação de hierarquias sociais. Eles não apenas surgem dessas relações de poder, mas também atuam como mecanismos de controle e dominação, consolidando posições de privilégio e marginalização.

Para Carneiro (2023), o poder no Brasil se materializa por meio de um dispositivo de racialidade, que articula práticas e discursos racistas com o objetivo de manter a hegemonia branca e subalternizar corpos e saberes negros. A autora argumenta

que o racismo opera como um sistema que institui, através da linguagem, da subjetivação e da negação de reconhecimento, a exclusão do negro como sujeito de conhecimento, de direito e de humanidade. Diferentemente da concepção foucaultiana que trata do biopoder e da disciplina, Carneiro (2023) constrói um pensamento que aponta para a dimensão ontológica da racialização: trata-se da construção do “Outro” (negro) como “não ser”, como fundamento do ser branco.

Um exemplo claro é o uso de estereótipos de gênero e raça para naturalizar desigualdades. Estereótipos que associam mulheres à fragilidade emocional ou à irracionalidade, como apontado por Scott (1999), historicamente legitimaram a exclusão das mulheres de espaços de poder, como a política e a liderança.

Da mesma forma, estereótipos raciais que associam pessoas negras à criminalidade ou à preguiça, como discutido por Fanon (2008), foram usados para justificar práticas de exploração e exclusão, sobretudo no contexto colonial e pós-colonial. Esses estereótipos atuam como formas de controle simbólico, garantindo que certos grupos sejam mantidos em uma posição de inferioridade e vulnerabilidade, enquanto os grupos dominantes possam manter seus privilégios.

Concepções estereotipadas não apenas naturalizam as desigualdades, mas também produzem uma visão distorcida das capacidades e dos direitos dos grupos subalternos. Bourdieu (1998) argumenta que essas representações simbólicas – dentre elas a “violência simbólica” – são fundamentais para a manutenção do poder, uma vez que elas não precisam ser impostas de forma violenta, mas sim disseminadas e aceitas pela própria sociedade como naturais ou inevitáveis. Nesse processo, os estereótipos contribuem para a legitimação da hierarquia social ao construir certos grupos como inferiores ou incapazes.

A construção social da violência também opera como uma ferramenta de legitimação para atitudes racistas, sustentando a ideia de que determinados grupos, especialmente pessoas negras, são inerentemente mais propensos ao desvio ou à transgressão. Essa percepção é reforçada pela violência simbólica descrita por Bourdieu (1998), que normaliza práticas de discriminação e exclusão ao associar comportamentos ou características negativas a indivíduos racializados.

No caso das mulheres negras, essa construção social combina estereótipos de gênero e raça, reforçando a marginalização e justificando ações racistas, como abordagens policiais seletivas, exclusões em espaços públicos e precarização de suas condições de trabalho. Essas atitudes são vistas como “necessárias” ou “naturais” pela

sociedade, ocultando o fato de que se tratam de expressões de poder e controle que perpetuam as desigualdades estruturais.

Hall (2016) argumenta que os estereótipos atribuem características generalizadas a determinados grupos, reduzindo e fixando a diferença de forma a conter a ansiedade em relação àqueles que são construídos como o “Outro” – o que ocorre, por exemplo, com a população negra e indígena em uma sociedade que historicamente se estruturou a partir da negação desse “Outro”.

É por isso que o conceito de raça tem tanta relevância. Preconceito e discriminação são fenômenos presentes em nossas experiências sociais, motivados por diversas características que distinguem as pessoas. No entanto, raça, juntamente com gênero e classe, compõe a base da estruturação das desigualdades em nossa sociedade. Portanto, tratar dessas questões vai além de discutir preconceitos individuais; trata-se de compreender as bases de uma estrutura social desigual. A simplificação constitui a essência do estereótipo.

Assim, qual é o diferencial de um estereótipo? Estes se **apossam** das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é **reduzido** a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. (...) Então, o primeiro ponto é que a estereotipagem **reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”**. Em segundo lugar, a estereotipagem **implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável**. Em seguida, exclui ou expele todo o que não cabe, o que é diferente (Hall, 2016, p. 191, grifo nosso).

Em se tratando de raça, Teixeira (2021) explica que raça é um conceito cujo valor biológico foi refutado (não há raças humanas do ponto de vista biológico, e, portanto, não há qualquer inferioridade entre uma raça e outra, ao contrário do que a ciência colonialista afirmou para validar a construção de um sistema racista de opressão). No entanto, como apontou Hall (2013), a “definição biológica, fisiológica e genética de raça, convidada a se retirar pela porta da frente, tende a dar a volta e retornar pela janela”. Embora desprovida de fundamento científico, a noção de raça permanece enraizada nas subjetividades da sociedade, legitimando a construção de estereótipos e perpetuando a discriminação.

Um estereótipo comum associado a vendedores ambulantes é a ideia de que suas abordagens para realizar vendas – indo de mesa em mesa, por exemplo – se assemelham às de pedintes ou moradores de rua que buscam ajuda financeira. Essa percepção ignora o fato de que os ambulantes estão oferecendo produtos e serviços, e não pedindo

esmolas. O não reconhecimento desses sujeitos como trabalhadores, mas sim como pessoas em estado de necessidade, pode trazer sentimentos negativos a respeito de si mesmos, como pôde ser observado nas entrevistas realizadas.

Conforme analisado por Da Matta (1984), essa percepção está profundamente ligada ao fato de que sua atuação ocorre na rua e na informalidade, espaços que simbolicamente representam a “desordem”, em contraste com os valores de ordem e segurança associados ao trabalho formal. Assim, a rua, enquanto lugar de imprevisibilidade e precariedade, contribui para a construção dessa visão distorcida, que reforça o estigma e impede o reconhecimento social e econômico dessas atividades como trabalho legítimo.

Ao explorar as interseções entre gênero, raça e trabalho informal, Telles (2003) apontou que as mulheres, particularmente as negras, estão em uma posição de extrema precariedade no mercado. Ele afirma que as mulheres negras que atuam no mercado informal não apenas enfrentam a invisibilidade institucional, mas também são vistas como figuras frágeis que dependem da generosidade alheia. “Isso contribui para uma percepção errônea de que essas mulheres estão mais em busca de ajuda do que de realizar um trabalho digno” (Telles, 2003, p. 127).

Ao invés de serem reconhecidas como empreendedoras informais e trabalhadoras, essas mulheres são frequentemente vistas como figuras que dependem da compaixão alheia para sobreviver. Isso subestima sua capacidade e resistência, perpetuando a ideia de que o comércio informal, especialmente quando exercido por mulheres, não é uma forma válida de trabalho, mas sim uma extensão de sua precarização social.

Nesse mesmo sentido, Santiago (2013) afirma que “as vendedoras ambulantes são frequentemente associadas à mendicância, o que reforça uma visão de que sua atividade não é um trabalho, mas sim uma estratégia de sobrevivência”. Esse estigma reforça as relações de poder ao consolidar a ideia de que essas mulheres estão à margem da economia formal, perpetuando sua exclusão e invisibilidade.

Igualmente, ao discutir o trabalho feminino e sua precarização, Abramo (1997), destaca a dupla marginalização na qual é submetida a atividade das mulheres no comércio informal: “As vendedoras ambulantes, em particular, enfrentam uma dupla marginalização: por estarem no setor informal e por serem mulheres. Seus esforços são vistos como uma extensão de suas responsabilidades familiares e não como um trabalho autônomo e válido” (Abramo, 1997, p. 84).

Ou seja, embora essas mulheres tenham que diligenciar no sentido de realizar investimentos para adquirir insumos nos supermercados para a produção de seus doces e salgados, providenciar caixas térmicas para levar os produtos devidamente acondicionados, para que tenham boa aparência e desejabilidade, andar a pé por longas distâncias ou usar algum meio de transporte para se locomover entre os bairros mais centrais e periféricos da cidade, na tentativa de concretizar suas vidas, ainda assim, sob o olhar estereotipado de certos clientes, não estão exercendo um trabalho, mas sim “pedindo ajuda” ou mendigando para sobreviver. Essas concepções são normalizadas e moldam a visão do comércio ambulante.

O estabelecimento da normalidade (ou seja, o que é aceito como “normal”) através de tipos sociais e estereótipos é um aspecto do hábito de grupos de decisão (...), que tentam moldar toda a sociedade de acordo com sua própria visão de mundo, sistema de valores, sensibilidades e ideologia. Essa concepção de mundo está tão clara para esses grupos, que fazem com que ela pareça (como *realmente* parece para eles) “natural” e “inevitável” para todos e, na medida em que têm sucesso nessa empreitada, eles estabelecem sua hegemonia (Dyer, 1977, p.30 apud Hall, 2016, p. 193).

As reflexões de Hall (2016) e Carneiro (2023) sobre estereótipos e a construção do “Outro” revelam a complexidade das relações sociais e a dinâmica de poder que permeia a percepção de grupos marginalizados. Ao afirmar que a estereotipagem cria fronteiras simbólicas entre o “normal” e o “pervertido”, Hall (2016) nos lembra que essas classificações não são neutras; elas são construídas em contextos sociais onde existem desigualdades profundas. Sueli Carneiro (2023) aprofunda essa crítica ao demonstrar que o “Outro” racializado – especialmente o corpo negro – é construído como uma ameaça à ordem e como carência ontológica em relação à identidade branca. Para ela, essa construção não apenas reforça a exclusão simbólica, mas fundamenta o dispositivo de racialidade, mecanismo de dominação que organiza o poder e a legitimidade social a partir da hierarquização racial.

Nesse sentido, a estereotipagem se torna uma ferramenta de controle social, que não apenas marginaliza, mas também desumaniza grupos subordinados. O terceiro ponto destacado por Hall – que a estereotipagem ocorre em contextos de desigualdade de poder – sublinha a ideia de que essas representações não são meras simplificações, mas sim reflexos de uma hierarquia violenta que perpetua a exclusão. Essa dinâmica evidencia que as categorias de “Nós” e “Eles” não representam uma coexistência pacífica, mas sim uma luta pela legitimidade e pelo reconhecimento em um espaço social que privilegia a norma estabelecida.

O terceiro ponto é que **a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder**. Este geralmente é dirigido contra um grupo subordinado ou excluído, e um de seus aspectos, de acordo com Dyer, é o **etnocentrismo** – “a aplicação das normas da própria cultura para a dos outros” (Brown, 1965: 183). Novamente, lembre-se do argumento de Derrida: entre oposições binárias como Nós/Eles, “não estamos lidando com (...) uma coexistência pacífica, (...) mas sim com uma hierarquia violenta (Hall, 2016, p. 192, grifo nosso).

A resistência a esses estereótipos também faz parte das lutas por redistribuição de poder. Hall (2016) aponta que os estereótipos podem ser subvertidos, e que contestar essas representações negativas é uma forma de desafiar as estruturas de poder que elas reforçam. Nesse sentido, a quebra dos estereótipos é também uma luta por reconhecimento e dignidade, sobretudo para os grupos marginalizados que buscam afirmar suas identidades e reivindicar seus direitos em uma sociedade que frequentemente os invisibiliza e os desumaniza.

Portanto, a produção estereotipada não é apenas um fenômeno cultural; é uma manifestação das relações de poder que sustentam as hierarquias sociais. Ao desafiar essas fronteiras simbólicas, é possível promover uma visão mais inclusiva e equitativa da diversidade humana, que não se limite a categorizações reducionistas, mas que reconheça a complexidade e a riqueza das identidades. Isso implica não apenas na desconstrução dos estereótipos, mas também em uma luta mais ampla contra as desigualdades que sustentam essas narrativas.

Assim, os estereótipos são, de fato, fruto das relações de poder, servindo para reforçar as hierarquias sociais e naturalizar as desigualdades. Eles agem como uma forma de controle simbólico, desumanizando e marginalizando determinados grupos, enquanto asseguram o privilégio e a hegemonia de outros. Ao mesmo tempo, a desconstrução e subversão desses estereótipos representam uma forma de resistência às dinâmicas de poder que tentam perpetuar essas representações injustas.

Outro ponto importante a ser destacado é que o comércio informal no Brasil é marcado pela precariedade e pela ausência de amparo legal, o que coloca seus trabalhadores em condições de trabalho extremamente instáveis. Segundo Castells e Portes (1989), o setor informal é frequentemente considerado como um “refúgio” para aqueles que não conseguem ingressar no mercado formal. Essa visão marginaliza e deslegitima o trabalho dos ambulantes, ignorando a complexidade e o impacto dessa atividade na economia local e nacional.

No entanto, o problema não se resume apenas à desvalorização. A falta de políticas públicas adequadas é um fator determinante para o aprofundamento da precarização. A inexistência de medidas que regulamentem ou promovam o trabalho informal faz com que esses trabalhadores fiquem à mercê de fiscalizações arbitrárias, discriminação por parte do poder público e exclusão de direitos básicos, como aposentadoria e benefícios sociais.

Como veremos mais à frente, no caso específico do município de Araguaína, não há legislação municipal que reconheça ou discipline a atividade ambulante (como descrita neste trabalho), o que evidencia o descaso do poder público municipal com esse segmento da população. Abramo (1997) aponta que, sem uma regulamentação adequada, o trabalho informal se torna um espaço de exploração e de extrema vulnerabilidade, sobretudo para as mulheres, que enfrentam barreiras adicionais, como a invisibilidade de gênero.

É o que Saffioti (2004) chama de “invisibilidade do trabalho feminino”, que ocorre quando a contribuição das mulheres à economia é subestimada ou ignorada. A ausência de políticas públicas voltadas especificamente para essas trabalhadoras agrava sua situação de vulnerabilidade. Telles (2003) aponta que a falta de reconhecimento formal do trabalho informal feminino reforça a marginalização dessas mulheres, que são submetidas à discriminação de gênero e racial, além das dificuldades típicas do trabalho informal.

As políticas públicas direcionadas ao comércio ambulante no Brasil, embora existam em outros estados da federação, são frequentemente isoladas e insuficientes, refletindo a falta de uma abordagem integrada que promova a inclusão desses trabalhadores na economia formal e garanta a proteção social necessária. Algumas iniciativas, como a criação de espaços reservados para ambulantes em grandes centros urbanos, representam tentativas de regulamentação, mas muitas vezes não atendem plenamente às necessidades dessa categoria.

A falta de uma política abrangente que leve em consideração as especificidades do trabalho informal e as necessidades das mulheres ambulantes contribui para perpetuar sua precarização e invisibilidade. “As políticas públicas ainda falham em reconhecer a diversidade das vivências femininas, perpetuando uma invisibilidade que afeta diretamente a vida das mulheres, principalmente as mais vulneráveis” (Burigo, 2015).

A invisibilidade feminina, especialmente em contextos de trabalho informal como o comércio ambulante, pode ter consequências graves e até fatais. Além da falta de proteção legal (direitos trabalhistas, licença-maternidade, férias ou seguro de saúde), a ausência de proteção as torna vulneráveis a situações de risco, sem amparo em caso de doenças ou acidentes. Segundo a psicanalista e escritora María Rita Kehl: “As mulheres ainda são vistas como ‘coisas’ que devem estar sempre disponíveis para o cuidado da família, o que perpetua sua invisibilidade e marginalização nas políticas públicas” (Kehl, 2018).

A invisibilidade pode aumentar a exposição das mulheres a situações de violência, tanto no ambiente de trabalho quanto em sua vida cotidiana. A falta de reconhecimento pode levar à desvalorização de sua vida e segurança. A saúde mental também é afetada; a constante luta para ser reconhecida e respeitada pode resultar em problemas como depressão e ansiedade, e a falta de apoio social e emocional pode agravar essas condições, potencialmente levando a consequências trágicas.

As condições de trabalho precárias, resultantes da falta de regulamentação e reconhecimento do trabalho informal, expõem as mulheres a ambientes insalubres e perigosos, onde podem ser forçadas a trabalhar sem os devidos cuidados de segurança. “A invisibilidade das mulheres é um traço estrutural de nossa sociedade, que ainda não aprendeu a considerar as especificidades das experiências femininas nas suas práticas e políticas” (Saffioti, 2004).

Por fim, a marginalização e a estigmatização associadas à percepção de que mulheres em comércio informal estão “mendigando” ou “pedindo ajuda” desumanizam essas trabalhadoras, levando à falta de empatia e apoio por parte da sociedade. Essa desumanização pode resultar na negação de serviços essenciais e cuidados que podem salvar vidas. Esses fatores demonstram que a invisibilidade feminina não é apenas uma questão de reconhecimento social, mas tem implicações diretas e profundas na saúde, segurança e bem-estar das mulheres, podendo levar a consequências fatais.

Souza (2010) argumenta que políticas públicas voltadas para o comércio informal devem incluir medidas de proteção social, acesso a crédito e capacitação, além de uma abordagem sensível às questões de gênero e raça. Sem essas iniciativas, as mulheres no comércio informal continuarão enfrentando as mesmas barreiras estruturais, sendo marginalizadas e excluídas de processos de desenvolvimento econômico e social.

A ausência de políticas públicas direcionadas ao comércio informal no Brasil é um reflexo da marginalização histórica dessa atividade econômica, que tem grande relevância para a sobrevivência de milhões de pessoas. Dentro desse contexto, a invisibilidade feminina é ainda mais preocupante, pois as mulheres, especialmente as negras, enfrentam um duplo estigma: a desvalorização de seu trabalho e a discriminação de gênero e raça. O reconhecimento formal do comércio ambulante como uma atividade econômica legítima, aliado a políticas públicas inclusivas, é essencial para combater essa precarização e garantir os direitos e a dignidade dessas trabalhadoras.

2.4 – Resistência Feminina Ambulante

Ao abordar a atuação de mulheres negras no comércio ambulante, é fundamental abandonar a noção romantizada de “empoderamento” – frequentemente compreendido como uma exaltação à capacidade de suportar sofrimentos – para adotar uma análise centrada na resistência. Essa resistência, como apontam Sueli Carneiro (2011, 2023), Lélia Gonzalez (2020) e Soares (1996), está profundamente enraizada em práticas históricas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à marginalização social. No contexto das vendedoras ambulantes, resistir não significa apenas sobreviver, mas confrontar, dia após dia, os dispositivos simbólicos e materiais de exclusão que atravessam suas existências.

Como revela Soares (1996), desde o período escravocrata, as mulheres negras utilizaram a venda ambulante como uma estratégia de resistência ativa frente às violências da escravidão. As ganhadeiras de Salvador, por exemplo, construíam redes econômicas de subsistência, acumulavam recursos e, muitas vezes, compravam suas próprias alforrias. Essa atuação não era apenas econômica – era política. Ocupar as ruas, mercados e praças significava desafiar os limites do sistema escravocrata. “O tipo de atividade discutido (...) pressupunha a liberdade de circulação e uma permanência demorada nas ruas. Esta “regalia” possibilitou às negras a construção de um universo próprio” (Soares, 1996, p. 71).

Essa presença, ainda hoje, pode ser lida como continuidade histórica de uma resistência ancestral. Gonzalez (2020) denuncia que as mulheres negras continuam sendo empurradas para os espaços de menor prestígio social e econômico – doméstico, informal e precarizado. A permanência da mulher negra nesses espaços não é acidental, mas parte de um projeto social que associa sua imagem à servidão. Gonzalez (2020) nos alerta para a permanência do imaginário colonial, que transforma a mulher negra em

“mucama moderna”, desprovida de direitos e confinada à esfera do trabalho subalternizado. Essa leitura se aplica diretamente à condição das mulheres ambulantes, cuja presença nas ruas é frequentemente interpretada como desordem, incômodo ou mendicância, e não como exercício legítimo de trabalho.

Sueli Carneiro (2011; 2023) aprofunda essa análise ao tratar do “dispositivo de racialidade” como um conjunto de práticas discursivas e institucionais que constroem a diferença racial e a hierarquizam. O racismo é uma tecnologia de poder que posiciona a mulher negra como sujeito subalterno, cuja presença só é tolerada dentro de limites rigidamente estabelecidos. Ocupar o espaço urbano como vendedora ambulante é, portanto, um ato de transgressão a essa ordem racializada. A mulher negra ambulante desafia os códigos da branquitude ao tornar visível um corpo que o sistema quer apagar. Sua resistência se manifesta na recusa a desaparecer, na persistência em ocupar, em circular, em fazer-se presente.

Essa resistência, entretanto, não pode ser romantizada. Como lembra Carneiro (2023), ela é muitas vezes solitária, desgastante, e marcada por violência institucional, ausência de políticas públicas, e precariedade extrema. A vendedora ambulante resiste ao abandono do Estado, ao assédio sexual e moral, às longas jornadas físicas exaustivas, à vigilância constante da fiscalização e à insegurança estrutural. Sua luta não é apenas por renda, mas por dignidade, por reconhecimento e por sobrevivência.

A resistência dessas mulheres se materializa em ações cotidianas que, embora invisibilizadas, são politicamente potentes. Desde o modo como escolhem seus territórios de venda — locais com maior fluxo, mas menor repressão — até as estratégias de comunicação com clientes, o uso de códigos linguísticos e corporais, a criatividade na produção e apresentação dos produtos, tudo isso constitui uma tática de reinvenção e de manutenção da existência. Como nos ensina Gonzalez (2020), essas práticas, aparentemente banais, são epistemologias insurgentes, formas de conhecimento que nascem do corpo e da experiência, e que confrontam a lógica dominante da exclusão.

Essas ações de resistência podem ser interpretadas, à luz de Bourdieu (2003), como lutas simbólicas – formas de resistência que se travam não apenas em confrontos materiais, mas também nos domínios da linguagem, da representação e do reconhecimento. Para o autor, as lutas simbólicas ocorrem quando agentes sociais disputam a definição legítima da realidade, enfrentando os estigmas e imposições simbólicas que inferiorizam seus modos de existência. “No espaço social, aquilo que é

dito ‘natural’ é, muitas vezes, produto de lutas simbólicas que visam tornar legítimo um ponto de vista particular como universal” (Bourdieu, 2003, p. 119).

No caso das mulheres negras ambulantes, sua simples presença e permanência nas ruas já representa uma recusa a aceitar os significados desvalorizantes que lhes são atribuídos. Suas práticas cotidianas são instrumentos de reconfiguração simbólica, nos quais se desafia a autoridade dos grupos dominantes de definir quem tem direito ao espaço, à palavra e à dignidade. “Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)” (Gonzalez, 2020, p. 199).

Além disso, o comércio ambulante possibilita a criação de redes solidárias e de trocas afetivas entre as mulheres. Muitas vezes, elas compartilham dicas sobre pontos de venda, ajudam umas às outras com mercadorias, emprestam troco, cuidam dos filhos das colegas enquanto estas vendem, e constroem verdadeiras comunidades de apoio. Essa solidariedade entre mulheres negras ambulantes é uma prática contra-hegemônica, pois desafia a lógica neoliberal da competição e da fragmentação. Nesse sentido, como afirma Carneiro (2011), a resistência negra é coletiva, relacional e intergeracional.

Portanto, ao invés de falar em empoderamento como ideal abstrato, é preciso reconhecer a resistência concreta, histórica e contínua dessas mulheres. A rua, que lhes é muitas vezes hostil, torna-se território de luta, de agência e de produção de vida. A cada dia de trabalho, as mulheres ambulantes reinscrevem suas presenças no espaço urbano, criando fissuras nas estruturas de exclusão e afirmando que seus corpos, suas histórias e seus saberes têm valor e lugar na cidade. Essa é a verdadeira resistência feminina ambulante – não silenciosa, não romantizada, mas pulsante, forjada em sofrimento coletivo, dentro de seus “universos próprios” (Soares, 1996).

3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DAS VENDEDORAS AMBULANTES NA CIDADE DE ARAGUAÍNA – TO

Com base nos capítulos anteriores, que forneceram uma compreensão teórica do comércio ambulante como um território de disputas e relações de poder, este capítulo propõe uma análise empírica fundamentada na observação participante, conforme delineada por James P. Spradley (1980).

A escolha por essa abordagem metodológica se deve à sua capacidade de revelar os significados culturais atribuídos pelas próprias vendedoras às suas experiências, práticas e estratégias de sobrevivência no comércio informal. Mais especificamente, optou-se pelo nível de participação moderada, no qual o pesquisador se posiciona ora como observador, ora como participante, mantendo o equilíbrio entre o distanciamento analítico e a imersão necessária para captar os sentidos da prática social. Sobre a participação moderada, Spradley (1980) explica:

(...) A participação moderada ocorre quando o etnógrafo busca manter um equilíbrio entre ser um integrante do grupo e um observador externo, entre a participação e a observação. O estudo de Sanders sobre jogadores de pinball (1973) é um bom exemplo de participação moderada. Ele adentrou o ambiente de uma sala de sinuca na Costa Oeste como um “frequentador” e “observador de jogos”, dois papéis que ele percebeu serem socialmente aceitos naquele contexto. Desde o início, ele manteve anotações de campo detalhadas, registrando-as após retornar de cada saída a campo. Com o tempo, passou a jogar nas máquinas, chegando até a desenvolver preferências por certos modelos, como os jogadores habituais faziam, mas nunca alcançou a habilidade ou o status de um jogador regular (Spradley, 1980, p. 60, tradução nossa⁹.)

Diante disso, entende-se que a escolha pela observação participante em nível moderado justifica-se pelas características do próprio campo de pesquisa e pela postura adotada pelo pesquisador durante a coleta de dados. Diferentemente do que Spradley (1980) define como uma participação ativa, em que o pesquisador, de fato, atua como membro pleno do grupo, a participação moderada permite observar os fenômenos sociais em sua espontaneidade, ao mesmo tempo em que possibilita algum grau de interação e envolvimento com os sujeitos.

No contexto desta pesquisa, a atuação do pesquisador será marcada por momentos em que se posicionará como observador atento e reflexivo, por exemplo, ao

⁹ No original: *Moderate participation occurs when the ethnographer seeks to maintain a balance between being an insider and an outsider, between participation and observation. Sanders' study of pinball players (1973) is a good example of moderate participation. He entered the scene of a West Coast pool hall as a "loiterer" and "game watcher," two roles that he observed were acceptable in this setting. From the start he kept careful fieldnotes, recording them after returning from a field trip. In time he played the machines, even developing particular preferences as regular players did, but he never achieved the skill or status of a regular.*

acompanhar a dinâmica de trabalho das vendedoras ambulantes enquanto realizam suas atividades. Em outras situações, poderá interagir diretamente com as vendedoras, sobretudo quando for percebido como um potencial cliente.

Entretanto, não assumirá o papel de vendedor ou atuará diretamente na comercialização dos produtos, o que caracteriza uma postura híbrida – ora mais observacional, ora mais participativa – coerente com os pressupostos metodológicos da participação moderada. Essa estratégia possibilita acessar os significados culturais atribuídos pelas vendedoras às suas práticas cotidianas, sem interferir de forma incisiva nas dinâmicas que se pretende compreender.

Dito isso, a observação participante permite compreender os modos de agir, falar, ocupar e resistir que são incorporados cotidianamente pelas mulheres ambulantes em Araguaína - TO. Esta abordagem possibilita uma leitura cultural dos fenômenos sociais, centrando-se na descrição densa das práticas e significados partilhados no campo, com foco especial nas relações de gênero, raça, territorialidade e resistência que permeiam o cotidiano dessas trabalhadoras.

Aliada à observação, este capítulo integra entrevistas semiestruturadas, as quais, segundo o próprio Spradley, constituem uma ferramenta essencial no processo investigativo para capturar os termos nativos, categorias culturais e significados atribuídos pelos interlocutores à sua realidade.

Assim, a observação participante e as entrevistas compõem um arcabouço metodológico que visa dar visibilidade às vozes, saberes e práticas dessas mulheres, suas lutas simbólicas, os estigmas que enfrentam, bem como as formas de resistência e reinvenção social presentes em seus trajetos cotidianos.

A análise proposta conduz o leitor a um entendimento mais abrangente do comércio ambulante como espaço de interação simbólica, disputa territorial e resistência cotidiana. Por meio da observação participante, busca-se revelar a complexidade e a centralidade das experiências dessas mulheres na dinâmica urbana da cidade de Araguaína.

3.1 - Proposta Metodológica

A observação participante é uma técnica central da etnografia, na qual o pesquisador se insere no ambiente estudado para observar comportamentos e interações em primeira mão. James P. Spradley (1980) descreve que há um *continuum* de envolvimento do pesquisador, desde a não participação até a participação completa,

passando pelos níveis de participação passiva, moderada e ativa. Em especial, na participação moderada o pesquisador busca equilibrar os papéis de “*insider*” e “*outsider*”, alternando momentos de interação ativa com os participantes e momentos de postura observadora. Esse equilíbrio permite simultaneamente envolvimento suficiente para compreender o contexto por dentro e distanciamento crítico para manter a objetividade na análise.

Spradley (1980) enfatiza que essa postura moderada maximiza os benefícios da observação participante, combinando *rapport* (vínculo de confiança) com perspectiva analítica. Ou seja, o pesquisador engaja-se no cotidiano do grupo (por exemplo, frequentando os mesmos espaços, conversando informalmente), mas sem assumir completamente o papel nativo nem se afastar totalmente como um estranho. Desse modo, consegue captar significados internos das práticas culturais estudadas, ao mesmo tempo em que registra os dados de forma sistemática em diários de campo. A participação moderada, segundo Spradley (1980), oferece uma “boa combinação de envolvimento e desprendimento necessário para permanecer objetivo”.

No contexto da pesquisa sobre vendedoras ambulantes em Araguaína, adotou-se esse nível de participação. O pesquisador imergiu nos espaços urbanos selecionados (bares e restaurantes), como um cliente ou frequentador, observando as interações *in loco* e ocasionalmente interagindo com os ambulantes de forma natural (por exemplo, comprando um produto ou conversando casualmente). A postura moderada foi fundamental, pois permitiu aproximar-se da realidade das vendedoras – entendendo suas rotinas, estratégias e dificuldades diárias – sem, contudo, interferir significativamente no ambiente ou “virar nativo” a ponto de perder a perspectiva analítica. Como lembra Spradley (1980), o pesquisador moderadamente participante mantém uma certa distância reflexiva, evitando tanto a frieza do observador passivo quanto o envolvimento completo que poderia comprometer a neutralidade.

A abordagem de observação participante com participação moderada tem sido empregada em estudos qualitativos de populações marginalizadas, comércio informal e práticas urbanas. Em contextos de vulnerabilidade, esse método permite revelar sutilezas do cotidiano que outros métodos dificilmente captariam. Por exemplo, Bouças (2015), em sua dissertação sobre mulheres vendedoras ambulantes em Salvador, utilizou da observação participante para compreender como essas trabalhadoras apropriam-se do espaço público e vivenciam o trabalho informal no dia a dia. Essa

imersão moderada possibilitou à autora discutir as dinâmicas de gênero, raça e território envolvidas no que ela chama de “trabalho de rua”.

De modo similar, Reginensi (2018) realizou uma etnografia do comércio informal no Rio de Janeiro, analisando “fronteiras flexíveis” e os jogos de atores na metrópole – um estudo que também demandou a presença prolongada da pesquisadora em mercados populares e ruas comerciais, interagindo moderadamente com camelôs para captar tanto as interações econômicas quanto os conflitos políticos em torno do espaço urbano.

Outro exemplo significativo é de Helene (2015), que pesquisou a vida de prostitutas em Campinas - SP através da observação participante, lançando luz sobre a segregação urbana e a construção de territórios da prostituição. Nesses casos, a participação moderada foi estratégica: pesquisadores inseriram-se nos contextos (feiras de rua, praças, zonas de meretrício), estabelecendo confiança com atores sociais marginalizados, mas sem perder o papel de pesquisador. Assim, conseguiram documentar práticas cotidianas, estratégias de sobrevivência e relações de poder de grupos invisibilizados socialmente.

Vale destacar que a etnografia urbana frequentemente se vale desse nível de engajamento. Estudos clássicos como “*Street Corner Society*” de William Whyte (1943) ou pesquisas contemporâneas sobre moradores de rua e catadores também adotaram aproximação participante moderada, na qual o pesquisador convive com o grupo (frequenta os mesmos espaços, participa de conversas), porém mantendo um olhar investigativo.

Essa abordagem tem se mostrado frutífera para compreender fenômenos como economia informal, redes de solidariedade em favelas, cultura de rua, entre outros. Em todos esses exemplos, a fundamentação teórica de Spradley – de que a observação participante é um *continuum* de papéis – oferece respaldo metodológico para posicionar o pesquisador de maneira ética e eficaz.

A participação moderada é especialmente útil em pesquisas com grupos vulneráveis porque equilibra a empatia (necessária para ganhar acesso e interpretar significados locais) com a distância (necessária para análise crítica), garantindo uma compreensão densa do fenômeno estudado. Já nas entrevistas em profundidade, o pesquisador busca obter informações detalhadas e subjetivas sobre as perspectivas e experiências dos indivíduos.

Uma vez que é notória a presença de um maior número de ambulantes comercializando alimentos como doces e salgados nas ruas, praças, bares e restaurantes, o olhar desta pesquisa se direciona principalmente à presença de vendedores e vendedoras que transitam em espaços públicos e privados durante a cena noturna da cidade de Araguaína.

A escolha metodológica de observar vendedoras ambulantes à noite em Araguaína reflete a relevância de estudar contextos específicos, especialmente em um campo que demanda compreensão profunda das práticas e dinâmicas em horários e locais onde essas interações ocorrem. No caso das vendedoras ambulantes, o período noturno é fundamental, pois concentra maior fluxo de consumidores em espaços de lazer e alimentação, proporcionando um cenário dinâmico para a coleta de dados sobre interações sociais, modos e o ambiente de trabalho dessas mulheres.

Sendo assim, o trabalho de campo foi realizado predominantemente no período noturno, registrando-se horários de chegada e de saída, com permanência de no mínimo 3 horas em bairros com maior circulação e demanda por alimentação, lazer e confraternização como o Setor Noroeste, a Vila Aliança e o Setor Anhanguera, observando-se a interação tanto de vendedores homens quanto mulheres.

As visitas ao campo ocorreram nos meses de junho, julho, e agosto de 2024, alternando entre sextas-feiras, sábados e domingos. Foram realizadas três vezes em cada um dos meses, alternando-se também entre os locais estudados durante os meses, que ocorreram conforme o quadro a seguir.

Figura 1 – Cronograma das observações realizadas no campo



Fonte: Autor

O estudo se atentou tanto ao comportamento dos ambulantes, como o tratamento e a receptividade dos consumidores com o intuito de se avaliar as reações e a adaptabilidade dos vendedores e vendedoras no campo, assim como possíveis diferenças de tratamento dos clientes para com os vendedores e vendedoras.

Como argumentam Emerson, Fretz e Shaw (2011), o valor das observações diretas está em permitir que o pesquisador registre, de maneira detalhada, os comportamentos e as interações observadas, de forma a captar as dinâmicas espontâneas que configuram a realidade social dos sujeitos estudados. Essa abordagem ajuda a revelar os significados atribuídos pelos próprios participantes às suas práticas e interações.

A utilização de diários de campo reforça essa metodologia ao proporcionar um espaço onde o pesquisador pode registrar observações detalhadas, reflexões e *insights* imediatos, garantindo que os dados permaneçam ricos e precisos. Conforme Spradley (1980) sugere, o diário de campo é uma ferramenta central para capturar o ambiente em toda a sua complexidade, permitindo a análise de detalhes sutis que podem escapar em outros métodos de registro.

Ao se concentrar em espaços noturnos onde se espera maior circulação de pessoas, o estudo ganha acesso a momentos de interação que poderiam ser minimizados ou ocultados em horários mais calmos. Como apontam Hammersley e Atkinson (2007), a análise permite que o pesquisador compreenda os processos simbólicos e sociais que fundamentam as práticas diárias, revelando os “mundos sociais” nos quais os participantes estão inseridos.

Segundo Minayo (2010), a entrevista qualitativa possibilita que o pesquisador acesse os significados que os indivíduos atribuem às suas práticas e realidades, algo que a observação por si só pode não captar completamente. “A entrevista, enquanto técnica de coleta de dados, proporciona um acesso direto às interpretações dos indivíduos sobre sua realidade e suas práticas, revelando significados que muitas vezes não são evidentes apenas pela observação” (Minayo, 2010, p. 125).

As entrevistas também favorecem o acesso às narrativas pessoais que revelam os desafios e as estratégias que as vendedoras desenvolvem para lidar com as condições de trabalho e a invisibilidade social que enfrentam. Ao oferecer um espaço seguro para que as vendedoras compartilhem suas histórias, as entrevistas proporcionam uma representação mais autêntica de suas vivências. Segundo Spradley (1980, p. 5) “A entrevista etnográfica permite que o pesquisador entre no mundo do informante e explore sua visão de como o mundo funciona, obtendo informações que são significativas para a compreensão da cultura que está sendo estudada”.

Por isso, neste estudo, ao ouvir-se diretamente as vendedoras ambulantes possibilita-se ao pesquisador compreender as nuances das suas interações e a maneira

como percebem seu próprio papel no espaço urbano de Araguaína. Conforme trazido por Emerson, Fretz & Shaw (2011):

Entrevistas fornecem um contexto adicional e expandem as interpretações dos dados de campo, oferecendo aos informantes a oportunidade de refletir sobre suas próprias ações e perspectivas. Estas conversas permitem ao pesquisador buscar explicações e obter informações que não foram diretamente observadas, bem como explorar a significância que os informantes atribuem aos eventos e interações (Emerson, Fretz & Shaw, 2011, p. 130).

Inicialmente, entrevistas foram direcionadas exclusivamente a mulheres vendedoras ambulantes, especialmente àquelas que exercem sua função sozinhas ou na companhia de filhas e familiares mulheres. Todavia, ao longo da pesquisa, mais especificamente nos meses de agosto e outubro de 2024, houve uma certa dificuldade de se encontrar mulheres atuando nos locais de observação.

Por esse motivo, foram realizadas quatro entrevistas ao todo. As duas primeiras foram conduzidas individualmente nos meses de maio e junho de 2024. Em outubro de 2024, decidiu-se entrevistar homens ambulantes para explorar a dimensão de gênero na atuação. Nesse processo, constatou-se que um dos entrevistados mantinha um relacionamento com uma mulher vendedora ambulante, que também participou da pesquisa concedendo uma entrevista. Por fim, em novembro de 2024, foi realizada a quarta e última entrevista com uma senhora ambulante, destacando-se por pertencer a uma faixa etária mais avançada.

DESCRIÇÃO DO PERFIL DAS ENTREVISTADAS (E ENTREVISTADO)						
Nome	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Raça	Gênero	Filhos
L.S.L	33	União Estável	Ens. Fundamental Completo	Negra	Mulher Cis	4
Y.S.S	27	Solteira	Ens. Médio Completo	Negra	Mulher Cis	1
M.V.F.C	25	Solteira	Ens. Superior Completo	Negra	Mulher Cis	0
O.L.M (Companheiro M.V.F.C)	25	Solteiro	Ens. Superior Incompleto	Branco	Homem Cis	1
M.J.P.S	55	Casada	Educação Infantil incompleta (Pré-escola)	Negra	Mulher Cis	4

Cada entrevista teve uma duração média de 30 minutos, tendo sido realizada em dois momentos diferentes com o intervalo de aproximadamente quinze dias: no primeiro foi solicitado que relatassem suas vivências no comércio ambulante e, no segundo, foram esclarecidas dúvidas pontuais sobre os relatos, incluindo uma tentativa de identificar rotas que essas vendedoras fazem na cidade para tomar conhecimento de regiões que frequentam ou não, dos espaços mais receptivos e de suas territorialidades ambulantes. As entrevistas foram realizadas individualmente e transcritas para análise.

Os testemunhos foram apresentados demonstrando duas frentes de análise: primeiro, como essas mulheres iniciaram sua trajetória na vida ambulante, o quão importante é essa atividade na sua renda familiar e quais os maiores desafios (preconceito, machismo, estereótipos, invisibilidade) na prática dessa atividade na cidade de Araguaína; segundo, demonstrar quais dinâmicas, quais espaços públicos (praças, avenidas, etc.), espaços privados (bares, restaurantes, etc.) frequentam, quais as rotas preferenciais, quais locais evitam frequentar, qual a influência do poder público na atividade e quais suas perspectivas futuras. Ou seja, o roteiro das entrevistas explora desde o início de suas atividades no comércio ambulante, até as dificuldades e aspirações que enfrentam nessa atividade.

Nestes moldes, a observação participante e a realização de entrevistas permitiram a coleta de dados aprofundados sobre a vida dessas mulheres, levando em consideração as dimensões culturais, territoriais e de poder que permeiam suas experiências, visando contribuir socialmente para a vida destas vendedoras além de incrementar o campo do conhecimento a seu respeito, tal metodologia garante a esta pesquisa o respeito às histórias dessas mulheres e a qualidade científica que se espera para o programa.

A partir dos dados empíricos coletados, foram identificadas várias categorias analíticas que estruturam a interpretação dos resultados. Essas categorias emergiram das falas das participantes e das notas de campo, refletindo os principais temas e dimensões da experiência das ambulantes. A seguir, apresenta-se um quadro síntese com as categorias analíticas levantadas, e uma breve justificativa de cada item, embasada nos dados empíricos que serão expostos ao longo do capítulo:

CATEGORIA ANALÍTICA	DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA
Trajetória de Ingresso e Motivação	Refere-se ao caminho de entrada das mulheres no comércio ambulante e seus motivos (geralmente por necessidade econômica ou falta de alternativas no mercado formal). Essa categoria ajuda a compreender o perfil socioeconômico das ambulantes e as razões estruturais que as levam ao trabalho informal.
Estratégias de Venda Interação com Clientes (Cultura/Identidade)	Diz respeito às táticas que as ambulantes utilizam para abordar clientes, atrair atenção e efetivar vendas, bem como o manejo das interações sociais no processo de venda.
Territorialidade e Espaços de Atuação	Abrange a escolha e uso dos espaços urbanos pelas ambulantes, bem como as dinâmicas de disputa ou adequação territorial em sua atividade.
Relações de Gênero e Enfrentamento do Assédio	Categoria que destaca como o fato de serem mulheres influencia a experiência no comércio ambulante, especialmente no tocante a assédios, abordagens indesejadas e diferenças de tratamento em comparação a vendedores homens.
Preconceito e Estigmas Sociais	Trata do olhar da sociedade sobre as vendedoras ambulantes, incluindo preconceitos de classe e gênero que afetam sua autoestima e desempenho. Reconhecer essa categoria é importante para entender as barreiras de reconhecimento e respeito que as ambulantes precisam transpor diariamente.
Redes de Apoio e Resistência Cotidiana	Categoria que descreve os mecanismos de suporte e as fontes de força que as vendedoras acionam para lidar com os desafios diários, bem como as formas de resistência que manifestam. Destaca-se tanto os apoios concretos (pessoas e crenças) quanto a agência das vendedoras em resistir à invisibilidade e às dificuldades, afirmando sua dignidade através do trabalho.
Relação com Poder Público e Regulamentação	Engloba o conhecimento, ou a falta dele, sobre as normas municipais de comércio de rua e a interação (ou ausência) das ambulantes com instâncias de poder público. Compreender essa relação (ou falta de relação) com o poder público é fundamental para discutir soluções e reconhecimento desses trabalhadores.
Aspirações Futuras	Esta categoria diz respeito aos objetivos e planos de futuro das ambulantes, incluindo o desejo de melhorar de vida e formalizar ou expandir suas atividades. A importância desta categoria é mostrar que, longe de se conformarem com a precariedade, as ambulantes projetam um futuro diferente, usando a experiência atual como aprendizado e meio para atingir metas de longo prazo (como educação dos filhos, negócio próprio, melhoria de renda).

As categorias acima se inter-relacionam e compõem um panorama integrado da experiência das vendedoras ambulantes. Por exemplo, as *estratégias de venda* estão ligadas à *territorialidade* (adequam-se ao espaço), as *relações de gênero* influenciam as *redes de apoio*, o *preconceito social* reforça a busca por *formalização* (desejo de ser reconhecida como trabalhadora legítima) e assim por diante. A partir da observação participante moderada, foi possível identificar esses eixos analíticos de forma indutiva, diretamente informada pelas falas e ações das participantes no contexto urbano real.

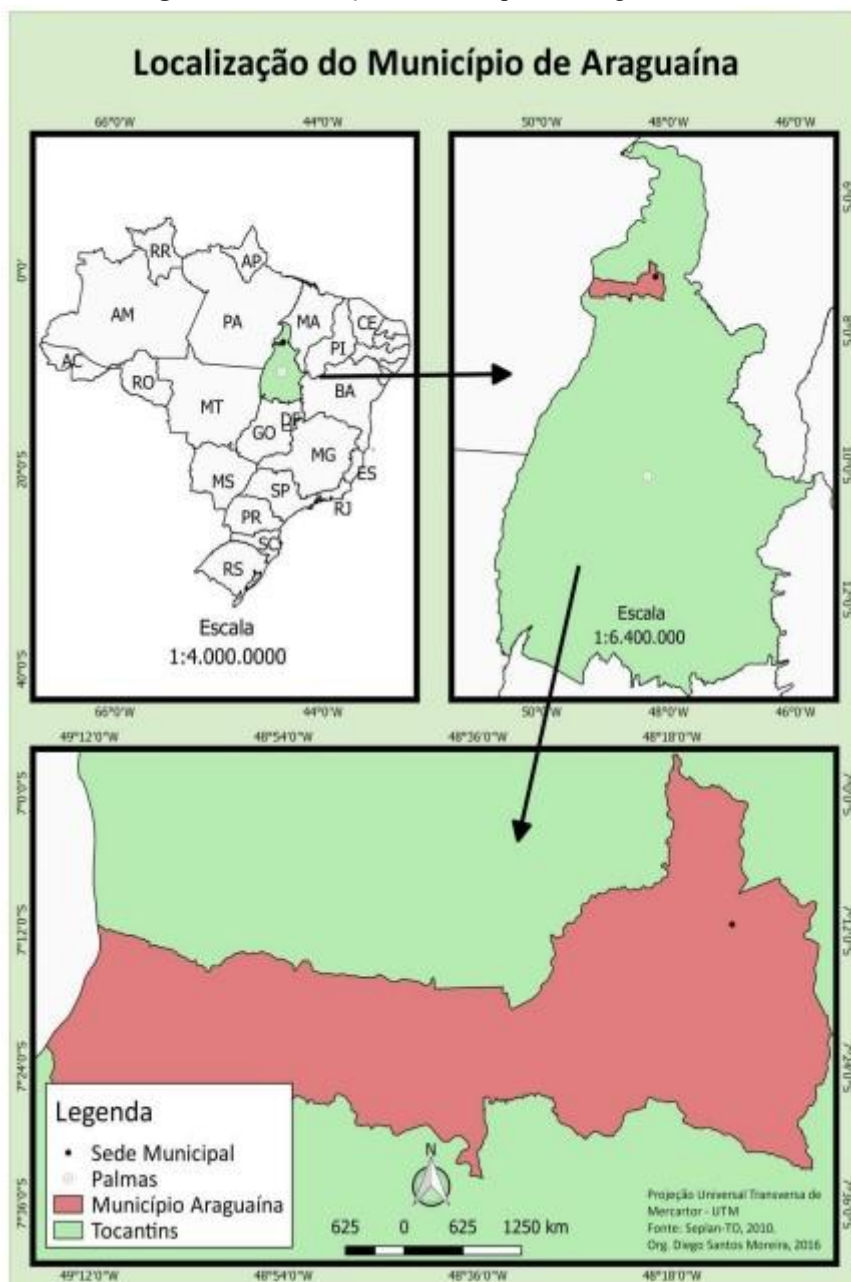
Em síntese, a fundamentação teórica de Spradley (1980) orientou a postura metodológica adotada – de imersão moderada no campo –, o que garantiu acesso rico aos significados culturais e práticas cotidianas das vendedoras de Araguaína. A aplicação prática dessa metodologia, se mostrou adequada para compreender populações marginalizadas e atividades informais em profundidade.

3.2 – Araguaína – TO e Legislação Municipal:

Araguaína é um município do norte do Tocantins, conhecido como a “capital econômica” do estado devido à sua importância regional em comércio e serviços. Fundada em 1958, a cidade experimentou rápido crescimento após a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-153) nos anos 1960, tornando-se um polo de desenvolvimento regional.

Com área de aproximadamente 4.004 km² e população estimada de 171.301 habitantes (IBGE, 2024), Araguaína é a segunda cidade mais populosa do Tocantins. Sua localização estratégica – próxima aos estados do Pará e Maranhão e entre os rios Araguaia e Tocantins – favoreceu o comércio e a integração com o MATOPIBA (fronteira agrícola que abrange MA, TO, PI, BA).

Figura 2 – Localização do município de Araguaína - TO



Fonte: SEPLAN – TO, 2010. (Org.) MOREIRA, Diego Santos, 2016.

Localiza-se a 384 km da capital, Palmas, e é margeada pela BR-153 e pela ferrovia Norte-Sul. Tornou-se um polo regional logístico e de serviços, sendo classificada pelo IBGE como capital regional C, enquanto Palmas é capital regional B, conforme os fluxos urbanos regionais (IBGE, 2020, p. 16).

De acordo com os estudos de Ribeiro (2016) sobre Araguaína, a cidade possui um total de 121 bairros divididos por todo perímetro urbano e seus arredores. Assim podemos observá-los na figura a seguir:

Figura 3 – Lista de Bairros Araguaína

01: Centro	02: DAIARA	03: Belo Horizonte
04: Fátima	05: Eldorado	06: JK
07: Neblina	08: Santa Terezinha	09: São João
10: Senador	11: Barra da Grota	12: Jardim Ademar
13: Jardim Beira-Lago	14: Jardim Califórnia	15: Jardim das Palmeiras
16: Jardim Palmeiras Norte	17: Jardim do Lago	18: Jardim Esplanada
19: Jardim Filadélfia	20: Jardim Garavelo Sul	21: Jardim Paulista
22: Jardim Pedra Alta	23: Jardim Santa Helena	24: Jardim Santa Mônica
25: Povoado Pontes	26: Patrocínio	27: Aeroporto
28: Aeroviário	29: Alaska	30: Ana Maria
31: Anhanguera	32: Araguaína Sul	33: Araguaína Sul II
34: Barros	35: Bela Vista	36: Bela Vista II
37: Brasil	38: Carajás	39: Castelo Branco
40: Céu Azul	41: Cimba	42: Costa Esmeralda
43: Coimbra	44: Couto Magalhães	45: Cruzeiro
46: Dom Orione	47: Dona Nélcia	48: George Yunes
49: Itaipu	50: Itamarati	51: Itapuã
52: Itatiaia	53: José Ferreira	54: Jardim das Flores
55: Jardim das Flores II	56: Jardim das Flores III	57: José Fernando
58: Liberdade	59: Luiz Vinhal	60: Manoel Cardoso
61: Manoel G. da Cunha	62: Mansões do Lago	63: Maracanã
64: Martin Jorge	65: Monte Sinai	66: Morada do Sol I
67: Morada do Sol II	68: Morada do Sol III	69: Noroeste
70: Nova Araguaína	71: Novo Horizonte	72: Oeste
73: Palmas	74: Parque Bom Viver	75: Parque do Lago
76: Planalto	77: Raizal	78: Recreativo
79: Residencial Morumbi	80: Residencial Morumbi II	81: Residencial Morumbi III
82: Rodoviário	83: Santa Luzia	84: São Francisco
85: São José	86: São Luís	87: São Miguel
88: São Pedro	89: Sonhos Dourados	90: Sul
91: Tecnorte	92: Tereza Hilário Ribeiro	93: Tocantins
94: Tocantins II	95: Universitário	96: Urbanístico
97: Urbano	98: Vila Aliança	99: Vila Azul
100: Vila Azul II	101: Vila Bragantina	102: Vila Cearense
103: Vila Couto Magalhães	104: Vila da Paz	105: Vila Ferreira
106: Vila Goiás	107: Vila Norte	108: Vila Nova
109: Vila Piauí	110: Vila Ribeiro	111: Vila Rosário
112: Vila Santiago	113: Vila União	114: Presidente Costa e Silva
115: Presidente Lula	116: Jardim dos Ipês	117: Jardim dos Ipês II
118: Jardim dos Ipês III	119: Jardim Europa	120: Cidade Nova
121: Jardim Boa Sorte		

Fonte: IBGE, 2016. (Org.) RIBEIRO, Renielle Sanches, 2016.

Araguaína, como centro regional no norte do Tocantins, tem demonstrado crescimento na geração de empregos formais. Em janeiro de 2023, liderou a criação de vagas no estado, com saldo positivo de 132 postos, especialmente no setor de serviços,

conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). (Governo do Tocantins, 2024).

Em 2024, o Tocantins registrou taxa média de desemprego de 5,5%, a menor desde 2012. No entanto, essa taxa não reflete plenamente a qualidade dos empregos, pois muitos trabalhadores por conta própria ou sem carteira assinada não são contabilizados nas estatísticas oficiais de desemprego. Em nível nacional, cerca de 39 milhões de pessoas, representando 39% da força de trabalho, estavam em ocupações informais em 2023. (Jornal Primeira Página, 2025).

Em janeiro de 2023, Araguaína liderou a criação de empregos formais no Tocantins, alcançando um saldo positivo de 132 vagas, com destaque para o setor de serviços. Esse desempenho contribuiu para que o estado ocupasse a primeira posição na geração de empregos na Região Norte do Brasil. A cidade mantém um histórico contínuo de saldos positivos desde 2017, o que evidencia a eficácia de políticas públicas locais voltadas ao desenvolvimento econômico, bem como a confiança da iniciativa privada no ambiente de negócios da região (Prefeitura de Araguaína, 2023).

Para o ano de 2024, Araguaína assegurou mais de R\$ 144,3 milhões em recursos provenientes de emendas parlamentares e programas federais, destinados a diversas áreas prioritárias da gestão pública. Na infraestrutura urbana, cerca de R\$ 61 milhões foram reservados para obras de pavimentação, drenagem e recapeamento de ruas em bairros como Nova Araguaína, Maracanã e Universitário. No campo da tecnologia e segurança, os investimentos somam R\$ 22,7 milhões em videomonitoramento urbano e R\$ 13,8 milhões para implantação de energia solar em escolas e creches municipais. No setor cultural, a cidade receberá R\$ 2,75 milhões por meio das leis federais Paulo Gustavo e Aldir Blanc, com o objetivo de fomentar projetos culturais locais. Já na área da saúde, estão previstos R\$ 14,4 milhões para ações digitais e construção de uma nova Unidade Básica de Saúde, além de R\$ 10 milhões para a realização de procedimentos de média e alta complexidade. Por fim, a segurança pública também será beneficiada, com a destinação de R\$ 2,11 milhões para a aquisição de veículos de apoio à Guarda Municipal (Prefeitura de Araguaína, 2024).

Apesar de tantos investimentos e de ter um Produto Interno Bruto (PIB) municipal superior a R\$ 5,2 bilhões (Araguaína Notícias, 2023), muitos bairros de Araguaína enfrentam carências em saneamento, pavimentação e equipamentos públicos adequados, impactando negativamente a qualidade de vida e as oportunidades de trabalho decente nas periferias. Essas disparidades evidenciam a dualidade do mercado

de trabalho local: enquanto empregos formais se concentram no centro comercial, a população das zonas menos favorecidas recorre ao comércio informal para subsistência.

A economia local apoia-se no setor terciário (comércio, serviços, educação e saúde) e na pecuária extensiva, mantendo forte influência sobre os municípios vizinhos. Apesar do dinamismo econômico, a cidade enfrenta desafios sociais: falta de infraestrutura básica em vários bairros e crescimento urbano desordenado, legado de um passado de pouca intervenção pública na organização urbana. Esse contexto contribuiu para desigualdades socioespaciais – incluindo assentamentos precários e ocupações informais nas periferias – e para a manutenção de um amplo setor informal de trabalho.

É evidente (...) que as cidades criadas a partir da BR Belém-Brasília não tiveram o acompanhamento da infraestrutura mínima necessária. Desta forma, os desejos de seus moradores não são saciados por elas. Araguaína, que é considerada a capital econômica do Estado, carece de infraestrutura básica. Sua população não é assistida pelos equipamentos públicos. Faltam praças, rede de saneamento básico, asfalto com qualidade, arborização, calçadas niveladas para o Portador de Necessidades Especiais se locomover, falta rigor no cumprimento das normas de trânsito, etc. (Pereira, 2013, p.113).

De acordo com Pinto et al (2024), o desenvolvimento histórico de Araguaína remonta às atividades mineradoras e agropecuárias das décadas de 1960 e 1970, impulsionado, sobretudo, pela construção da rodovia Belém-Brasília, que ampliou o fluxo de pessoas e mercadorias e consolidou a cidade como centro de atração migratória. Ainda antes da criação do Tocantins, Araguaína já figurava entre as maiores cidades do antigo norte goiano, tendo recebido o título simbólico de “capital do boi gordo”, em alusão à sua força produtiva no setor agropecuário.

Contudo, a pujança econômica da cidade contrasta com seus persistentes índices de desigualdade. Amparados por dados do IBGE e análises posteriores, Pinto et al (2024) afirma que cerca de 30% da população do estado vivia em situação de pobreza em 2019, e Araguaína acompanhava esse panorama, apresentando, por exemplo, mais de 70% de sua população vulnerável à pobreza em 1991, com diminuição nos anos seguintes, mas ainda com índices alarmantes.

Tal realidade aponta para a existência de uma Araguaína excludente, onde a riqueza não é socialmente redistribuída, e as contradições urbanas emergem de forma aguda. A cidade que produz o “boi gordo” também revela o “povo magro”, como denunciam os movimentos sociais locais. Nesse contexto, os autores Pinto et al. (2024)

analisam Araguaína não apenas como um espaço geográfico, mas como um campo de disputas por moradia, visibilidade e cidadania.

A cidade é marcada por intensa segregação socioespacial e pela reprodução de um modelo urbano que favorece a mercantilização da terra e a especulação imobiliária, inviabilizando o acesso à moradia digna pela população de baixa renda. Não por acaso, Araguaína foi o único município do Tocantins identificado com aglomerados subnormais no Censo de 2010, conforme exposto por Pinto et al (2024), o que revela a naturalização da precariedade habitacional em sua estrutura urbana.

Nesse cenário, as ocupações urbanas – como os setores Alto Bonito e Jardim Deus é Fiel, estudados pelos autores – emergem como resposta à exclusão promovida pelo Estado e pelo mercado, configurando-se como territórios de resistência e de construção do comum. A partir de práticas autônomas, cooperação entre moradores e produção de formas próprias de organização, essas comunidades materializam o que Dardot e Laval (2017) e Hardt e Negri (2016) denominam de produção do comum: formas de vida coletivas que desafiam as lógicas neoliberais e o monopólio jurídico do Estado sobre os modos de habitar. A cidade, portanto, não pode ser compreendida apenas por suas estatísticas ou sua importância econômica, mas deve ser pensada como território em disputa, onde insurgências cotidianas revelam outras formas possíveis de produção de vida e de pertencimento urbano.

Em Araguaína, não há uma lei específica voltada exclusivamente para as vendedoras ambulantes itinerantes, como descritas nessa pesquisa, mas o município dispõe de normas gerais e pontuais que tangenciam o comércio de rua. As principais são o Código Municipal de Posturas (Lei nº 1.778/1997), que estabelece regras de uso do espaço público e do funcionamento de atividades econômicas em geral. O Código dedica um capítulo ao “exercício do comércio e atividades profissionais ambulantes”, definindo ambulante de forma geral como “todo aquele que exerce atividades comerciais ou de serviços em logradouros públicos”.

Ele exige autorização prévia da Prefeitura para atuação dos ambulantes com estruturas próprias de atuação e regulamenta os equipamentos permitidos (veículos, tableiros, carrocinhas etc.) e os produtos que podem ser vendidos. Por exemplo, são permitidas vendas ambulantes de alimentos como pães, doces, sorvetes e salgados, desde que em recipientes adequados, e exige-se que o vendedor mantenha o local limpo e carregue lixeiras portáteis.

O Código também prevê que a autorização é personalíssima e precária (pode ser revogada a qualquer tempo), e proíbe a fixação permanente sem licença – ou seja, os ambulantes só podem estacionar em locais e horários permitidos, não podendo obstruir o trânsito de veículos ou pedestres. Essas normas, embora forneçam diretrizes, têm caráter genérico e punitivo, focando na ordem urbana (higiene, sossego, trânsito) e não em incentivar ou proteger a atividade ambulante.

Já a Lei Municipal nº 2.992/2016 criou a Feira Livre do Residencial Vila Azul, regulamentando um mercado semanal em um bairro periférico. Essa lei define a finalidade da feira – venda varejista de gêneros alimentícios e produtos diversos em local público de forma transitória, mediante autorização – e explicitamente permite a atuação de comerciantes caracterizados como ambulantes, artesãos, vendedores de pescado e hortifrúti, entre outros, dentro do recinto da feira. Estipula que a feira ocorre aos sábados das 16h às 22h, em trecho específico de vias do Residencial Vila Azul, podendo o Executivo ajustar dias e horários.

A lei também atribui à Prefeitura a organização: expedição de alvarás, cadastro dos feirantes, fiscalização da ordem e da segurança, e limpeza do espaço. Aos feirantes, impõe deveres como respeito às instruções dos fiscais, boas práticas de higiene e educação no trato com o público, controle de ruído e disposição adequada do lixo. Essa legislação demonstra uma iniciativa de inclusão parcial do comércio informal em um espaço regulado – a feira de bairro –, oferecendo infraestrutura básica (local fixo, horários, segurança) para vendedores antes dispersos. Porém, seu alcance é limitado a um evento semanal em local determinado, beneficiando um conjunto específico de ambulantes (em geral, feirantes de alimentos e artesanato).

A Lei Municipal nº 3.452/2024, mais recente, regulamenta a Feira Livre do Setor Costa Esmeralda, outro mercado público periódico. Trata-se de uma lei breve que autoriza a realização de uma feira aos domingos das 7h às 12h nesse setor, indicando a rua exata de funcionamento. Essa norma complementa a anterior ao criar mais um espaço formal para o comércio popular. Novamente, a organização fica a cargo do Município. Com isso, Araguaína institucionalizou pelo menos duas feiras livres em bairros distintos – ações positivas para ordenar e fomentar o comércio ambulante local de alimentos e produtos agrícolas.

Em que pese essas leis municipais, percebe-se que nenhuma delas aborda de forma específica a situação das vendedoras ambulantes que circulam pelas ruas da cidade diariamente (aquelas que não estão restritas a uma feira ou local fixo). Ou seja,

não há uma política pública municipal direcionada exclusivamente a esse segmento de trabalhadoras¹⁰.

O Código de Posturas de 1997, embora vigente, oferece apenas um enquadramento legal genérico e, muitas vezes, restritivo – preocupando-se mais em controlar e limitar a presença dos ambulantes no espaço urbano (exigindo licenças, definindo proibições) do que em integrá-los à economia urbana de forma sustentável.

Já as leis de 2016 e 2024, focadas em feiras livres, beneficiam os comerciantes informais sedentários (feirantes com ponto certo nos dias de feira), mas deixam de fora as ambulantes itinerantes que percorrem praças, avenidas, portas de escolas, eventos e semáforos oferecendo seus produtos. Essas mulheres – frequentemente negras, de baixa renda e chefes de família – continuam à margem da regulação específica, sujeitas apenas às normas gerais do Código de Posturas e, portanto, vulneráveis à apreensão de mercadorias ou multas se forem consideradas em situação irregular.

A ausência de uma legislação específica para as vendedores e vendedoras ambulantes itinerantes reflete a invisibilidade institucional desse grupo social. Como destacam autoras do feminismo negro brasileiro, a exemplo de Carneiro (2023) e Gonzalez (2020), mulheres negras nas bases da pirâmide socioeconômica tendem a ser historicamente negligenciadas pelas políticas públicas, permanecendo no silêncio e na invisibilidade das ações do Estado.

Em Araguaína, essa negligência manifesta-se na falta de programas municipais de capacitação, crédito ou formalização voltados às ambulantes, bem como na inexistência de uma regulamentação que considere as especificidades do trabalho ambulante feminino (que muitas vezes envolve conciliar trabalho e cuidado dos filhos, enfrentar jornadas noturnas por segurança nas ruas, etc.).

Sueli Carneiro (2023) argumenta que a invisibilidade das mulheres negras “se pronuncia em todas as engrenagens sociais” do Brasil, perpetuando desigualdades. Essa análise se aplica à realidade das ambulantes araguainenses: sem reconhecimento oficial, elas acabam excluídas das estatísticas econômicas e das iniciativas de desenvolvimento

¹⁰ É importante destacar que, embora inexista regulamentação específica no âmbito municipal acerca da atividade das ambulantes em Araguaína–TO, a legislação federal assegura mecanismos de proteção social. Nesse sentido, a Lei nº 8.212/1991 e a Lei nº 8.213/1991 permitem a inscrição da trabalhadora como contribuinte individual, possibilitando acesso a benefícios previdenciários. Ademais, desde a edição da Lei Complementar nº 128/2008, que criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI), essas trabalhadoras podem contribuir de forma simplificada para a Previdência e obter cobertura, ainda que sua atividade permaneça predominantemente inserida no contexto da informalidade.

urbano, o que reforça seu estigma de “informais” e dificulta melhorias em suas condições de trabalho.

Por outro lado, a antropologia urbana oferece ferramentas para tornar visível a importância dessas trabalhadoras. Spradley (1980), ao discutir a observação participante, destaca a necessidade de compreender as perspectivas dos atores sociais para revelar significados ocultos nas dinâmicas cotidianas. No entanto, a falta de atenção governamental indica que tais conhecimentos e vivências não têm sido incorporados na formulação de políticas.

Em outras palavras, as mulheres ambulantes seguem invisíveis para o poder público, mesmo estando diariamente presentes nas ruas e praças, animando a economia popular da cidade. Essa contradição – visibilidade prática vs. invisibilidade política – reforça o que Gonzalez (2020) chama de processo de “amefricanidade” negada: as contribuições e necessidades da mulher negra latino-americana são sistematicamente ignoradas pelas estruturas formais, reproduzindo opressões de raça, gênero e classe.

Em suma, Araguaína carece de uma regulamentação específica e de políticas inclusivas para as vendedoras ambulantes que circulam fora das feiras. As normas municipais em vigor cobrem parcialmente o fenômeno do comércio informal, mas não contemplam a totalidade das trabalhadoras nem oferecem proteção social ou incentivos à sua atividade. Autores como Spradley (1980) nos lembram da importância de olhar “de dentro” essas experiências para informar ações públicas, e pensadoras negras feministas alertam que enquanto essas mulheres permanecerem invisíveis ao olhar do Estado, continuarão vulneráveis e à margem dos benefícios do crescimento urbano.

A ausência de políticas públicas direcionadas, portanto, não é neutra: ela aprofunda a precariedade e a subalternização de um grupo já marcado por múltiplas desigualdades (de gênero, raça e classe). Reverter esse quadro exigirá tornar essas trabalhadoras sujeitos de direito – reconhecê-las, organizá-las e incluí-las nos debates – para que futuras intervenções urbanas e econômicas em Araguaína incorporem, de fato, as vendedoras ambulantes como parte legítima e fundamental da cidade.

3.3 – Detalhamento dos Locais de Estudo no Campo

Durante a pesquisa, foram observadas diversas dinâmicas e interações entre os vendedores ambulantes e os frequentadores dos estabelecimentos. Como mencionado anteriormente, a escolha dos locais levou em conta o fluxo e a circulação de pessoas,

especialmente no período noturno, resultando em três áreas específicas de Araguaína: a Praça do Setor Noroeste, com seus lanches e bares ao redor; os espetinhos e bares nos arredores da Praça da Vila Aliança; e os bares e restaurantes situados na Av. José de Brito Soares, no Setor Anhanguera.

Na Vila Aliança, há uma diversidade de bares e restaurantes. Em geral, predominam bares simples e informais, onde são servidos pratos e petiscos típicos da região, como espetinhos, caldos e porções de carne. Esses locais costumam oferecer um ambiente acolhedor e familiar, com música ambiente, frequentemente voltada para gêneros populares como o sertanejo.

O foco desses estabelecimentos é, muitas vezes, oferecer uma refeição que pode variar a depender do prato numa média de R\$ 13,00 até R\$ 50,00, atendendo principalmente os moradores e trabalhadores da área. Após o término do expediente, é comum que as pessoas se desloquem até esses locais com familiares ou amigos para uma refeição ou para aproveitar o lazer após o trabalho. De acordo com a Secretaria de Planejamento da Cidade, a Vila Aliança é classificada como uma Zona Mista Central, reforçando a integração entre o comércio e a vida comunitária.

Figura 4 – Zoneamento da Vila Aliança a partir do site da SEPLAN



Fonte: Adaptado a partir de mapa disponível em seplan.araguaina.to.gov.br

As opções noturnas na Vila Aliança incluem o “Espeto e Lanche 1”, situado em uma das principais entradas do bairro, popular entre os frequentadores por oferecer desde espetos até lanches variados, como o “x-salada”. No coração da praça, encontra-se o “Espeto e Lanche 2”, que também serve lanches e espetos, sendo outra parada comum para quem busca opções rápidas. Outro destaque é o bar alternativo “Bar 1,” conhecido por sua atmosfera progressista e sua seleção musical diferenciada, com foco em MPB e outros estilos não tão comuns nos bares da cidade. Na extremidade direita da área, o “Espeto e Lanche 3” que oferece uma seleção mais ampla de espetos e carnes, sendo uma opção popular para quem busca algo especial na culinária local.

Já o bairro Noroeste em Araguaína é uma área bastante movimentada, especialmente em torno de sua praça principal, que é um ponto de encontro para moradores e visitantes. O local tem um caráter residencial, mas com uma variedade de pequenos comércios, incluindo lojas e mercados, e é conhecido por sua vida noturna animada. Apesar do número considerável de bares e restaurantes, a SEPLAN considera a zona como sendo em maior parte residencial.

Figura 5 – Zoneamento do Setor Noroeste a partir do site da SEPLAN



Fonte: Adaptado a partir de mapa disponível em seplan.araguaina.to.gov.br

A praça do bairro concentra opções de lazer e alimentação, sendo um destino frequente para quem busca momentos de descontração à noite. Nos arredores da praça, é possível encontrar diversos bares e lanchonetes que servem petiscos e pratos como espetinhos, hambúrgueres, shawarmas¹¹ e porções. Esses estabelecimentos geralmente oferecem música ambiente e ao vivo em algumas ocasiões. A música nos bares do Noroeste tende a variar entre gêneros populares, como sertanejo e forró, sendo um ponto de encontro típico para amigos e famílias.

Os pontos mais movimentados incluem a "Padaria V," uma padaria tradicional na cidade, localizada em frente à praça, que oferece uma variedade de alimentos, como tapiocas, sanduíches e bebidas. O "Bar W" é outro destaque, um bar tradicional do bairro conhecido especialmente pelo espeto de língua de boi, entre outras opções.

O "Shawarma X" traz um toque de culinária árabe à praça, com lanches típicos e cadeiras plásticas dispostas para que os clientes possam sentar e apreciar a refeição. Já o "Espeto e Lanche Y" é um bar e restaurante localizado em uma esquina acima da praça central, com um espaço amplo, muitas mesas e uma área para as crianças, sendo bastante frequentado nos fins de semana devido aos espetos simples com preços que variam entre R\$ 14,00 e R\$ 30,00. Por fim, o "Bar Z" é conhecido pela sua estrutura simples, mas se destaca pela qualidade dos espetos, que são grandes e saborosos, embora tenham preços um pouco mais altos, entre R\$ 17,00 e R\$ 40,00 o simples.

Por último, o setor Anhanguera em Araguaína é um bairro com características residenciais e comerciais, conhecido por sua movimentação e variedade de opções gastronômicas. É uma área conhecida por ser uma das mais prestigiadas da cidade, atraindo moradores locais e visitantes, especialmente ao longo da Avenida José de Brito Soares, que concentra muitos dos estabelecimentos, bares e restaurantes do bairro.

Na região, há uma boa oferta de bares e restaurantes que variam entre opções mais simples e informais, como pastelarias/creperias e lanchonetes que servem hambúrgueres como o "Lanche Gama" e o "Pastel Delta", até estabelecimentos que oferecem um cardápio mais variado e sofisticado, com carnes selecionadas e pratos completos como o "Bar Alfa" e o restaurante japonês "Restaurante Beta", restaurantes considerados mais finos e conhecidos por serem frequentados por pessoas com maior poder aquisitivo na região.

¹¹ Também conhecido como "xauarma", é um prato tradicional do Oriente Médio. As opções de carne mais comuns são frango, carne bovina ou uma combinação delas, servido em um pão sírio ou pita.

Outras opções incluem franquias como o “Sanduíche Épsilon”, conhecido por ofertas sanduíches tradicionais da cultura estadunidense, onde o conceito de "*submarine sandwich*" (ou "sub") se popularizou. Assim como bares estilo “boteco” como o “Bar Zeta” que serve chopp e petiscos com mesas dispostas dentro do espaço, mas também na calçada em frente ao estabelecimento. Pela dinamicidade da área, a SEPLAN considera a região como sendo uma zona de comércio e serviços.

Figura 6 – Zoneamento do Setor Anhanguera a partir do site da SEPLAN



Fonte: Adaptado a partir de mapa disponível em seplan.araguaina.to.gov.br

Sendo assim, tem-se que as zonas designadas para realização do estudo foram escolhidas por possuírem dinâmicas sociais, econômicas e culturais específicas que influenciam diretamente as atividades dos comerciantes ambulantes e a forma como

Já a Zona de Comércio e Serviços, com forte vocação para atividades comerciais e menor presença residencial, oferece um contexto onde o fluxo de pessoas tende a ser intenso durante o horário comercial e mais escasso em outros horários. Essa dinâmica influencia o tipo de produto ofertado e o perfil dos comerciantes ambulantes, além de expor os desafios de concorrência e regulamentação que eles enfrentam em uma área com forte presença do comércio formal.

3.4 – Observações no Campo

A pesquisa de campo realizada nas três regiões selecionadas foi conduzida de maneira tranquila e facilitada pela infraestrutura disponível. Em todos os locais de observação, o pesquisador teve à disposição mesas e cadeiras fornecidas pelos estabelecimentos, permitindo que se mantivesse confortável enquanto registrava as dinâmicas dos vendedores ambulantes e acompanhava as interações entre vendedores e clientes. Esse ambiente acolhedor simplificou a pesquisa e possibilitou ao observador uma visão clara e desobstruída das abordagens usadas pelos ambulantes para captar a atenção dos frequentadores.

Como já indicado, as visitas foram realizadas de forma sistemática: três vezes por mês, durante três meses, alternando os dias entre sextas-feiras, sábados e domingos do mês. Esse planejamento garantiu um acompanhamento aprofundado e contínuo dos mesmos bairros, mas em estabelecimentos diferentes, possibilitando uma análise mais abrangente das diferenças nas práticas de vendas, da movimentação nos diferentes dias da semana e nos perfis de consumidores.

Em cada visita, o pesquisador permanecia nos locais por uma média de 3 horas de duração, especificamente entre às 19:00h e 22:00h, observando uma média de dois vendedores ambulantes a cada hora. As abordagens eram feitas no estilo “mesa em mesa”, quando os ambulantes se deslocam entre as mesas dos estabelecimentos tentando observar quais as mesas mais propícias para realizar uma venda.

Não foi possível identificar ao certo qual o critério que utilizam para não abordar uma mesa em específico. Em algumas das situações foi possível verificar que os(as) ambulantes deixavam de abordar mesas em que o grupo de pessoas era maior, ou que no momento de aproximação as pessoas estavam muito entretidas com as interações realizadas entre si. Ou seja, um casal conversando em baixo tom parecia ser mais

suscetível a concretizar uma venda do que 6 pessoas conversando ativamente, sem que haja abertura para a aproximação da vendedora ou vendedor.

Todavia, essa imersão prolongada permitiu capturar nuances nas estratégias de venda, ajustadas conforme o perfil do público presente em cada área e o tipo de produto oferecido, como doces variados – bolos no pote, brigadeiros, cocadas e bombons recheados – e petiscos salgados, como amendoins, camarão e ovo de codorna.

A diferença no perfil de produtos e a adaptação das abordagens conforme o tipo de espaço e público revela uma dinâmica de disputa por espaços dentro da cidade. Os espaços, portanto, pareceram moldados por uma "cortina invisível" que delimita o que é aceitável ou não no comércio ambulante, refletindo um processo contínuo de apropriação e controle territorial, conforme visto em Raffestin (1993).

Raffestin (1993) descreve o território como resultado de redes e práticas que moldam o espaço. Uma vez que verificamos que as vendedoras ambulantes criam redes informais ao escolher locais de maior movimento e ao interagir (ou não) com consumidores, esses espaços transformam-se em territórios dinâmicos de trabalho.

As diferenças entre as zonas foram reveladoras. Durante a observação na praça do Setor Noroeste, por exemplo, foi possível perceber que a grande concentração de opções alimentares impulsionou os vendedores a adotar estratégias diretas e até ousadas, como a oferta de amostras gratuitas. Em uma das noites observadas, uma vendedora de brigadeiros (parda, que aparentava ter entre 30 e 35 anos) abordou um grupo de jovens, oferecendo uma prova sem compromisso. O gesto quebrou o gelo e incentivou os jovens a comprar mais, enquanto a vendedora engajava em uma conversa informal e amigável. Essa prática de “só pagar se gostar” é recorrente e mostrou-se eficaz para atrair um público hesitante.

Conforme vimos em Hall (2016), a cultura não é apenas um conjunto de objetos, mas um sistema de significados compartilhados. As vendedoras ambulantes de Araguaína criam e reproduzem esses significados por meio de suas práticas diárias, como as técnicas de abordagem e os códigos de comunicação, que sustentam sua identidade como trabalhadoras do comércio informal.

Em contraste, a Vila Aliança, uma zona mais intimista, verificou-se que os vendedores usavam abordagens mais personalizadas e focadas na construção de relações. Durante uma observação, um vendedor de amendoins foi visto conversando com um cliente frequente, que demonstrava apreço pelo produto e pela simpatia do vendedor, destacando a importância das relações de confiança e a fidelização no

contexto de uma área mais residencial. As práticas dos ambulantes – como a escolha de produtos que refletem a diversidade e cultural local – foram vistas como formas de criar e comunicar significados que transcendem a simples transação comercial. O que coaduna com a visão de Hall (2016), quando diz que o ato de representar é essencial para a produção de sentido e identidade.

Figura 8 – “Espeto e Lanche 2” na Vila Aliança 15/06/2024



Fonte: Fotografia autoral

Durante a mesma visita à Vila Aliança, o pesquisador observou uma interação entre um vendedor de brigadeiros gourmet (pardo, com idade aparente de 25 anos) e um frequentador do “Espeto e Lanche 1”. O ambulante estava vestido de maneira elegante, com uma camisa social e gravata, calça preta e sapato de couro. Ele carregava uma grande cesta cheia de brigadeiros, cuidadosamente montados em pequenas embalagens plásticas contendo quatro unidades cada.

Durante a breve conversa, o vendedor compartilhou que atuava no comércio ambulante há dois anos, um caminho que escolheu para ajudar a pagar sua faculdade. Ele também explicou que optou por se vestir de forma mais sofisticada, pois estava cansado de ser percebido como alguém que estava pedindo ajuda (pedinte).

Ao ser questionado pelo cliente sobre essa decisão, o vendedor revelou que frequentemente os clientes expressavam a intenção de comprar seus produtos com a frase “vou comprar para te ajudar”. Ele se mostrou incomodado com essa percepção e enfatizou: “Isso é meu trabalho. Eu estou vendendo o prazer de consumir um brigadeiro delicioso, e não pedindo ajuda”. Essa declaração evidenciou não apenas seu compromisso com a atividade, mas também a sua determinação em ser reconhecido

como um vendedor, realizador de um trabalho legítimo, promovendo uma experiência de consumo e não em busca de caridade.

Essa declaração evidenciou a determinação em ser reconhecido como um trabalhador legítimo, oferecendo um produto e uma experiência de consumo – e não em busca de compaixão. O fato de o vendedor ter optado por se vestir com camisa social, gravata e sapato de couro revela uma estratégia consciente de autoapresentação, com o objetivo de aumentar sua legitimidade aos olhos dos consumidores e ampliar suas chances de venda. Trata-se de uma resposta direta às leituras estigmatizantes e preconceituosas que associam o ambulante a um pedinte ou a alguém em situação de carência.

A escolha por um visual rebuscado pode ser compreendida à luz do conceito de violência simbólica de Bourdieu (2003), que se refere a formas sutis e naturalizadas de dominação, nas quais as desigualdades são mantidas não pela força direta, mas por meio de classificações sociais incorporadas como legítimas tanto pelos dominadores quanto pelos dominados. Nesse caso, o ambulante compreende que a maneira como se apresenta visualmente influencia diretamente a percepção dos clientes – e, por isso, adapta-se para romper a associação entre sua atividade e a mendicância. Ao afirmar que “está vendendo o prazer de consumir um brigadeiro delicioso”, ele rejeita o lugar social imposto por uma estrutura simbólica que desqualifica o trabalho informal e racializado.

Curiosamente, essa estratégia de apresentação sofisticada não foi observada entre as vendedoras mulheres que atuavam no mesmo ambiente. Enquanto o vendedor homem buscava romper simbolicamente com o estigma do pedinte por meio da vestimenta, as mulheres, em sua maioria, mantinham trajés simples e funcionais. Tal distinção pode ser lida como reflexo de diferentes formas de exposição ao julgamento social: as mulheres ambulantes, além de lidarem com o estigma da informalidade, enfrentam também a vigilância moral sobre seus corpos e comportamentos. Para muitas delas, vestir-se de maneira discreta é, paradoxalmente, uma forma de proteção, evitando interpretações sexualizadas ou julgamentos sobre sua “adequação” ao espaço público.

Nesse sentido, a violência simbólica atua de modo diferenciado conforme gênero e raça, naturalizando as posições sociais atribuídas a esses sujeitos e regulando a forma como podem ou não se apresentar no espaço urbano. A escolha do ambulante por um visual sofisticado é, portanto, uma tática de resistência à desvalorização simbólica, enquanto a sobriedade das mulheres pode ser compreendida como uma forma de defesa frente ao mesmo sistema que insiste em marginalizá-las.

Conforme trazido por Hall (2016), os estereótipos atuam como um mecanismo central no processo de representação, ao fixar identidades em características simplificadas e reducionistas. No contexto dos ambulantes, esses estereótipos operam para reforçar sua invisibilidade social e naturalizar as desigualdades que enfrentam nos espaços urbanos.

A construção simbólica desses sujeitos, associada à precariedade e à informalidade, sustenta uma narrativa que hierarquiza suas presenças, colocando-os em posições subalternas no imaginário coletivo. Isso exemplifica o que Hall (2016) identifica como a interseção entre diferença e poder nas relações sociais.

Em outra visita à Vila Aliança, o pesquisador observou a interação entre um vendedor de doces e um grupo de estudantes. O vendedor (branco, com aparência de meia-idade) estabeleceu rapidamente um diálogo descontraído com os jovens, que se mostraram interessados não apenas nos produtos, mas também nas histórias sobre como aquelas vendas eram para garantir o “leite das crianças”, assim como o leite que ele iria usar para fazer outros doces.

Ele compartilhou detalhes sobre a origem da receita, que aprendeu com sua avó, e como a tradição familiar o motivava a continuar no comércio ambulante. Essa troca de experiências não apenas incentivou os estudantes a comprarem os doces, mas também promoveu um sentimento de pertencimento e conexão cultural, destacando como o comércio ambulante pode ser um espaço de troca de histórias e vivências.

Como vimos anteriormente, Raffestin (1993) aborda a ideia de território não apenas como um espaço físico delimitado, mas como um espaço socialmente construído, moldado por relações de poder, identidade e pertencimento. O vendedor de doces, ao compartilhar suas histórias pessoais e familiares com os estudantes, não está apenas oferecendo produtos, mas criando uma conexão simbólica com o seu público, estabelecendo um território de identificação cultural e emocional.

Esse processo de troca de histórias e vivências, que pôde ser visto mais de uma vez, pode ser entendido como uma forma de “territorialização” do espaço público, onde as interações cotidianas e as trocas culturais ajudam a definir as dinâmicas sociais do local. O ato de contar a história da origem da receita e sua conexão com a família e com o trabalho no comércio ambulante tende a criar um vínculo entre os indivíduos e o espaço, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e de identidade local.

As visitas sistemáticas permitiram que o pesquisador notasse as nuances do comércio ambulante ao longo do tempo. Em pelo menos duas das noites de observação na Vila Aliança, o pesquisador pôde observar garotas (entre 10 e 13 anos) vendendo bolos no pote e bombons recheados. De longe, foi possível perceber que adultos (talvez os pais) os observavam de longe de cima de uma motocicleta, sem interagir com os possíveis clientes. Percebeu-se que possivelmente se trata de uma estratégia de mobilização, para que os clientes se comovam com as crianças levando isopores consigo para garantir sustento. Numa dessas abordagens, um cliente perguntou se a criança ia à escola, e a garota respondeu que sim, e logo se deslocou para outra mesa.

Durante uma das noites de observação no “Espeto e Lanche Y”, no Setor Noroeste, o pesquisador notou uma cena que destacou as dinâmicas complexas entre vendedores ambulantes e clientes. Uma vendedora de bolos no pote, uma mulher (negra de aproximadamente 30 anos) aproximou-se de uma mesa onde um homem estava sentado sozinho, consumindo cerveja. O homem, que aparentava estar embriagado, lançou olhares persistentes e intrusivos na direção da vendedora enquanto ela se aproximava com seu produto.

Figura 9 – Praça do Setor Noroeste 19/07/2024



Fonte: Fotografia autoral

A vendedora, com um sorriso amigável, começou a oferecer seus bolos, apresentando cada um deles com entusiasmo: “Oi, boa noite, tudo bem? Tenho aqui bolos no pote de chocolate, ninho e de limão, você gostaria?” No entanto, os olhares do

homem não refletiam apenas interesse nos doces; havia uma intensidade que tornava a situação desconfortável. Ele a avaliava de cima a baixo, sem disfarçar sua atenção.

Apesar da abordagem educada da vendedora, o homem respondeu de maneira evasiva, comentando sobre a aparência dos bolos. Ele fez algumas piadas de tom duplo, que pareciam ter a intenção de flertar, mas que poderiam ser interpretadas como invasivas. A vendedora, visivelmente constrangida, manteve a compostura, mas seu sorriso começou a se esvaír. Era difícil determinar se o tratamento era considerado ofensivo por ela, mas a tensão no ar era palpável.

Após alguns minutos de interação, o homem continuou a beber e a insistir em algumas provocações, e a vendedora decidiu se afastar, murmurando um “Deus abençoe” enquanto se dirigia a outra mesa. O pesquisador notou que, após essa interação, ela deixou o bar e não retornou mais naquela noite.

A vendedora, com um sorriso amigável, começou a oferecer seus bolos, apresentando cada um deles com entusiasmo: “Oi, boa noite, tudo bem? Tenho aqui bolos no pote de chocolate, ninho e de limão, você gostaria?” No entanto, os olhares do homem não refletiam apenas interesse nos produtos; havia uma intensidade que tornava a situação desconfortável. Ele a examinava de cima a baixo, sem qualquer disfarce, reduzindo-a a um objeto de apreciação física, em uma atitude que extrapolava os limites de uma interação comercial.

Apesar da cordialidade da vendedora, o homem respondeu com evasivas, lançando comentários sobre a aparência dos bolos, acompanhados de piadas ambíguas que insinuavam uma postura invasiva e constrangedora. Mesmo mantendo a compostura, a vendedora passou a demonstrar desconforto. Após algumas insistências do homem, ela se afastou, murmurando um “Deus abençoe” antes de deixar o local definitivamente naquela noite.

Esse episódio revela uma dinâmica marcada por desigualdade simbólica e violência de gênero, que atravessa o trabalho das mulheres no comércio informal. O comportamento do homem não apenas deslegitimou a atividade da vendedora, mas também a posicionou em um lugar simbólico de subalternidade, onde sua presença é lida não como profissional, mas como objeto disponível à apreciação masculina. Essa forma de tratamento também gira em torno do que Bourdieu (2003) denomina de violência simbólica – um tipo de dominação que se exerce de maneira sutil e naturalizada, enraizada nas estruturas sociais, e que atua sobre os corpos e subjetividades sem recorrer à coerção física. Trata-se de uma dominação silenciosa, mas

eficaz, que impõe e reforça a ordem social ao transformar a desigualdade em algo socialmente legítimo e aceitável.

A situação observada também pode ser compreendida a partir de Carneiro (2011) como um dispositivo de racialidade – um conjunto de mecanismos simbólicos, institucionais e discursivos que posicionam os corpos negros em locais pré-determinados de inferioridade social. A mulher negra, nesse caso, ao ocupar o espaço público em uma atividade econômica autônoma, rompe com a imagem cristalizada de subserviência que o racismo estrutural historicamente lhe impôs. No entanto, ao fazer isso, ela também se torna alvo de mecanismos de contenção simbólica, como o assédio, o desrespeito e a hipersexualização – instrumentos que atuam para reafirmar seu lugar de subordinação e inviabilizar sua autonomia.

Gonzalez (2020) também contribui com essa leitura ao evidenciar que a mulher negra, na sociedade brasileira, é constantemente interpelada por estereótipos herdados da lógica escravocrata, sendo reduzida à figura da “mucama” – aquela que serve, cuida e está sempre disponível. Mesmo quando atua em um ambiente profissional, como é o caso da vendedora ambulante, seu corpo é percebido por meio de uma ótica que mistura trabalho, erotização e desprezo. A tentativa da vendedora de estabelecer uma relação comercial legítima é interrompida pela resistência simbólica de um cliente que insiste em resgatá-la para o lugar social que a cultura dominante reserva às mulheres negras: o da subalternidade.

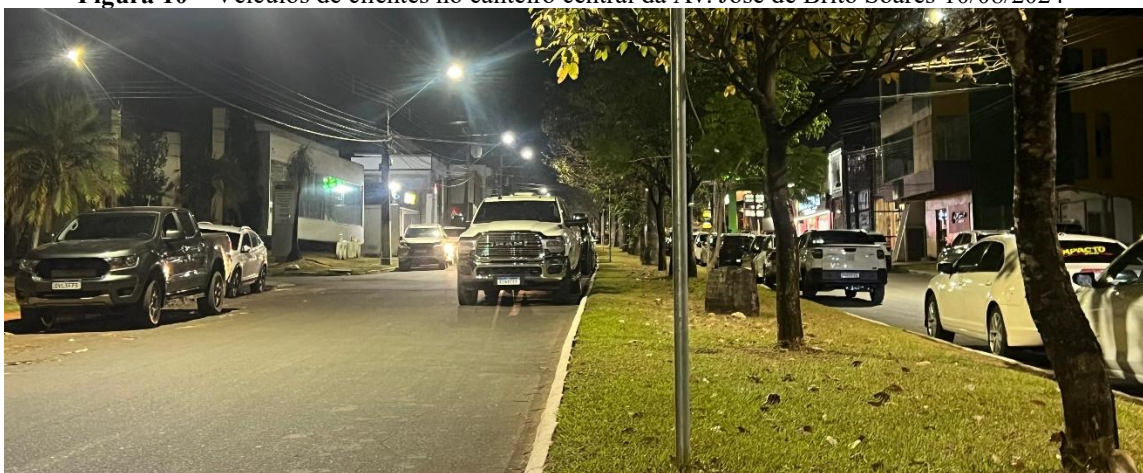
Portanto, a cena analisada revela não apenas uma experiência individual de desconforto, mas também um exemplo de como o racismo e o sexismo operam cotidianamente nas práticas sociais, por meio de microviolências que reafirmam o lugar desigual das mulheres negras na cidade e no mundo do trabalho. A rua, espaço que poderia representar liberdade e autonomia, é também o palco onde essas desigualdades se materializam com força. A resistência da vendedora, ao insistir em sua presença e em sua atividade, apesar das tentativas de desqualificação simbólica, torna-se um ato político, uma forma de reafirmar sua humanidade, seu direito ao trabalho e sua dignidade.

A variedade de produtos oferecidos pelos vendedores ambulantes pareceu estar adaptada às preferências locais. Na Av. José de Brito, considerada uma área nobre na cidade, observou-se uma maior oferta de doces elaborados, como bolos no pote e bombons recheados, provavelmente devido ao perfil dos frequentadores que valorizam

produtos de maior valor agregado. Em contraste, na Vila Aliança, produtos mais simples e acessíveis, como amendoins torrados e ovo de codorna, eram mais comuns.

Foi observado que, aparentemente, os vendedores ajustam seus horários de trabalho conforme a movimentação dos estabelecimentos. Na praça do Setor Noroeste, o pico de circulação de vendedores ocorria entre 19h e 21h, coincidindo com o horário de maior fluxo de clientes nos bares e lanchonetes. Na Av. José de Brito, a presença dos vendedores era mais constante ao longo da noite, refletindo um fluxo contínuo de clientes nos restaurantes de alto padrão.

Figura 10 – Veículos de clientes no canteiro central da Av. José de Brito Soares 10/08/2024



Fonte: Fotografia autoral

Em uma noite movimentada na Av. José de Brito, o pesquisador ficou surpreso ao perceber a quantidade de vendedores ambulantes que circulam dentro do restaurante de comida japonesa “Restaurante Beta” para efetuar suas vendas. Durante as interações observadas, percebeu-se que apesar de não terem realizado vendas dentro do espaço, os vendedores mostraram resistência e adaptabilidade, conseguindo realizar algumas vendas do lado de fora do estabelecimento. A mesma liberdade de interação não foi verificada dentro do “Bar Alfa”, restaurante próximo, mas que aparentemente não autorizava a circulação de ambulantes dentro de suas dependências.

Com base em Raffestin (1993), vimos que o território é uma construção social permeada por relações de poder, que incluem não apenas barreiras físicas, mas também simbólicas, que regulam o acesso e o uso dos espaços. No contexto descrito, é evidente que os vendedores ambulantes enfrentam diferentes formas de controle e delimitação de sua atuação dependendo do perfil dos locais frequentados.

Na Av. José de Brito, percebe-se uma adaptação dos produtos e estratégias dos ambulantes para atender a um público de maior poder aquisitivo, o que denota uma

leitura do espaço e das expectativas sociais ali presentes. A circulação dos vendedores dentro de restaurantes, como o “Restaurante Beta”, e a aparente “restrição” observada no “Bar Alfa” exemplificam essas barreiras invisíveis.

O fato de alguns estabelecimentos permitirem ou negarem a entrada dos vendedores evidencia relações de poder que moldam a dinâmica territorial. Essas barreiras não são explícitas, mas operam de forma simbólica, controlando quem pode ou não ocupar determinados espaços, e em quais condições.

Conforme argumenta Sueli Carneiro (2023), o poder opera por meio de dispositivos que hierarquizam os corpos e produzem lugares sociais diferenciados, especialmente a partir da racialização. No caso dos vendedores ambulantes, o poder manifesta-se tanto nas normas explícitas, como a proibição de entrada em determinados estabelecimentos, quanto nas normas implícitas, como a expectativa de comportamento e oferta de produtos ajustadas ao perfil socioeconômico dominante, reforçando mecanismos de exclusão e subalternização.

Conclui-se que as visitas revelaram um panorama enriquecedor sobre o comércio ambulante nas diferentes zonas observadas. Durante as visitas ao campo, o pesquisador não deixou de ser abordado por pelo menos dois vendedores ambulantes a cada visita, evidenciando a força e a presença marcante desse tipo de comércio na cidade. Essa recorrência reflete as condições de trabalho e a necessidade constante de busca por clientes, evidenciando o comércio ambulante como uma estratégia de sobrevivência diante da ausência de oportunidades formais de emprego e da vulnerabilidade socioeconômica presente em áreas urbanas.

Embora não tenha testemunhado intervenções diretas, como a expulsão de vendedores de determinados espaços, as observações revelaram nuances importantes nas relações entre ambulantes e estabelecimentos comerciais. Por exemplo, notou-se que alguns locais, como o “Bar Alfa”, pareciam inibidores para os vendedores, enquanto outros, como o “Restaurante Beta”, mostravam-se mais abertos e receptivos. Essa diferença sugere a existência de uma “cortina invisível” que delimita o espaço em que os vendedores podem atuar, indicando que a aceitação do comércio ambulante pode variar significativamente, mesmo em áreas próximas.

A análise das interações entre os vendedores ambulantes e os clientes revela um padrão significativo nas dinâmicas sociais que ocorrem em ambientes de alimentação ao ar livre. Os locais que oferecem mesas externas, como calçadas e praças, não apenas permitem uma maior visibilidade para os vendedores, mas também criam um cenário

mais favorável para o engajamento com o público. Nessas áreas, o fluxo de pessoas é constante, e os vendedores têm a oportunidade de interagir diretamente com potenciais clientes, aproveitando a informalidade do ambiente para realizar suas vendas.

A mobilidade é um elemento central nesse contexto, já que os vendedores ambulantes estão sempre em movimento, adaptando-se à dinâmica das mesas ocupadas e das conversas que ocorrem entre os clientes. A habilidade de “ler” o espaço e identificar os momentos em que os clientes estão mais receptivos é uma competência crucial. Durante as observações, pôde-se notar que os vendedores se aproximavam de grupos em momentos de pausa nas interações, fazendo suas ofertas de maneira a não interromper conversas importantes. Essa capacidade de *timing*¹² é uma forma de arte em si, que requer prática e sensibilidade.

As interações verbais que ocorrem durante as abordagens também merecem destaque. Os vendedores utilizam uma variedade de estratégias de comunicação que vão além da simples apresentação do produto. A forma como falam, utilizando um tom amigável e acolhedor, é fundamental para criar uma conexão inicial com o cliente. A inclusão de frases como “perdão incomodar sua refeição” demonstra uma consciência social e um respeito pela experiência do cliente, o que pode aumentar as chances de aceitação.

Como Hall (2016) destaca, a linguagem não é apenas um veículo de transmissão de informações, mas também um meio de produzir e reproduzir relações sociais e culturais. Nesse caso, os vendedores utilizam a linguagem para amenizar a barreira entre eles e os clientes, criando uma ponte de respeito e empatia que aumenta a receptividade à venda. Além disso, a introdução de um toque pessoal, como comentários sobre o ambiente ou piadas leves, contribui para a criação de um clima descontraído que facilita a venda.

Os gestos e expressões faciais dos vendedores desempenham um papel igualmente importante. O sorriso genuíno, os gestos abertos e a linguagem corporal confiante são elementos que transmitem segurança e simpatia. Essas características não apenas atraem a atenção, mas também estabelecem um vínculo emocional com o cliente, criando uma sensação de conforto e confiança. Em muitos casos, a decisão de compra não se baseia apenas na qualidade do produto, mas também na impressão que o

¹² Expressão originária do inglês que indica o “momento certo” para realizar uma ação ou tomar uma decisão, especialmente em contextos que exigem sincronia ou coordenação.

vendedor deixa, que é influenciada pela sua habilidade de se comunicar e se relacionar com as pessoas.

Em contrapartida, as dificuldades enfrentadas nos ambientes internos, onde o acesso é mais restrito e as barreiras físicas podem ser significativas, evidenciam a vulnerabilidade dessa forma de comércio. Observou-se que, em lugares como o “Bar Alfa”, a presença dos vendedores é praticamente inexistente, sugerindo que a política do estabelecimento favorece a exclusão desse tipo de comércio. Enquanto isso, o “Restaurante Beta” demonstra uma abordagem mais aberta, permitindo que vendedores ambulantes se aproximem e tentem efetuar vendas, mesmo que em um espaço mais contido. Essa diferença revela não apenas a diversidade das políticas comerciais em um mesmo contexto urbano, mas também as consequências dessas políticas na vida dos vendedores, que dependem da mobilidade e da interação social para sustentar seu trabalho.

As interações observadas oferecem um rico panorama das relações sociais que se formam no espaço público, onde cada vendedor, com suas abordagens, contribui para o mosaico da cultura local e para a dinâmica das comunidades urbanas. A pesquisa de campo trouxe à luz a complexidade das interações sociais que ocorrem em ambientes urbanos, ressaltando a capacidade de adaptação dos vendedores ambulantes diante das realidades do seu trabalho e as dificuldades observadas em seus caminhos, como os estereótipos da informalidade. Esses aspectos são cruciais para entender a cultura ambulante e os desafios enfrentados por aqueles que dependem dele como meio de vida.

3.5 – Entrevistas e Discussão

Conforme apresentado na proposta metodológica, o pesquisador realizou pelo menos duas entrevistas com três mulheres vendedoras ambulantes, escolhidas por terem sido observadas em múltiplas ocasiões nos locais onde se desenvolveu o estudo de campo. Esse critério de seleção permitiu captar as perspectivas de mulheres que possuem presença constante nesses espaços, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre suas experiências e desafios no comércio informal, especialmente sobre aspectos que não ficaram claros e evidentes nas observações realizadas no campo, como por exemplo os desafios durante e após a pandemia, a questão das regulamentações municipais e ações de fiscalização, assim como preconceito e visões pessoais.

Vale ressaltar que no caso da terceira entrevistada, foi revelado que o seu companheiro vende os produtos junto com ela. Por este motivo, a entrevista também foi realizada com o parceiro, no intuito de se coletar informações acerca das vendas realizadas e a dinâmica que utilizam durante as idas e vindas nos bares e restaurantes araguainenses.

A primeira entrevista foi realizada com L.S.L., vendedora de brigadeiros. A segunda, com Y.S.S., que comercializa bolos no pote. A terceira entrevista foi com M.V.F.C., que vende cones trufados acompanhada de seu namorado. A quarta e última entrevista foi com M.J.P.S., vendedora de pimentas, que atua com o apoio de filhos, familiares e jovens de sua comunidade, aos quais oferece um “agrado” como forma de incentivo para ajudarem na oferta dos produtos nas mesas de estabelecimentos maiores.

3.5.1 – Entrevista 1: L.S.L – Vendedora de Brigadeiros

A entrevista com a vendedora ambulante L.S.L, de 33 anos, que comercializa brigadeiros em Araguaína, revelou uma série de camadas interdisciplinares que perpassam sua experiência no comércio informal. Inicialmente, ela relatou que sua entrada na venda de brigadeiros foi motivada pela necessidade de encontrar uma atividade que lhe permitisse cuidar dos filhos, já que, durante a pandemia, enfrentou dificuldades para conseguir um trabalho que conciliaria essa responsabilidade. Ao buscar alternativas que pudessem ser realizadas em casa, encontrou inspiração em vídeos na internet sobre a produção de doces, e decidiu investir no preparo e na venda de brigadeiros como forma de sustento familiar.

Eu já morava aqui em Araguaína, mas tive que ir embora para outra cidade, para Montes Altos. Aí quando eu vim para cá, foi bem no período da pandemia E aí eu fiquei em casa, cheguei aqui, não conseguia trabalho. Na verdade, também nem procurei muito, porque eu também tinha 4 filhos, tenho 4 filhos e eram menores. Não conseguia trabalhar fora. Eu comecei mais por causa disso, porque eu porque eu queria muito um trabalho que eu conseguisse ficar em casa com eles, que eu tivesse tempo para ficar em casa com eles (sic) (L.S.L, 2024).

A vendedora conta que, no início, fazia algumas faxinas para complementar a renda, mas queria algo que permitisse passar mais tempo com os filhos. Foi então que começou a ver anúncios de brigadeiros no *YouTube*, o que ela interpretou como um sinal de Deus, pois estava em busca de um trabalho que atendesse às suas necessidades. Decidiu tentar vender brigadeiros, pegou um pouco de dinheiro para comprar

ingredientes e fez 13 caixinhas para vender nas ruas. No primeiro dia, conseguiu vender tudo, o que foi uma experiência gratificante e lhe deu ânimo para continuar.

Com o tempo, no entanto, percebeu desafios: andar pelas ruas no calor, muitas vezes com um dos filhos, era exaustivo, e os brigadeiros ficavam suados e com aparência prejudicada. Além disso, abordar pessoas apressadas na rua era difícil. Então, experimentou vender à noite, quando notou que o público era mais receptivo e tinha mais tempo para conversar. Esse horário acabou sendo melhor para as vendas e ela decidiu manter essa rotina noturna.

Eu andava muito à tarde no sol com a minha filha ou meu filho como ainda vai até hoje. E o sol era muito quente e os brigadeiro também eles começavam assim, a ficar suados. Eles não chegavam a derreter, mas ficavam assim, meio suados. Eles ficavam assim, meio amassado, meio feio. Então era muito cansativo. E também a abordagem como as pessoas andando. Eu achava muito difícil, até para mim que estava começando, não tinha muito experiência em estar abordando pessoas na rua assim, então para mim era muito difícil a abordagem das pessoas andando, que ela sempre estava muito com pressa. Aí um dia, em uma sexta-feira, sobrou pasta de brigadeiro. Eu falei: “podia vender à noite”. Aí comecei vender à noite. (...). Pelo fato de é melhor de vender porque as pessoas estão sentadas, elas estão ali, mas saiu do serviço, estão mais relaxadas. Elas já atendem melhor, tem mais tempo para falar com você (sic) (L.S.L, 2024).

O relato também abordou os desafios enfrentados diariamente no comércio de rua, principalmente em relação à abordagem dos clientes. A vendedora confessa ter receio de ser vista como uma pedinte e não como uma trabalhadora autônoma, o que reflete um aspecto de invisibilidade e preconceito social que recai frequentemente sobre os vendedores ambulantes. Esse medo está diretamente ligado à percepção social de que pessoas no comércio informal são frequentemente vistas como indivíduos em situação de vulnerabilidade extrema, em vez de trabalhadores que buscam sustentar suas famílias por meio do próprio esforço.

Pra mim, o mais desafiador meu foi abordar as pessoas. Eu tinha muita vergonha, vergonha de, principalmente quando eu encontrava alguém que eu conhecia, ficava muito com assim, nem ansiosa, assim ansiosa porque que as pessoas iam pensar e porque assim, outro aspecto que eu acho assim interessante, quando eu comecei a vender. Desde o início, eu nunca quis que as pessoas me vissem como pedinte. É tanto que eu já te ofereci, tu nunca viu te implorar. Tu fala “não”? Não, tudo bem, beleza. Então assim, eu, eu sempre quis que as pessoas me vissem como trabalho, porque Eu acredito que tu sabe que tem muita gente que vê a gente assim lá na rua vendendo. Acho que você está morrendo de fome. Enfim, aí pensa várias coisas e eu nem julgo, porque talvez eu também já tenha pensado assim antes. Hoje, hoje não tem uma forma diferente, mas essa foi sempre a minha intenção, que as pessoas me vissem como trabalho, não como alguém que está pedindo ajuda (sic) (L.S.L, 2024).

Outro ponto relevante da entrevista é o desejo da entrevistada de ser respeitada e reconhecida pelo seu trabalho. Ela se empenha em evitar uma imagem de fragilidade e dependência, buscando estabelecer sua presença nos locais de venda com dignidade e autonomia. Esse esforço também pode ser visto na escolha dos espaços onde atua, preferindo locais que ofereçam alimentos, onde a recepção do público costuma ser mais amigável e as interações mais respeitadas, em comparação com locais voltados apenas ao consumo de bebidas alcoólicas.

Eu prefiro trabalhar em locais que vendem comida, principalmente espetinhos, não tenho uma área específica da cidade para vender. Um local que gosto muito é o “Esquentão” pois consigo vender bem e as pessoas são mais receptivas. Eu gosto de evitar locais que apenas vendem bebidas alcoólicas sem alimentação (sic) (L.S.L, 2024).

O contexto familiar e as redes de apoio são fundamentais na vida dessa vendedora. Seus filhos são tanto sua motivação quanto apoio emocional durante os momentos de dificuldade nas vendas. Eles a incentivam a persistir, mesmo em dias difíceis, ajudando-a a enfrentar as adversidades. Essa dinâmica familiar reforça o papel da mulher como provedora e cuidadora, que precisa equilibrar as pressões econômicas e o cuidado com a família. Segundo ela: “Minha rede apoio são meus próprios filhos. Eles cuidam um do outro quando eu saio para vender sozinha e meu esposo não está em casa” (L.S.L, 2024).

Meus filhos são meu apoio e faço tudo por eles, eles me ajudam muito, já teve vezes que eu quis desistir de vender naquele dia que não estava bom e minha filha ou meu filho que sempre estão comigo ou um ou outro, não me deixava desistir, me dizendo que era para continuar que no final ia dar tudo certo, e muitas das vezes dava mesmo (sic). (L.S.L, 2024).

Quando perguntada a respeito da regulamentação municipal em relação ao comércio ambulante em Araguaína e se tinha conhecimento de leis ou normais que facilitavam ou dificultam seu trabalho, esta respondeu que nunca enfrentou dificuldades nesse sentido. “Não, até hoje eu nunca enfrentei nenhuma dificuldade em questão de órgãos públicos. E também eu não conheço essas leis ou regulamentos sobre o comércio ambulante, nem sabia que tinha” (L.S.L, 2024).

Às vezes acontece da gente chegar numa mesa e a pessoa não te dá atenção, não responde, uma boa noite ou faz de conta que você não está ali. Mas tirando isso, se alguém me expulsar, nem comerciante nenhum me expulsou. Até porque também todos os lugares que eu vendo, a primeira coisa que eu

fiz foi perguntar para o dono se eu podia vender lá, que eu sempre tive medo de ser expulsa do lugar. Eu sempre tive esse medo (sic). (L.S.L, 2024).

A identidade de vendedora ambulante transformou a vida da entrevistada em diversos aspectos, inclusive conferindo-lhe um grau de independência que antes não possuía. Ela expressa como a atividade de venda lhe permitiu não apenas contribuir financeiramente com o lar, mas também oferecer experiências de lazer aos filhos, fortalecendo a autonomia e a autoestima. Para o futuro, seu objetivo é ter uma loja de doces, o que reflete uma aspiração comum entre trabalhadores informais que almejam a estabilidade e o reconhecimento profissional.

Me ajudou bastante, eu acho que não, não só na área. Financeira, porque antes eu era muito dependente do meu esposo, eu não trabalhava, não conseguia trabalhar por causa das crianças, então assim, hoje eu sou bem independente dele, porque eu consigo comprar o que eu quero. Questão de udo, de comida, também consigo proporcionar lazer com meus filhos que antes não era tão possível assim e hoje a gente sai bastante, e consigo levar eles bastante para lazer. Então, mudou bastante. Mudou a forma de ver e as pessoas também. (...) Quero ter minha própria loja de doces e não sei irei continuarei sendo vendedora ambulante após conseguir meu espaço (sic) (L.S.L, 2024).

Nesse sentido, a experiência dessa vendedora ambulante ilustra questões profundas de interseccionalidade, onde gênero, invisibilidade social e precariedade econômica se entrelaçam. Sua trajetória demonstra como as mulheres, especialmente mães, enfrentam pressões para equilibrar o trabalho e o cuidado familiar, muitas vezes encontrando no comércio informal uma alternativa para superar as limitações do mercado de trabalho formal.

A busca por autonomia e respeito reflete o desejo de reconhecimento em uma sociedade que frequentemente marginaliza o trabalhador informal. A narrativa dessa vendedora não só evidencia as desigualdades enfrentadas no cotidiano, mas também a resistência e a luta por uma vida digna, fundamentada no trabalho e no apoio mútuo.

3.5.2 – Entrevista 2: Y.C.C – Vendedora de Bolos no Pote

A trajetória da vendedora de bolos no pote, Y.C.C, de 27 anos, revelou a presença de múltiplos desafios e nuances que acompanham a vida de uma mulher no comércio informal, explorando aspectos de gênero, invisibilidade e preconceito. Ela começou a vender seus produtos de forma tímida e insegura, enfrentando inicialmente

dificuldades em interagir com os clientes devido à falta de experiência e à ansiedade em lidar com o público. Essa insegurança inicial foi superada aos poucos, à medida que ela ganhava confiança e desenvolvia sua abordagem.

Eu trabalhava numa loja de tênis. Não passava nem pela minha cabeça de trabalhar de ambulante. Nunca me vi fazendo isso. No começo foi muito difícil porque eu era muito tímida para mim conversar, para mim, abrir minha boca, ficava tremendo, ficava muito nervosa. Eu e minha mãe fazia obra de Deus à noite, e a gente via o movimento da rua. Aí eu falei na brincadeira: “eu acho que eu vou sair à noite para vender”, fazer um teste pra ver. Isso foi no ano de 2018 Já no finalzinho de 2018. Aí foi na brincadeira, aí a gente pegou na sexta-feira, eu e ela (irmã) vendemos tudo mesmo. vendemos tudo, todos os bolos no pote. Aí eu gostei, depois disso decidi entrar de cabeça. No início eu trabalhava numa loja durante o dia e a noite vendia os bolos, fiquei assim por um ano quase, depois disso foquei nos bolos de pote (sic) (Y.C.C, 2024).

Durante a pandemia, a vendedora precisou adaptar suas rotinas, recorrendo aos sinais de trânsito e às entregas para garantir a continuidade das vendas e a sobrevivência financeira da família. Nesse período, as vendas foram boas, mostrando a resistência e a capacidade de adaptação em tempos de crise.

(...) nos continuávamos vendendo, fomos para os sinais e fazíamos entrega, foi um período que vendemos bastante. Nem seja uma porçãozinha pequena, mas a gente saía todo dia e dava uma voltinha e vendia. Durante a pandemia a gente continuou com a atividade sim, graças a. E senhor honrou a gente, vendia bastante, acho que foi um período que a gente vendeu bem (sic) (Y.C.C, 2024).

A situação de vulnerabilidade, no entanto, não se limitava apenas ao contexto da pandemia. Ela relata, por exemplo, episódios de assédio e desrespeito no espaço público, onde, para não afastar a clientela, teve que lidar com as situações desconfortáveis de forma descontraída. Esse tipo de experiência revela como a mulher vendedora ambulante enfrenta uma luta constante entre a necessidade de ser bem recebida e os estigmas que a rodeiam.

É a timidez... e o medo também, de saber como as pessoas iam reagir, como iam me tratar. Eu não tinha aquele costume, né? Assim de ver pessoas todo dia ali naquele movimento não estava, mas foi bom, foi uma esperança até boa. Aprendi a conversar, é, perdi mais um pouco da minha timidez, conheci muitas pessoas, então para mim foi bom. (...) A maior dificuldade até é a falta de educação das pessoas. Já tive problemas com assédio sim, eu sofri bastante. No começo foi muito difícil porque, tipo, estava no espaço público. Então eu não poderia falar: “ó, está acontecendo isso aqui”. Eu precisava, então... Eu conduzi aquela situação na brincadeira mesmo que estava não é me afetando, não estava gostando, mas de tanto eu levar na brincadeira tipo “Oh, me respeita, tal, não gosto...” Mas na brincadeira a pessoa acabou

virando meu amigo, acabava virando meu amigo, entendeu? E aquilo foi criando uma amizade e mantendo a clientela (sic) (Y.C.C, 2024).

A discriminação de gênero também é uma constante em sua rotina. A vendedora compartilha que, em várias ocasiões, foi vista de forma preconceituosa pelo simples fato de estar em bares e restaurantes, locais onde predomina uma atmosfera associada à vida noturna e, muitas vezes, estereotipada. Esses preconceitos são tão fortes que chegaram a questionar sua moral, associando-a a atividades indevidas, o que ilustra a invisibilidade e a marginalização que essa categoria de trabalhadoras enfrenta.

Aí eu fui lidando com as situações de decorrer, por exemplo teve gente que já até chegava em mim, falava que ligar para a polícia porque eu estava com a de menor, entendeu? E questionava se aquele horário era hora de criança estar na rua. E foram muitos casos assim, mas graças a Deus esses probleminhas acabaram (sic) (Y.C.C, 2024).

A vendedora também relatou que já sofreu preconceito por ser evangélica e por trabalhar em bares. Ela menciona que algumas pessoas fazem insinuações desrespeitosas, como sugerir que ela frequenta esses lugares "atrás de homem" ou que sua presença ali estaria relacionada a atividades de prostituição, desvalorizando seu trabalho e questionando sua moralidade. Essa interpretação revela um estigma associado tanto ao espaço que ela ocupa quanto à sua identidade religiosa. Para muitas pessoas, a presença de uma mulher religiosa em um ambiente de bares e restaurantes à noite gera uma contradição com as expectativas sociais de comportamento "adequado" para mulheres evangélicas. Esse preconceito demonstra como o espaço de trabalho de uma vendedora ambulante feminina pode ser lido de forma enviesada e até ofensiva, destacando a interseção entre gênero, religião e ocupação.

(...) já sofri (preconceito) por ser evangélica, já falaram que é, eu gosto de trabalhar nos bares porque eu estou atrás de homem, ou porque eu gosto daquilo, ou porque eu, na verdade, já ouvi até que eu não sou vendedora de bolo e sim prostituta, Porque eu ando nesses lugares tudo, né? Aí falam que eu estou sempre lá. (sic) (Y.C.C, 2024).

A entrevistada também mencionou que nunca enfrentou dificuldades com órgãos públicos e que desconhece as leis ou regulamentos que poderiam orientar sua atividade como vendedora ambulante. Novamente, vemos que essa falta de conhecimento regulamentar é comum entre trabalhadores informais e indica uma possível desconexão entre o poder público e as necessidades ou realidades dos vendedores ambulantes.

Muitos trabalhadores informais não sabem quais são seus direitos e deveres perante o poder público, o que os torna mais vulneráveis a abordagens arbitrárias e pode limitar suas possibilidades de reivindicar melhorias nas condições de trabalho ou de defender-se de eventuais conflitos. De acordo com a mesma: “eu não conheço essas leis ou regulamentos sobre o comercio ambulante, nem sabia que tinha” (sic) (Y.C.C, 2024).

A entrevistada explicou que prefere vender em locais que oferecem comida, especialmente em bairros distantes onde a concorrência é menor e ela consegue alcançar um público mais receptivo. Ela também comenta que evita locais “chiques”, pois sente que pessoas de classes sociais mais altas tendem a julgá-la ou ignorá-la. Essa escolha de espaço e público reflete uma estratégia prática e psicológica de lidar com a desigualdade social, buscando locais onde ela se sente menos julgada e mais respeitada. Essa fala ilustra a territorialidade dentro do comércio informal, onde a vendedora define seu espaço de atuação com base em aceitação e respeito, tentando minimizar o impacto de olhares de reprovação ou desprezo que afetam sua autoestima e seu ambiente de trabalho.

Eu prefiro trabalhar em locais que vendem comida. A gente aposta mais nos setores distantes. É nova Araguaína, JK, Monte sinais. São setores onde outros não vão e só a gente vai. Não escolhemos lugares para vender ou não, mas hoje por exemplo no Baroli não vendemos pois o atual dono não permite. Também não gostamos muito de vender em lugares chiques, com pessoas que são ricas, pois eles no olham de forma torta, e as vezes nem nos dão moral. Antes tinha mais locais que evitávamos, tinha medo de ser julgada, ser tratada mal, mas hoje entramos em todos os lugares, independente de qual lugar da cidade (sic) (Y.C.C, 2024).

Apesar de todas as dificuldades, a vendedora encontra apoio em sua família, especialmente em sua mãe, que exerce um papel de suporte emocional e encorajamento constante. Em dias difíceis, ela se apoia na fé e na união familiar para manter a determinação. Esse apoio é crucial, pois contribui para sua resistência diante das adversidades e a ajuda a seguir em frente mesmo em momentos de desânimo.

É igual falei, a nossa rede de apoio mais é minha mãe, né? É mais a oração mesmo, e determinação que o nosso trabalho é pela fé, né? A gente tem que acreditar que a gente vai vender, porque a gente já vende um produto difícil, um produto que não nem todos gostam, nem todos têm costume de comer pela noite, né? Ainda mais os locais que a gente anda. Então é mais é pela fé mesmo, oração. Minha irmã me acompanha nas vendas. (sic) (Y.C.C, 2024).

A experiência dessa vendedora ambulante também evidencia a complexidade do comércio informal, especialmente para mulheres que, além dos desafios financeiros, enfrentam preconceitos de gênero e a falta de proteção no espaço público. A

interseccionalidade em sua trajetória mostra como esses múltiplos fatores de exclusão – como gênero, classe social e ocupação informal – a tornam vulnerável, ao mesmo tempo em que lhe conferem uma força e resistência singulares. Sua aspiração de ter um ponto fixo de vendas no futuro reflete tanto o desejo de maior estabilidade quanto a busca por um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso.

3.5.3 – Entrevista 3: M.V.F.C & O.L.M – Vendedores de Cones Recheados

A entrevista com o casal de vendedores ambulantes foi oportuna no sentido de revelar as complexidades e os desafios do comércio informal, principalmente sobre questões de gênero, segurança, territorialidade e vulnerabilidade social. A vendedora relatou que o período da pandemia foi um divisor de águas em sua trajetória no comércio ambulante. Com as restrições para circular nas ruas, ela precisou reinventar sua forma de vender e adotou estratégias de delivery, usando o *WhatsApp*, Instagram e Facebook para divulgar os produtos.

Durante esse período, ela era responsável por todas as etapas do negócio, desde a compra de ingredientes e a produção dos doces até as entregas. Esse esforço solitário, apesar de desafiador, foi fundamental para que ela conseguisse sustentar sua renda em meio ao isolamento, mostrando sua resistência e capacidade de adaptação. Foi também nesse contexto de venda ambulante que ela conheceu seu atual companheiro, que, mais tarde, se tornaria um parceiro não só no âmbito pessoal, mas também no trabalho.

Ao descrever suas experiências, a vendedora M.V.F.C, de 25 anos, destacou como a presença do companheiro é essencial para que ela possa trabalhar sem sofrer assédio. Quando vendeu sozinha ou acompanhada de uma amiga, informou que frequentemente os clientes se aproximam com o intuito de flertar ou elogiar sua aparência, muitas vezes demonstrando desinteresse pelo produto que ela oferece.

Com ele eu não sofro assédio. Com minha amiga, por exemplo, chegava casos em que a gente percebe que a pessoa só tá comprando porque "ah, são lindas, são bonitas" não quer nem saber o que é o produto. Não quer nem saber qual é a causa, mas tá comprando só pra "xavecar". Então, isso acontecia muito. Aí isso inibe muito a gente a querer continuar (a vender sozinhas). Então com ele é muito mais fácil. (...) Porque é realmente muito diferente o que a figura masculina (...) traz até nessas questões. (sic) (M.V.F.C, 2024).

Esse tipo de situação serve para desvalorizar o papel profissional, causando desconforto e tornando o trabalho mais desgastante e menos seguro. Já com o companheiro ao seu lado, esses episódios de assédio praticamente desaparecem,

indicando como a figura masculina se torna, paradoxalmente, uma espécie de "proteção" que legitima seu trabalho aos olhos de alguns clientes. Esse cenário expõe uma desigualdade de gênero evidente, na qual a mulher só consegue desempenhar seu trabalho sem desconforto quando acompanhada de um homem, o que evidencia a vulnerabilidade das mulheres em atividades informais e em espaços públicos.

Outro aspecto importante é a dinâmica de distribuição de papéis no trabalho. Nas abordagens aos clientes, foi informado que o homem quem geralmente toma a dianteira, conduzindo as interações e assumindo uma postura de liderança. Essa atitude, segundo ele, ocorre naturalmente, pois nota que os clientes tendem a “ouvir melhor” quando ele fala com a voz mais grave e reagem com mais interesse ao produto.

A gente entende que não é 100% das pessoas que são "aceitáveis" ao doce. Isso é normal. Só que muitas das vezes, o que a gente percebe também, outro ponto bem crucial nessa questão da mulher e do homem. Você chega numa mesa que tem um casal. Você oferece, nós fazemos a mesma abordagem padrão. A mulher brilha os olhos, baba, querendo... Só que o que acontece, a gente percebe que ela é meio dependente do marido ou namorado. Aí as vezes ela até pergunta quais os sabores que tem, mas o namorado corta. (sic) (O.L.M, 2024).

Durante a entrevista, foi possível notar que essa dinâmica pode ser desconfortável, especialmente quando questionam se ela "não fala" ou "não participa" da atividade, quando na verdade ela é a responsável pela produção, e o companheiro ajuda sempre que pode. Essa circunstância também pode ser vista como um apagamento ou invisibilidade, mesmo quando ela está diretamente envolvida na venda, reflete-se como os estereótipos de gênero são perpetuados e reforçam a ideia de que os homens são mais confiáveis e apropriados para a interação pública, enquanto as mulheres ficam em segundo plano.

(...) É, as vezes ele sempre toma à frente. As pessoas as vezes perguntam, "ela não fala não"? As vezes fico até sem graça. Ele sempre toma a frente, as vezes a gente fala até junto. Quando eu vou tomar a frente e falar, ele fala junto. As vezes perguntam qual a faculdade que eu faço. Antes disso, eu era bem caladona, se eu chegasse num ambiente em que eu tivesse que falar com as outras pessoas, meu Deus... (sic) (M.V.F.C, 2024).

Como visto, a liderança masculina é muitas vezes vista como uma estratégia necessária para minimizar o risco de desrespeito ou desconfiança por parte dos clientes, destacando como as expectativas sociais ainda limitam a autonomia das mulheres em contextos informais.

A escolha dos locais onde atuam também revela aspectos importantes de territorialidade. O casal seleciona pontos de venda com cuidado, preferindo bares e restaurantes familiares e locais com um ambiente mais calmo e acolhedor. Eles evitam bares com música ao vivo ou ambientes mais agitados, onde a comunicação é difícil e a atmosfera não favorece as vendas.

Locais de alto padrão, com clientela de classes mais altas, também são evitados, pois sentem que nesses espaços são recebidos com olhares de reprovação ou com um certo desinteresse. Essa preferência por ambientes mais populares, porém organizados, revela uma estratégia de adaptação onde eles buscam públicos que respeitem seu trabalho e os tratem de forma receptiva.

A gente prefere locais mais familiares e sem música ao vivo. Bares com música ao vivo para não forçar o tom de voz e o cliente perder a aceitação. Bares e restaurantes caros não são o nosso público. Até porque não são todos os lugares que aceitam essa questão do ambulante. Inclusive eu nem sei se esses bares aceitam. Porque é um ambiente mais fechado. Ambiente mais requintado. Então nós nunca chegamos a perguntar e tal. No "Esquentão" foi porque já tinha uma certa aceitação, então eles não têm problema nenhum. Aceitam a gente lá. Essa questão do público já dá uma afastada, a questão dos bares que tem música ao vivo a gente evita e também aqueles bares que a gente percebe ter uma movimentação mais alvoraçada. Lugar que é mais propício uma confusão ou algo do tipo, porque o que que acontece, se você estiver vendendo algo e começou uma confusão, pronto, acabou ali. Você perdeu tempo, você perdeu dinheiro. Querendo ou não, como a gente trabalha à noite, é um espaço de tempo reduzido, então pra a gente tempo é dinheiro. Quanto mais rápido a gente vender (sic) (M.V.F.C, 2024).

Há estratégia clara de segmentação e escolha de público por parte do casal, orientada pela percepção de segurança, ambiente e potencial de venda. Ao definir seu público como "classe média" e evitar o que consideram bairros e bares mais "bagunçados" ou populares demais, eles buscam não apenas ambientes mais familiares e organizados, mas também onde o público tende a valorizar mais o produto oferecido. Para eles, esses locais oferecem um "barulho aceitável", associado à conversa entre clientes, em contraste com o barulho de locais mais tumultuados, onde a comunicação é prejudicada e a abordagem se torna mais difícil.

Então, é mais essa questão de bares com música ao vivo. Bares alvoraçados e os lugares mais requintados, que a gente evita mais um pouco ali. Eu considero que a nossa classe (de público) é a média, porque a gente nem vai nos bairros ralé (risos), que são aqueles boteco de esquina, que tipo, não vai dar certo. Sinuca aberta... aquela bagunça... A gente realmente procura mais os restaurantes, que é um ambiente mais calmo, mais familiar. O barulho é mais aceitável. É o barulho das pessoas falando mesmo (sic) (M.V.F.C, 2024).

Esse recorte revela uma territorialidade própria, onde os vendedores ambulantes escolhem atuar em espaços que não apenas aumentam suas chances de venda, mas também garantem uma experiência de trabalho mais tranquila e segura. Ao evitarem ambientes que associam a uma menor receptividade e potencial desvalorização, o casal demonstra um entendimento profundo das dinâmicas do comércio informal, adequando-se aos lugares onde acreditam que serão melhor recebidos e onde seu trabalho será mais respeitado. Essa escolha também sugere que eles, de certa forma, buscam diferenciar seu serviço, aproximando-se de um modelo que privilegia a qualidade do ambiente e do público, em vez de atender indiscriminadamente a qualquer espaço.

Como já mencionado anteriormente, alguns ambientes privados são mais receptivos, quase convidativos, enquanto outros são fortemente protegidos por barreiras de exclusividade e poder. “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele” (Raffestin, 1993, pg. 159). A territorialidade, nesse caso, torna-se um recurso fundamental para o sucesso do negócio, já que trabalhar em espaços onde sentem respeito e segurança impacta diretamente o rendimento e a satisfação com o trabalho.

Além disso, a vendedora deixa claro que o trabalho na rua não é sua opção ideal, mas uma necessidade que surgiu para custear o financiamento de sua faculdade (via FIES) e garantir a independência do casal, que ainda vive com os pais dela. Para o futuro, eles desejam abrir um ponto fixo de vendas, onde possam trabalhar com mais segurança e conforto, sem as dificuldades e os imprevistos do comércio ambulante. Ambos enxergam o comércio ambulante como um trampolim para um negócio mais estruturado, que ofereça estabilidade a longo prazo. Embora a venda nas ruas seja lucrativa e contribua para a visibilidade do produto, a vendedora almeja o dia em que o trabalho se concentre em um ambiente mais controlado e menos vulnerável.

O primeiro intuito era quitar a faculdade, né? Mas eu vejo, assim, que é uma coisa tão distante. Eu vi o contrato (do FIES), são 14 anos pagando a faculdade. Então eu sinceramente não quero passar 14 anos vendendo na rua. Eu quero conseguir vender só de casa ou ter minha própria loja. Eu vendo na rua não é por escolha, é mais por necessidade mesmo. Porque a gente não tá conseguindo fazer só dentro de casa. É a gente indo atrás do cliente. Que no caso da pandemia, era totalmente o contrário, depois que acabou a pandemia os clientes sumiram, não sei pra onde foram. Tão tudo na rua. Parece que na pandemia, querendo ou não as vendas eram melhores, daí eu tive que buscar várias estratégias e eu me encontrei nessa né, que é a venda nas ruas. Aí eu quero pagar a faculdade, é o que está me ajudando. E a gente quer casar também, e sair da casa dos meus pais porque a gente tá morando com os meus pais. (sic) (M.V.F.C, 2024).

O casal relatou que, até o momento, não enfrentou problemas com a fiscalização municipal em sua atividade de vendedores ambulantes. Eles demonstraram curiosidade sobre as regulamentações locais, especialmente a possibilidade de atuar na Via Lago, onde a prefeitura organiza espaços para pequenos comerciantes.

No entanto, não chegaram a buscar informações detalhadas sobre as exigências e normas específicas para o comércio ambulante em Araguaína, mostrando uma certa distância em relação aos processos burocráticos da cidade. Esse desconhecimento em relação à legislação pode ser reflexo da falta de comunicação ou apoio institucional voltado aos trabalhadores informais, que muitas vezes atuam sem orientações claras ou acesso facilitado às regulamentações. A oportunidade de vender em locais organizados pela prefeitura, como na Via Lago, representa para o casal uma possibilidade interessante de expansão, pois ali poderiam obter maior visibilidade e operar em um ambiente mais seguro e regulamentado.

Com base na entrevista, verifica-se como o comércio ambulante se torna uma alternativa para alcançar objetivos financeiros de médio e longo prazo, revelando as contradições desse setor. Por um lado, o comércio na rua oferece contato direto com os clientes e retorno financeiro rápido, o que é essencial para o casal arcar com despesas urgentes. Por outro, ele impõe um desgaste físico e emocional, reforçado pelas interações incertas e pela constante necessidade de adaptação a diferentes públicos e locais.

Esse ciclo de vulnerabilidade e esforço demonstra a resistência dos vendedores ambulantes que, mesmo enfrentando condições adversas e desafios de reconhecimento social, encontram formas de planejar o futuro e vislumbrar novos horizontes de trabalho. Assim, o relato do casal representa a força dos trabalhadores informais que transformam a necessidade em oportunidade, buscando superar os limites impostos pelas condições de seu trabalho atual.

3.5.4 – Entrevista 4: M.J.P.S – Vendedores de Pimentas

A entrevista com M.J.P.S., mulher negra, de 54 anos, revelou um percurso de vida profundamente marcado pela resistência e pela autonomia construída a partir da atividade ambulante. Sua história é singular no conjunto das entrevistas realizadas: ao contrário das outras vendedoras, ela atua mobilizando filhos, familiares e jovens de sua comunidade para vender seus produtos nos bares e restaurantes da cidade. Essa prática,

que inclui o pagamento de um “agrado” como forma de incentivo, reflete um modelo de organização e cooperação comunitária raro no contexto do comércio informal.

Eu acho bom vender pimenta, irmão. Porque tem uns meninos que tava pegando no alheio (roubando). Daí eu dou uns conselhos. Pra eles parar de pegar no que é alheio. Eu queria ter dinheiro pra poder botar esses meninos de 16/17 anos pra sair vendendo mais eles, pra investir neles pra eles não ir pra a droga e nem pra o pó. Porque a gente trabalha nessa área né. Ali da feirinha nós já tiremo muito... A gente dá conselho, a gente ora. Ensina a trabalhar... (sic) (M.J.P.S, 2024).

A entrevistada explica que produz as pimentas em sua própria casa, com receitas artesanais, e que busca constantemente se aprimorar no preparo, testando sabores, e esterilizando corretamente as embalagens. Ao falar de seu produto, a vendedora demonstra orgulho e cuidado com a qualidade, atribuindo valor simbólico à mercadoria vendida. A construção dessa identidade produtiva indica que o comércio ambulante, para ela, não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um espaço de afirmação pessoal e cultural.

Eu comecei vender doce, aí eu peguei e fiz 4 pimenta. Aí os pessoal experimentou e achou bom. Aí eu comecei fazer pimenta, né, que é o nosso ganha pão. Que a gente não tinha uma renda e aí a gente fica na rua até 2 horas da madrugada, porque a gente anda em muitos lugares. Tem lugar que a gente entra que as pessoas recebem a gente bem, tá entendendo? Tem uns que até ajuda a gente, mas tem uns... igualmente, ontem o Manoel (filho de 14 anos que ajuda nas vendas) foi oferecer a um rapaz e o rapaz falou “vou comprar essa pimenta não que não presta não”. Aí tem os que discrimina, né. Aí tem uns que fala “sai daqui que eu não gosto que venda essas coisa aqui não”. (sic) (M.J.P.S, 2024).

Além da venda, M.J.P.S. desempenha um papel de liderança comunitária, estimulando jovens a acompanhá-la nas saídas para vender. Essa prática, embora informal, é reveladora de uma solidariedade ativa, em que a experiência de vida e o trabalho se entrelaçam para oferecer oportunidades aos que, como ela, enfrentam barreiras estruturais de acesso ao mercado de trabalho formal. Essa relação interpessoal com os jovens pode ser lida como um ato político e pedagógico de resistência, em que o trabalho ambulante serve como instrumento de inclusão e pertencimento.

Eu que produzo as pimentas. Eu que faço tudo sozinha. E meu esposo ajuda. No máximo coloco o Manoel para esterelizar, porque tem que esterelizar a embalagem se não a pimenta arruina. Tem noite que a gente faz R\$ 200,00, tem noite que a gente faz R\$ 100, ou R\$ 150. E esse dinheiro tem que (re)partir com as crianças. Mas pra incentivar eles... (sic) (M.J.P.S, 2024).

A entrevistada narra também que, ao longo do tempo, adaptou-se aos gostos dos clientes, criou estratégias de venda mais eficientes e escolheu cuidadosamente os locais onde atuar. Um dos aspectos mais emblemáticos de sua fala é a consciência da própria territorialidade: apesar de não conhecer todos os bairros por nome, ela os analisa estrategicamente, identificando os lugares em que suas pimentas têm maior aceitação e onde a abordagem dos jovens vendedores tende a ser mais bem recebida.

O lugar melhor pra a gente vender é nos bar, nos restaurante, nas pizzaria... Nem todo lugar eles deixam a gente entrar. Tem muito lugar aqui em Araguaína que não deixa a gente entrar. Eu entrei aculá, naquele ali que que fica em frente aquela delegacia de policia. Eles botam a gente pra fora se a gente entrar lá. "Pode sair daqui. Vai pra lá, vai pra lá". Tem muito lugar que a gente é rejeitada. A gente começa de lá do Deus é fiel, de lá nós tira nos local... Já tem os local certo que nós não pode andar. A gente passa na frente e vê as multidão de gente. Quer entrar mas não pode... (sic) (M.J.P.S, 2024).

Sua fala é atravessada por um sentimento constante de dignidade e pela consciência de que o comércio ambulante, embora necessário e honesto, ainda é fortemente estigmatizado. M.J.P.S. relatou que muitas vezes escuta, direta ou indiretamente, que deveria “estar em casa”, como se a rua não fosse um espaço legítimo para mulheres, sobretudo negras. Esse julgamento constante é agravado por situações de racismo e machismo explícitos, como quando ouviu de um cliente que “vestido preto deixa você mais preta ainda”, ou quando foi abordada com perguntas como “cadê seu marido?”, ou mesmo quando um dono de bar insinuou que poderia se casar com ela para “tirá-la dessa vida de ambulante”.

Já aconteceu assim de uma pessoa falar “Cadê teu marido? Tu não trabalha não?” Sim. Nós trabalha junto. Só que ele tem problema de saúde. Ele não é como nós que tem os dois rins. Até nós paremos de vender pimenta porque o nosso carro não tem ar (condicionado), é um carrin véi, aí ele esquento o banco... Aí ele tava mais indo pra UPA do que pra em casa. Aí nós paremo um pouco, mas quando a gente para (de vender na rua), a gente passa necessidade. (...) Aí teve um que falou assim pra mim... Eu tenho um vestido preto, né? Aí ele falou assim: “Quando você pra rua, você não veste um vestido preto não.” Aí eu acho que é porque eu sou preta né... Aí ele disse que eu ficava mais preta. “Quase a gente não vê você.” (...) O Manoel tinha uns 6, aí um dono de estabelecimento ele mandou a funcionária dele perguntar se eu não queria casar com ele. Que é pra eu tirar ela dessa vida (de ambulante). Aí o Manoel falou assim: "Não, mas ela casada com o meu pai." E eu disse ao Manoel que eu estou bem nessa vida aqui. Eu tenho um esposo maravilhoso, não preciso dele não. (sic) (M.J.P.S, 2024).

Esses episódios ilustram o que Pierre Bourdieu (2003) chama de violência simbólica: formas sutis, naturalizadas e persistentes de dominação, que fazem com que

a exclusão e a desvalorização sejam percebidas como naturais. A fala do cliente sobre a cor do vestido revela a racialização do corpo negro e sua constante vigilância no espaço público, enquanto os questionamentos sobre seu estado civil e as “propostas” recebidas reforçam estereótipos de gênero e a crença patriarcal de que a mulher precisa ser resgatada por um homem para alcançar dignidade ou estabilidade. Segundo a entrevistada “A rejeição é muito grande. (algumas pessoas) Já vem com desaforo. Deixa a gente arrasado...” (sic) (M.J.P.S, 2024).

Em outro episódio, a entrevistada revelou, de forma contundente, que já sofreu a violência simbólica e institucional que atravessa a rotina de vendedores ambulantes. A negativa violenta de acesso a um estabelecimento na Av. José de Brito – mesmo quando a entrada se dava apenas para a entrega de um produto solicitado por um cliente interno – não apenas evidencia a criminalização implícita da figura da ambulante, mas também reforça as hierarquias sociais que estruturam o espaço urbano.

Teve uma vez... Eu entrei só com uma pimenta que um (cliente) lá de dentro (do restaurante) pediu. E o guarda pegou e me esbarrou e disse que não era pra mim entrar. Mas eu quero entrar pra mim entregar a pimenta. “Você não vai entrar aqui, eu não já falei que você não entra?” Aí eu falei “mas eu vou entrar, porque eu vou entregar a pimenta lá dentro pra um rapaz que me pediu, um que trabalhava lá dentro. Aí eu sei que teve lá um rolo tão grande que ele começou a me falar coisa... Eu comecei ficar nervosa. Daí eu nunca mais nem fui lá. Porque eles não deixa ninguém vender lá. Eles não deixa. É lá na José de Brito... Aí teve um que falou assim “Ó, irmã, eu vi lá aquela cena lá... Eles incriminando você. Eu não sento mais naquele lugar. Achei feio aquilo que fizeram com você.” (sic) (M.J.P.S, 2024).

Como descreve Bourdieu (2003), a violência simbólica opera quando os mecanismos de dominação são impostos como naturais ou legítimos, fazendo com que o sujeito dominado interiorize essa exclusão como parte do funcionamento “normal” da sociedade. A agressividade do segurança e a hostilidade institucional do local, somadas ao constrangimento sofrido, não apenas barraram sua entrada física no espaço, mas produziram também um efeito de afastamento simbólico: M.J.P.S. nunca mais retornou ao estabelecimento.

Essa exclusão ativa dialoga com a análise de Lélia Gonzalez (2020), para quem os espaços urbanos reproduzem uma lógica racializada que associa o corpo negro ao incômodo e à suspeita. A observação do cliente solidário, que se diz envergonhado com a cena e afirma ter deixado de frequentar o local, demonstra como a violência simbólica se torna visível para alguns poucos, mas é estruturalmente normalizada por muitos. Tal episódio revela não apenas a vulnerabilidade a que estão sujeitas essas trabalhadoras,

mas também a urgência de políticas que reconheçam sua dignidade e legitimidade como parte do tecido urbano e econômico da cidade.

Nesse sentido, a experiência da entrevistada dialoga com o conceito de resistência cotidiana desenvolvido por autores como Sueli Carneiro (2011), que aponta que mulheres negras, mesmo sob condições de exclusão e vulnerabilidade, produzem estratégias concretas de sobrevivência, enfrentamento e construção de autonomia.

Se comparada às demais entrevistadas, M.J.P.S. se distingue por adotar um modelo de trabalho menos individualizado e mais coletivizado, o que evidencia uma dimensão organizacional de sua atividade. Esse arranjo revela uma lógica de partilha e de redistribuição de oportunidades, que desafia a lógica neoliberal da competição e da individualização da renda. Em sua prática, percebe-se a presença de um saber comunitário que, mesmo não formalizado, opera como uma pedagogia territorial do trabalho e da resistência. “Não pretendo parar de vender não. Porque é um ganha pão. (...). Se não nós passa fome. (risos)” (sic) (M.J.P.S, 2024).

Ao tratar da regulamentação municipal, a entrevistada afirma não ter conhecimento das normas ou políticas públicas voltadas ao comércio ambulante. Apesar de nunca ter sido abordada pela fiscalização, menciona que se preocupa com a imagem pública da atividade, orientando os jovens para que atuem com respeito e organização. Essa preocupação revela uma consciência sobre o estigma que recai sobre os vendedores ambulantes, particularmente jovens negros, e sua tentativa de subverter essa imagem por meio de uma postura propositiva e disciplinada.

Por fim, a trajetória de M.J.P.S. reforça a complexidade do comércio ambulante como prática social que não pode ser reduzida à informalidade ou à carência. Trata-se de uma experiência rica em saberes, estratégias e resistência, em que a força coletiva, a territorialidade e os vínculos comunitários desempenham papel central. Sua atuação reafirma o valor do trabalho ambulante como expressão legítima de dignidade e protagonismo feminino na sociedade.

3.6 – Tabela de Resultados Analíticos:

A partir das observações realizadas e da coleta de dados por meio das entrevistas, as categorias analíticas que estruturam a pesquisa podem ser delimitadas por linhas determinantes que atravessam as experiências individuais e coletivas das vendedoras ambulantes. Essas categorias não foram previamente estabelecidas, mas emergiram do contato direto com o campo, a partir dos relatos das participantes e das

anotações feitas em diferentes contextos de observação. A seguir, apresenta-se um quadro síntese com cada uma dessas categorias, acompanhadas das constatações empíricas correspondentes:

CATEGORIA ANALÍTICA	RESULTADOS
Trajatória de Ingresso e Motivação	As vendedoras iniciaram no comércio ambulante por necessidade econômica e conciliação com os cuidados familiares, especialmente após a pandemia. Algumas viram na venda uma alternativa ao desemprego e à dificuldade de manter empregos formais (ex: L.S.L e M.V.F.C).
Estratégias de Venda Interação com Clientes (Cultura/Identidade)	Utilizam abordagens sensíveis ao contexto: oferecem amostras, adotam tom educado e empático, usam vestimentas para comunicar profissionalismo. Estratégias de aproximação e leitura de ambiente são fundamentais para o sucesso das vendas.
Territorialidade e Espaços de Atuação	Escolha dos locais varia conforme receptividade e perfil da clientela. Evitam bares requintados ou agressivos e priorizam ambientes mais familiares e abertos (ex: Vila Aliança). Alguns locais impõem barreiras simbólicas e físicas que restringem a circulação dos ambulantes.
Relações de Gênero e Enfrentamento do Assédio	Mulheres enfrentam assédio e objetificação (ex: L.S.L, Y.C.C). Algumas evitam roupas chamativas ou trabalham acompanhadas de homens para minimizar o assédio (ex: M.V.F.C). A presença masculina é vista como escudo contra o desrespeito.
Preconceito e Estigmas Sociais	As ambulantes são frequentemente vistas como pedintes ou associadas a atividades ilícitas. Sofrem preconceito por serem mulheres, negras, evangélicas e atuarem em locais noturnos. Isso afeta sua autoestima e legitimação social (ex: Y.C.C e M.J.P.S).
Redes de Apoio e Resistência Cotidiana	O apoio dos filhos, familiares ou companheiros é fundamental (ex: L.S.L e M.J.P.S). Algumas criam redes de suporte comunitário, como no caso de M.J.P.S, que envolve jovens em situação de vulnerabilidade como forma de inserção social e resistência simbólica.
Relação com Poder Público e Regulamentação	Há amplo desconhecimento das normas municipais sobre comércio ambulante. Nenhuma das entrevistadas citou políticas públicas específicas. Algumas têm medo da fiscalização, mas em geral não relataram intervenções diretas. A atuação institucional é ausente ou invisível.
Aspirações Futuras	Apesar da precariedade, as entrevistadas demonstram desejo de formalizar o negócio, abrir loja própria ou sair da rua (ex: L.S.L, M.V.F.C). A atividade ambulante é vista como etapa de transição para alcançar maior estabilidade e autonomia financeira.

4. (RE)ARTICULAÇÕES ENTRE TEORIA E CAMPO

Considerando o referencial teórico desenvolvido nos capítulos 1 e 2, e os materiais empíricos apresentados no capítulo 3, este capítulo tem por objetivo explicitar a articulação entre teoria e campo: verificar como categorias analíticas centrais – territorialidade, direito à cidade, interseccionalidade e resistências cotidianas – se manifestam nas práticas, percursos e discursos das vendedoras ambulantes de Araguaína. A intenção não é aplicar conceitos de forma mecânica, mas utilizá-los como instrumentos analíticos para ler os modos concretos de ocupação do espaço urbano e as estratégias de reprodução praticadas por essas trabalhadoras.

Metodologicamente, a análise apoiou-se na triangulação entre observação participante em nível moderado (Spradley, 1980), diários de campo e entrevistas semiestruturadas. Essa opção metodológica privilegiou a densidade interpretativa sobre a extensão amostral: buscou-se captar tanto o dizer das entrevistadas quanto o fazer cotidiano – discutir as rotas preferenciais, as negociações informais com clientes e vizinhanças, e as micro práticas de proteção e solidariedade que se mostram nos detalhes da rotina. A articulação entre fala e prática é, portanto, o princípio orientador desta leitura.

Parte-se da hipótese de que existe uma continuidade histórica de mecanismos regulatórios e de estigmatização – que vai de práticas normativas antigas (como os códigos de postura apontados na literatura sobre as ganhadeiras) até as formas contemporâneas de fiscalização e invisibilidade institucional – e que essa continuidade é atravessada por relações de raça, gênero e classe. Assim, o que se observa em Araguaína não é somente um acúmulo de circunstâncias locais, mas padrões que se reiteram e se reconfiguram, produzindo tanto práticas de exclusão quanto repertórios de resistência e negociação.

Este capítulo organiza-se em torno dessa hipótese: primeiro, recupera-se a historicidade das regulações e sua ressonância no presente; em seguida, analisa-se a operação da interseccionalidade nas narrativas das entrevistadas; discute-se as práticas territoriais e as formas concretas do direito à cidade; e, por fim, problematizam-se as implicações políticas desta articulação teoria-campo, indicando pistas para intervenções municipais informadas pelas vozes e trajetórias das próprias vendedoras. A leitura que se segue busca, portanto, oferecer uma síntese crítica final e situada, que conecte autoras e conceitos aos dados empíricos recolhidos em campo.

4.1. Historicidade e continuidade: das ganhadeiras às vendedoras ambulantes contemporâneas

A literatura sobre as ganhadeiras e outras formas históricas de trabalho feminino nos espaços urbanos baianos oferece um referencial útil para compreender a persistência de determinados modos de ocupação, regulação e estigmatização do comércio feminino ambulante. Essas genealogias mostram que a circulação, a mobilidade e a organização comunitária já foram, historicamente, respostas à desigualdade estrutural – estratégias que articulavam sobrevivência econômica e construção de redes sociais sob formas de vigilância e controle. Em Araguaína, embora o passado e o presente não sejam idênticos, é possível identificar ressonâncias claras entre práticas históricas e contemporâneas: o temor à fiscalização, a necessidade de negociar constantemente e a construção de arranjos coletivos para viabilizar a atividade.

Os dados de campo corroboram essa continuidade. L.S.L., por exemplo, explicou que sua entrada na venda de brigadeiros resultou de uma reorganização das responsabilidades domésticas após a pandemia: vender permitiu conciliar cuidado dos filhos e geração de renda, uma estratégia de sobrevivência que remete às dinâmicas de autonomia econômica feminina descrita na pesquisa de Soares (1996). Esse tipo de motivação – ser ambulante por necessidade e pela compatibilização com trabalhos de cuidado – aparece de modo recorrente nas entrevistas e nas notas de campo.

A presença de práticas de proteção e de negociação local também é evidente. No caso de M.V.F.C., a atuação compartilhada com o companheiro (entrevistado como O.L.M.) demonstra uma tática de segurança e expansão de mercado: a presença masculina é usada, em certos contextos, como escudo contra o assédio e como forma de legitimação da ação no espaço público. Já M.J.P.S. constrói uma prática mais coletivizada, envolvendo família e jovens da comunidade na dinâmica de venda, o que ilustra uma pedagogia territorial do trabalho – uma forma de repartir risco, gerar ocupação e criar vínculos que garantem circulação e proteção no território. Esses arranjos ecoam as redes e estratégias observadas em contextos históricos, onde a coletividade feminina foi recurso central para enfrentar exclusões institucionais.

Outra faceta de continuidade refere-se à regulação formal e à sua ausência efetiva. O Código Municipal de Posturas e as legislações sobre feiras em Araguaína apresentam dispositivos que tangenciam o comércio ambulante, mas não oferecem uma regulamentação específica para as vendedoras itinerantes que circulam diariamente pela

cidade. Na prática empírica, isso se traduz em uma presença ambígua do poder local: há normas genéricas, sem um marco protetivo ou de reconhecimento que incorpore itinerância e gênero nas políticas públicas. As entrevistadas confirmam desconhecimento de políticas específicas e relatam medo frente a abordagens fiscais, o que evidencia uma continuidade – hoje sob a forma de invisibilidade institucional – de práticas disciplinares que historicamente buscaram controlar o trabalho das mulheres na cidade.

As observações no campo ilustram, em detalhe, como essa ambivalência normativa se traduz em rotinas cotidianas. Em locais como a Vila Aliança e a Praça do Setor Noroeste, a escolha de pontos, o momento de instalação e a leitura do ambiente (por exemplo, evitar bares com políticas restritivas como o “Bar Alfa” e priorizar estabelecimentos mais receptivos) são decisões táticas que demonstram uma adaptação contínua às condições de controle e exclusão. Esses comportamentos – ajustar rotas, escolher horários, negociar informalmente com proprietários ou clientes – funcionam como formas práticas de “regulação *bottom-up*”¹³, onde as próprias vendedoras constroem regras de convivência na falta de normativas públicas inclusivas.

Os relatos também revelam que, embora haja semelhanças com os padrões históricos, há reconfigurações relevantes: a composição etária, a relação com tecnologia (ex.: produção a partir de fontes online relatada por L.S.L.) e as novas formas de articulação comunitária distinguem o presente. M.J.P.S., ao afirmar “Não pretendo parar de vender pão. Porque é um ganha pão. (...). Se não nós passa fome.”, combina reconhecimento público da dificuldade com uma afirmação de legitimidade do trabalho ambulante – um testemunho que demonstra tanto resistência quanto a centralidade econômica dessa atividade no sustento familiar. Tal enunciado conecta diretamente a dimensão afetiva e material da prática, mostrando que a informalidade é, ao mesmo tempo, expressão de precariedade e de agência.

Por fim, a conexão entre passado e presente permite uma leitura crítica: a ausência de políticas específicas para vendedoras itinerantes não aparece como mera

¹³ A expressão *bottom-up*, em contraste com *top-down*, tornou-se relevante nos Estudos de Políticas Públicas a partir do debate clássico sobre implementação, sobretudo com os trabalhos de Richard Elmore (*Backward Mapping: Implementation Research and Policy Decisions*, 1979) e Michael Lipsky (*Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*, 1980). Ambos demonstraram que a regulação e a efetivação de políticas não se dão apenas por ordens hierárquicas impostas de cima, mas também emergem de práticas cotidianas dos atores situados na base do processo social. Ao transpor esse conceito para o campo urbano, entende-se por *regulação bottom-up* o conjunto de normas informais e acordos tácitos produzidos pelas próprias vendedoras ambulantes, em substituição ou complementação à ausência de regulamentação institucional formal.

desordem administrativa, mas como continuidade de processos que historicamente invisibilizaram e disciplinaram corpos femininos – em especial corpos racializados – no espaço público. A genealogia das ganhadeiras, portanto, não é apenas um paralelo ilustrativo; ela fornece instrumentos analíticos para entender por que práticas de proteção, redes de solidariedade e estratégias de negociação persistem como respostas estruturais à exclusão. Os dados empíricos de Araguaína confirmam que as vendedoras não só reproduzem repertórios históricos, mas os adaptam e reinventam para lidar com os dilemas contemporâneos da cidade.

4.2. Interseccionalidade em ação: raça, gênero e posição econômica nas narrativas das entrevistadas

O quadro teórico reunido no capítulo 2, que mobiliza autoras como Sueli Carneiro e Lélia González, fornece ferramentas para compreender que as desigualdades enfrentadas pelas vendedoras ambulantes não se apresentam como fatores isolados, mas como eixos concatenados – raça, gênero e classe – que se reforçam mutuamente nas experiências cotidianas. Nos relatos recolhidos em campo, essa articulação aparece de modo recorrente e multifacetado: as entrevistadas não descrevem apenas uma dificuldade econômica; narram trajetórias em que as pressões reprodutivas (cuidados familiares), estigmas raciais e exposições a formas específicas de assédio e discriminação se imbricam, produzindo formas singulares de vulnerabilidade e, simultaneamente, repertórios de resposta.

A dimensão do cuidado e da maternidade aparece como elemento central na configuração da atividade ambulante feminina. L.S.L. relata que a escolha por vender brigadeiros decorreu da necessidade de conciliar trabalho e cuidados com quatro filhos – uma motivação típica que articula responsabilidades reprodutivas e impossibilidades do mercado formal. Sua fala, em que afirma querer ser vista “como trabalho, não como alguém que está pedindo ajuda”, ilumina a tensão entre reconhecimento e estigmatização social: o trabalho ambulante é ao mesmo tempo sustento e imagem pública que precisa ser gerida. Essa busca por dignidade laboral, colocada em termos de reconhecimento social, evidencia como o gênero e a condição de mãe moldam tanto as oportunidades quanto as estratégias de atuação das vendedoras.

O assédio e a deslegitimação de presença feminina no espaço público constituem outro eixo interseccional importante. Em observações registradas na Praça do Setor Noroeste, foi documentada uma interação em que uma vendedora de bolos no pote

sofreu olhares invasivos e comentários de teor ambíguo por parte de um cliente embriagado, situação que a levou a se retirar e não retornar naquela noite. Esse episódio, registrado nos diários de campo, ilustra como o gênero transforma a experiência de venda em um risco corporal e simbólico: as abordagens que ultrapassam o âmbito comercial são frequentemente lidas como insegurança física e humilhação pública, impelindo estratégias defensivas (evitar determinados locais, trabalhar acompanhada, preferir ambientes com alimentação).

A interseção com raça emerge de modo explícito nas narrativas e nas reações dos clientes: M.J.P.S. relatou episódios de discriminação direta – “vou comprar essa pimenta não que não presta não” – e demonstrou como esse tipo de repúdio racializado afeta custos materiais e simbólicos do trabalho (queda de vendas, sensação de vergonha, necessidade de provar qualidade constantemente).

Ao mesmo tempo, a atuação coletivizada de M.J.P.S. – mobilizando filhos e jovens da comunidade, oferecendo “agrado” e instrução sobre trabalho – evidencia uma resposta política e pedagógica que articula luta material e construção de legitimidade comunitária. A experiência dela mostra que a racialização não apenas estigmatiza, mas também impulsiona formas de solidariedade organizativa como estratégia de enfrentamento.

O recorte etário e de geração também compõe a malha interseccional: foram observadas crianças e adolescentes vendendo acompanhadas por adultos, e os depoimentos demonstram como a presença de jovens nas saídas de venda se conecta a padrões de reprodução familiar e a estratégias de inserção econômica (treinamento prático, divisão de tarefas, estímulo à saída de situações de risco). Em paralelo, algumas entrevistadas relatam adoção de inovações tecnológicas (uso de redes sociais, delivery via *WhatsApp* no período da pandemia) que mostram variações de capital cultural e de acesso a recursos entre gerações e sujeitos – fatores que articulam horizonte de mobilidade (aspirações de formalização, abertura de loja) com limitações concretas no presente.

Outra manifestação recorrente da interseccionalidade é a diferença de tratamento em função da presença masculina. No depoimento de M.V.F.C., a presença do companheiro nas saídas aparece como estratégia tática para reduzir assédios e garantir maior segurança – um recurso que evidencia a vantagem diferencial que corpos masculinos oferecem no cenário urbano, ao passo que as mulheres solitárias ficam mais expostas a constrangimentos e violência simbólica. Ao mesmo tempo, essa estratégia

reproduz assimetrias: a legitimidade do trabalho da mulher chega a depender da presença masculina, o que ressalta limitações na autonomia efetiva e as ambivalências da proteção privada.

A análise das narrativas também mostra como a interseccionalidade opera em níveis distintos – institucional, comunitário e interpessoal – e como esses níveis se retroalimentam. O desconhecimento generalizado sobre regulações municipais e a ausência de dispositivos protetivos (relatados por L.S.L. e por outras entrevistadas) colocam as vendedoras numa posição de invisibilidade institucional; essa lacuna normativa facilita abordagens discricionárias por fiscais ou reações de hostilidade por parte de comerciantes e clientes, que por sua vez reforçam práticas de autodefesa e de reorganização comunitária (rotações de pontos, acordos informais com donos de bares, tutoria com jovens). Assim, o arcabouço teórico de Gonzalez (2020) e Carneiro (2021, 2023) sobre opressões interseccionais é útil não apenas para classificar desigualdades, mas para explicar mecanismos práticos pelos quais essas desigualdades se reproduzem e são enfrentadas cotidianamente.

Em síntese, as entrevistas e as observações confirmam e especificam a hipótese teórica: raça, gênero e posição econômica não se somam de forma aditiva, mas se entrelaçam e configuram experiências singulares que condicionam escolhas, riscos e possibilidades das vendedoras ambulantes. Essa leitura permite deslocar o foco da mera vulnerabilidade estatística para a análise de processos – como naturalização do estigma, uso de proteção masculina, pedagogia comunitária e estratégias de legitimação – que explicam por que formas históricas de exclusão persistem e como são resistidas no plano da prática. A articulação interseccional aqui construída oferece, portanto, base para proposições de políticas que considerem simultaneamente as múltiplas dimensões da desigualdade e valorizem as capacidades organizativas já presentes nas próprias trabalhadoras.

4.3. Territorialidade, direito à cidade e práticas cotidianas de ocupação

As contribuições teóricas sobre território e territorialidade permitem pensar a rua não apenas como pano de fundo neutro, mas como um campo de disputas em que se produzem e se reproduzem hierarquias sociais. Nesse sentido, a ocupação ambulante configura-se como prática territorial: os pontos escolhidos, os itinerários, os horários e as formas de interação com o entorno não são meras decisões operacionais, mas mecanismos pelo qual as vendedoras procuram estabelecer uma presença reconhecível e

sustentável na cidade. O ponto de venda, portanto, funciona como um “marcador” – físico e simbólico — que inscreve o direito ao trabalho e ao espaço na geografia urbana.

No material empírico, essa produção de território aparece em decisões táticas recorrentes. Observações sistemáticas em locais como a Vila Aliança e a Praça do Setor Noroeste evidenciaram que a escolha do ponto envolve leitura prévia do ambiente: proximidade de fluxo de pedestres, relações com comerciantes locais, e análise de riscos (proibições de atuação, assédio, concorrência). Em vários registros de campo, as vendedoras alteraram o ponto imediatamente após notar má receptividade ou indivíduos de comportamento conflituoso; em outros casos, optaram por negociar com proprietários de estabelecimentos para “ganhar” um espaço protegido nas portas de bares/restaurantes. Essas microdecisões expressam, ao mesmo tempo, estratégias de sobrevivência e tentativas de legitimidade perante vizinhança e clientes.

As entrevistas reforçam esse quadro ao mostrar as motivações e os sentidos atribuídos a tais escolhas. L.S.L., por exemplo, descreveu como o deslocamento entre pontos durante o dia responde tanto a variações de demanda quanto a uma lógica de precaução: “se o movimento aqui cai, eu vou para onde sei que tem gente, ou se o dono do bar reclama eu já vou para outro lado” – enunciado que revela uma sensibilidade prática para a ocupação do espaço que não é aleatória, mas normativa no modo como define “bons” e “ruins” pontos. Em outro relato, M.J.P.S. explicou que trabalhar em frente a um comércio mais receptivo significava “menos problema” com moradores e maior retorno financeiro, o que confirma que o reconhecimento social local participa diretamente da viabilidade econômica do ponto.

Importante distinguir presença física de direito efetivo: ocupar a rua por necessidade não assegura, por si só, o reconhecimento jurídico ou social de pertencimento. As vendedoras produzem formas de regulação informal – códigos de convivência entre si e com o entorno – que operam como instrumentos provisórios de ordenamento, mas que não substituem garantias institucionais. A ausência de normatização específica para ambulantes itinerantes transforma a cidade em espaço de incerteza regulatória, em que a autoridade pública aparece ora como ameaça, ora como irregular presença simbólica.

As práticas de ocupação revelam também caráter performativo: o ponto não apenas gera renda; serve para afirmar identidades e reivindicar visibilidade. Em depoimentos coletados, várias entrevistadas colocaram a atividade como reconhecimento social e como modo de afirmação pessoal – “as pessoas acabam te

conhecendo, sabendo quem você é” – o que mostra a dimensão simbólica do ponto como currículo de presença. Ao mesmo tempo, a necessidade de “não incomodar” (evitar conflitos com comerciantes formais, não bloquear entradas) demonstra que esse reconhecimento é condicional e negociado, sujeito a hierarquias locais que limitam o exercício pleno do direito à cidade.

As rotas e a alternância entre público e privado configuram outra dinâmica relevante: muitas vendedoras recorrem a acordos informais com estabelecimentos privados, o que ilustra uma forma de privatização parcimoniosa do espaço público, onde o direito de uso depende de negociações interpessoais. Tais arranjos atestam que o direito à cidade, quando invocado na prática, assume contornos contingentes e relacionais; não é garantido por norma, mas conquistado cotidianamente por meio de pactos locais e de micropráticas de convivência.

Por fim, a produção de territorialidade tem implicações políticas claras. Se o ponto funciona como núcleo de reconhecimento e reprodução social, políticas públicas que desconsiderem as práticas táticas das vendedoras correm o risco de deslocar, expulsar ou invisibilizar sujeitos que já estruturalmente dependem desses lugares para sua reprodução. As evidências de campo indicam a necessidade de intervenções que reconheçam a pluralidade de formas de ocupação e que incorporem as próprias estratégias das vendedoras no desenho de soluções urbanas – por exemplo, mediante mapeamentos participativos, identificação de pontos de baixa tensão conflitiva e criação de instrumentos regulatórios que harmonizem direitos de circulação e segurança jurídica. Sem esse reconhecimento, a produção cotidiana de território continuará sendo resposta adaptativa a um vazio normativo, e não reivindicação efetiva de direito à cidade.

4.4. Resistência cotidiana, redes e práticas de solidariedade

Sueli Carneiro e Lélia González também oferecem, no referencial teórico, lentes essenciais para compreender a dimensão coletiva da resistência feminina: para ambas, a organização cotidiana entre mulheres funciona simultaneamente como mecanismo de reprodução material e como dispositivo de afirmação identitária frente às estruturas de opressão racial e de gênero.

Essas perspectivas teóricas orientam a leitura dos modos pelos quais as vendedoras ambulantes de Araguaína constroem redes de apoio que operam em níveis práticos e simbólicos – reconhecimento recíproco, tutela informativa e legitimação

social do trabalho. As evidências de campo confirmam que tais redes não são esporádicas, mas parcialmente institucionalizadas no cotidiano: há práticas estabilizadas e rotinas de cooperação que permitem a circulação diária do trabalho.

Nos diários de campo e nas entrevistas surgem exemplos concretos dessas táticas de sobrevivência. Foram registradas práticas e formas de mutualismo que garantem a reprodução do trabalho em situações de ausência de serviços públicos adequados. L.S.L., ao relatar sua rotina, enfatizou como o apoio de colegas lhe permite manter a jornada mesmo em dias de maior demanda doméstica; M.J.P.S. narrou como a indicação de pontos por outras vendedoras lhe abriu clientela e reduziu riscos de confrontos com moradores. Esses trechos ilustram que as redes funcionam como um capital social prático – mobilizável imediatamente para mitigar choques e aumentar a resiliência econômica.

Contudo, é preciso incorporar a ambivalência dessas redes: a cooperação não elimina nem neutraliza as violências estruturais, e por vezes tende a naturalizar a ausência de políticas públicas. Em várias anotações de campo, percebe-se que a solidariedade opera como estratégia de substituição –as mulheres cuidam umas das outras porque o Estado não o faz – o que reforça uma dupla dimensão normativa apontada por Carneiro e González: a solidariedade é ato político e, ao mesmo tempo, efeito de exclusão institucional. Em locais onde a concorrência por pontos é intensa, as trocas de ajuda podem ceder lugar a rivalidades; Esse tensionamento evidencia que as redes, embora essenciais, não constituem solução estrutural para problemas de regulação e segurança.

A análise também revela configurações de gênero e raça nas práticas de solidariedade: a presença masculina (relatada por M.V.F.C. e O.L.M.) funciona como recurso de proteção em contextos de assédio, mas ao mesmo tempo reafirma hierarquias de legitimidade que condicionam a autonomia feminina. Da mesma forma, a deslegitimação experienciada por vendedoras racializadas (como indicado por M.J.P.S.) faz com que redes comunitárias assumam papel de escudo simbólico – validando a qualidade do produto, recomendando clientes e criando repertórios de defesa reputacional. Sueli Carneiro e Lélia González ajudam a entender que esses arranjos não são apenas respostas eventuais: são formas organizadas de resistência que convivem com restrições impostas por relações de poder mais amplas.

Do ponto de vista analítico e político, a constatação central é que as redes existentes devem ser entendidas como recursos valiosos que precisam ser

complementados, e não substituídos, por políticas públicas isoladas. A consolidação de mecanismos institucionais – mapeamentos participativos, pontos autorizados de venda, programas de microcrédito e espaços de escuta institucional – deveria dialogar com as práticas de solidariedade já existentes, potencializando-as e reduzindo seu caráter de “*safety net*”¹⁴ informal forçado. Sem esse reconhecimento institucional, as redes correm o risco de ser incorporadas como justificativa para a inação do Estado. Em suma, a resistência cotidiana das vendedoras é ordenada e politicamente relevante, mas insuficiente para enfrentar sozinha as violências estruturais que atravessam raça, gênero e trabalho informal.

4.5. Regulamentação, códigos históricos e a atual lacuna municipal

A análise histórica do trabalho feminino ambulante mostra que a regulação sempre esteve presente como instrumento de controle e disciplinamento. Os estudos de Soares (1996) sobre as ganhadeiras, em Salvador do século XIX, já evidenciavam a criação de códigos de postura destinados a normatizar e restringir a circulação de mulheres negras que comercializavam produtos nas ruas.

Como demonstrou Soares (1996), tais dispositivos jurídicos não apenas buscavam ordenar o espaço urbano, mas sobretudo controlar corpos femininos racializados, definindo os limites de sua circulação e legitimidade. Essa perspectiva histórica fornece um espelho crítico para compreender a realidade contemporânea de Araguaína: embora não haja um código formal de regulamentação específico para vendedoras ambulantes itinerantes, subsiste a presença de mecanismos de fiscalização fragmentados, exercidos de forma esporádica e arbitrária.

A ausência de legislação clara cria um cenário paradoxal: há controle, mas não há proteção. Como se observa nas entrevistas, nenhuma das quatro participantes conseguiu citar uma política municipal específica para sua atividade; ao contrário, elas revelam receio de abordagens por parte do poder público, pela insegurança em relação ao ponto de venda e pela sensação de invisibilidade institucional. Esse quadro reforça o que Sueli Carneiro denomina de “racismo institucional”: uma omissão ativa, em que a

¹⁴ A expressão *safety net* (literalmente, “rede de segurança”) é utilizada em políticas públicas para designar mecanismos institucionais de proteção social – como benefícios assistenciais, seguros ou programas de transferência de renda – destinados a evitar que indivíduos e famílias caiam em condições extremas de vulnerabilidade. No contexto desta pesquisa, o termo é empregado de forma analógica para indicar as redes informais de solidariedade e apoio construídas pelas próprias vendedoras ambulantes, que funcionam como uma espécie de “rede de segurança” substitutiva diante da ausência de políticas públicas específicas.

ausência de políticas não é neutra, mas perpetua exclusões históricas e naturaliza a precariedade como destino. A lacuna regulatória, portanto, não deve ser lida como simples falha administrativa, mas como continuidade de uma tradição de invisibilização que recai especialmente sobre mulheres pobres e negras.

Lélia González identificou como “estratégias de reexistência” as táticas de sobrevivência que subvertem a lógica de exclusão, mas que permanecem limitadas por não encontrarem respaldo institucional. Se no século XIX a regulação era explícita e controladora, hoje ela se apresenta sob a forma de silêncio legislativo, o que produz insegurança jurídica e mantém as ambulantes à mercê de práticas discricionárias.

Esse vazio normativo tem implicações diretas na vivência das entrevistadas. M.J.P.S., por exemplo, relatou situações de rejeição e deslegitimação de sua atividade, que não encontrou mediação pública ou amparo legal. L.S.L. enfatizou a ausência de apoio institucional, reforçando que seu trabalho é visto como improvisado, não como ocupação legítima. Tais falas confirmam que, na ausência de regulamentação, a legitimidade do trabalho ambulante depende da tolerância circunstancial de agentes locais – comerciantes e clientes – e não de um direito reconhecido pelo município.

Em síntese, a comparação entre códigos históricos e o presente demonstra que a informalidade feminina continua sendo regulada por mecanismos de exclusão, ainda que sob formas diferentes: antes por normas explícitas que disciplinavam as ganhadeiras, hoje por omissões legais que produzem insegurança e invisibilidade. O que se mantém constante é a negação de reconhecimento pleno às trabalhadoras ambulantes, obrigadas a reinventar diariamente formas de legitimidade. As contribuições de Soares, Carneiro e González permitem compreender essa lacuna não como mera ausência, mas como expressão de continuidades estruturais que atravessam a história do trabalho feminino e racializado no espaço urbano.

4.6. Observação participante e a validade interpretativa das quatro entrevistas

A opção metodológica pela observação participante em nível moderado, conforme definido por James P. Spradley (1980), foi decisiva para captar a densidade cultural das práticas cotidianas das vendedoras ambulantes. A observação proposta pelo autor orienta não apenas a coleta de informações, mas também a forma de interpretação, pois privilegia os significados atribuídos pelos próprios sujeitos a suas ações. Nesse sentido, alternar momentos de interação direta com períodos de observação discreta

possibilitou compreender não só o que as ambulantes faziam, mas como justificavam, narravam e interpretavam tais práticas no contexto urbano de Araguaína.

Esse desenho metodológico foi essencial para acessar dimensões que dificilmente emergiriam em pesquisas de natureza padronizada. Ao longo do trabalho de campo, observou-se que falas aparentemente simples – como a afirmação de L.S.L. de que “é trabalho, não é pedir ajuda” – carregavam sentidos mais amplos, revelando disputas simbólicas em torno da legitimidade do trabalho ambulante. Do mesmo modo, episódios de assédio registrados nos diários de campo ganharam outra espessura analítica quando cotejados com relatos de estratégias de proteção descritas por M.V.F.C., que mencionou a importância de atuar acompanhada do companheiro. Esses cruzamentos entre o observado e o narrado são exemplos da triangulação metodológica que Spradley indica como forma de conferir validade à análise cultural.

A realização de apenas quatro entrevistas, ainda que limitada em termos numéricos, encontra justificativa dentro dessa abordagem qualitativa. As dificuldades de tempo, o receio de algumas mulheres em participar e a predominância masculina entre os ambulantes nos locais observados explicam o recorte reduzido. Todavia, a intensidade das interações obtidas, somada à observação participante, compensou parcialmente essa limitação. Spradley (1980) enfatiza que, em pesquisas desse tipo, o objetivo não é alcançar representatividade estatística, mas construir casos de espessura capazes de iluminar processos culturais mais amplos. Assim, os relatos obtidos funcionam como janelas de compreensão: revelam mecanismos estruturais que atravessam gênero, raça e trabalho informal, ainda que não pretendam esgotar a diversidade do universo pesquisado.

Reconhecer limites é parte do rigor científico. Com apenas quatro entrevistas não é possível abranger toda a heterogeneidade das vendedoras ambulantes de Araguaína – diferenças étnicas, geracionais, de mercadorias comercializadas e de territórios de atuação permanecem em aberto. Entretanto, a descrição detalhada de trajetórias como as de L.S.L. e M.J.P.S., quando articulada às notas etnográficas produzidas em diferentes pontos da cidade, fornece material suficiente para afirmar padrões significativos: precariedade do reconhecimento institucional, estratégias de solidariedade comunitária e disputas pelo direito à cidade. Nessa perspectiva, a força da pesquisa não reside na quantidade de falas, mas na capacidade de articular teoria e prática em um quadro interpretativo consistente, que torna visível a realidade social das vendedoras ambulantes e contribui para o debate científico e político sobre o tema.

4.7 – Síntese analítico-teórica e Implicações Políticas a partir da articulação teoria-campo

A análise empreendida ao longo deste capítulo evidencia que a articulação entre teoria e campo não é apenas possível, mas necessária para compreender a realidade das vendedoras ambulantes de Araguaína em toda a sua complexidade. Ao cruzar o referencial teórico com as narrativas e observações coletadas, emergem três vetores analíticos centrais que dão sentido ao material empírico.

O primeiro diz respeito à continuidade histórica da resistência: as estratégias atuais de ocupação e sobrevivência dialogam diretamente com experiências históricas, como a das ganhadeiras, revelando que a informalidade feminina não é um fenômeno recente, mas possui raízes profundas e inteligibilidades históricas que se atualizam no presente.

O segundo vetor é a interseccionalidade como explicação operacional, conforme problematizado por autoras como Sueli Carneiro e Lélia González. Raça, gênero e classe não aparecem como atributos separados nas falas das ambulantes, mas como dimensões que se entrelaçam e moldam a recepção social, o risco de exposição ao assédio, a precariedade institucional e a organização da atividade.

Por fim, o terceiro vetor analítico diz respeito ao direito à cidade em prática: a cada escolha de ponto, a cada negociação com comerciantes locais e a cada percurso adaptado, as ambulantes expressam, em atos cotidianos, reivindicações silenciosas de pertencimento urbano. No entanto, a ausência de regulamentação inclusiva mantém essas práticas à mercê da insegurança e da interpretação punitiva.

Esses elementos indicam que a teoria não se limita a iluminar os dados, mas é confirmada e reconfigurada por eles. As entrevistas e observações demonstram que conceitos como resistência, interseccionalidade e territorialidade não permanecem em abstrato: emergem concretamente nos gestos, nas falas e nas estratégias das vendedoras. Ao mesmo tempo, a empiria obriga a teoria a se qualificar, ao evidenciar nuances locais e contingenciais que escapam a formulações generalistas. Essa reciprocidade entre teoria e campo reforça o potencial do estudo em contribuir para leituras críticas sobre gênero, raça e trabalho informal.

Do ponto de vista político, a articulação teoria-campo aponta caminhos urgentes para a formulação de políticas públicas que respeitem o direito ao trabalho e a integridade das vendedoras ambulantes. As evidências empíricas indicam a necessidade

de um mapeamento participativo dos percursos e pontos de venda, que torne visíveis as rotinas invisibilizadas pela ausência de regulamentação. Igualmente importante é a criação de diretrizes municipais específicas para a itinerância, que reconheçam a legitimidade do trabalho ambulante e estabeleçam pontos autorizados temporários, reduzindo tensões com comerciantes formais e com a fiscalização.

Outros caminhos incluem programas de capacitação e microcrédito, ações voltadas para a saúde ocupacional, além da instituição de espaços de escuta e participação que incorporem a voz das próprias trabalhadoras na formulação normativa. Tais medidas não devem se limitar a dados quantitativos, mas considerar as narrativas e experiências concretas que revelam o cotidiano das vendedoras.

Em síntese, este capítulo demonstrou que a vida das ambulantes de Araguaína confirma e, ao mesmo tempo, tensiona o referencial teórico mobilizado. A continuidade histórica da resistência, a força da interseccionalidade e as práticas do direito à cidade são categorias que encontram nas entrevistas e observações sua expressão mais clara.

A lição maior que se extrai dessa articulação é que estudar o comércio ambulante exige conjugar escuta atenta e leitura crítica, reconhecendo tanto a densidade das práticas quanto as estruturas que as condicionam. Só assim será possível produzir conhecimento rigoroso e útil, capaz de subsidiar intervenções públicas mais humanas, inclusivas e coerentes com as realidades vividas pelas mulheres que, diariamente, constroem suas territorialidades na informalidade do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa sobre poder e territorialidades no comércio informal pós-pandemia, centrada nas mulheres vendedoras ambulantes de Araguaína - TO, evidenciou-se como as dinâmicas de gênero, raça e espaço urbano se entrelaçam de forma crítica em suas vivências. Com base no referencial teórico, constatou-se que essas trabalhadoras ocupam uma posição socialmente vulnerável, marcada pela intersecção de múltiplas opressões de raça, classe, gênero e território. Autoras negras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez já apontavam que as mulheres negras se encontram na base da pirâmide social brasileira, demandando ações específicas para superar a marginalização histórica.

Essa realidade estrutural reflete-se nas ruas de Araguaína: grande parte das vendedoras ambulantes é composta por mulheres pertencentes a grupos racializados e de baixa renda, cujas experiências cotidianas confirmam os estigmas e desigualdades de poder discutidos teoricamente. Conforme Stuart Hall, estereótipos tendem a “reduzir, naturalizar e fixar o diferente” e florescem em contextos de profundas desigualdades de poder. De modo semelhante, observou-se que as vendedoras ambulantes frequentemente são alvo de estereótipos estigmatizantes – vistas por alguns como “intrusas” no espaço urbano formal ou associadas pejorativamente à desordem.

Os relatos das entrevistadas e as anotações de observação participante (inspirada em Spradley, 1980) ilustram vividamente essas dinâmicas de poder e territorialidade. As vendedoras ambulantes constroem suas territorialidades urbanas ao circular por ruas, bares e restaurantes, apropriando-se de espaços públicos e privados para garantir seu sustento. No entanto, essa apropriação é constantemente mediada por relações de poder: por um lado, elas precisam negociar seu lugar na cidade frente a olhares de desconfiança e abordagens repressivas; por outro, criam vínculos com clientes e moradores, estabelecendo uma presença legítima em determinados pontos de venda.

A pesquisa revelou exemplos concretos dessa tensão. Em trechos dos diários de campo, nota-se que em alguns locais as ambulantes são bem recebidas e até apoiadas pela comunidade, enquanto em outros enfrentam hostilidade aberta. Uma das entrevistadas relatou que ao oferecer seus produtos ouviu de um transeunte que “não compraria essa pimenta porque não presta” e chegou a ser enxotada de certos lugares com frases como “não gosto que venda essas coisas aqui”. Tais incidentes expõem o estigma e a discriminação cotidianos, alinhando-se ao conceito de violência simbólica

de Bourdieu – ou seja, formas sutis de imposição de inferioridade que reforçam a posição subalterna dessas mulheres no espaço urbano.

Em síntese, os achados indicam que gênero e raça influenciam fortemente as experiências territoriais das vendedoras: ao mesmo tempo em que precisam do espaço público para sobreviver, elas são constrangidas por estruturas de poder que tentam limitá-las a um lugar social inferior.

A reforma trabalhista reduziu direitos e ampliou a informalidade no Brasil, e a pandemia de COVID-19 agravou e tornou mais visível esse conflito em torno do espaço urbano. No contexto de Araguaína, embora em menor escala, verificou-se lógica parecida: a ausência de reconhecimento formal das vendedoras ambulantes facilita ações de repressão e invisibilização, como se sua presença fosse um problema a ser eliminado do cenário urbano pós-pandemia. Assim, confirma-se a hipótese de que poder e territorialidade estão intrinsecamente ligados no comércio informal: as mulheres ambulantes enfrentam tanto barreiras explícitas (limitações de atuarem em certos espaços, ausência de políticas públicas e leis que protejam seus direitos) quanto implícitas (preconceitos e estereótipos) ao tentarem ocupar espaços na cidade para trabalhar.

Apesar das adversidades destacadas, as vendedoras ambulantes de Araguaína demonstram notáveis estratégias de resistência e sobrevivência, revelando-se agentes ativas na construção de suas trajetórias. Longe de se conformarem ao papel de vítimas passivas do sistema, essas mulheres elaboram táticas cotidianas para driblar a discriminação e assegurar a sobrevivência familiar. As entrevistas realizadas com quatro trabalhadoras informais permitiram acessar narrativas de resistência diante do preconceito, da crise trabalhista pós-reforma e crise econômica pós-pandemia.

Em seus depoimentos, elas relataram como aprenderam a “se virar” desde cedo, reinventando ofícios e produtos conforme as oportunidades e restrições do momento. Uma das vendedoras contou ter iniciado vendendo doces, e posteriormente adaptou seu negócio para a venda de pimentas artesanais quando identificou maior aceitação desse produto junto aos clientes. Tal flexibilidade – típica do setor informal – denota uma estratégia de sobrevivência: diversificar para continuar relevante no mercado popular, mesmo sem apoio externo.

Outra estratégia central observada é a construção de redes de apoio e confiança no cotidiano das vendas. Por meio da observação participante moderada, foi possível notar que essas mulheres estabelecem laços de reciprocidade tanto com outros

ambulantes quanto com fregueses habituais e donos de estabelecimentos. Em portas de bares, criam um ambiente de familiaridade: cumprimentam pelo nome os clientes frequentes, oferecem degustações e negociam fiado quando necessário, desenvolvendo relações que extrapolam a lógica puramente mercantil.

As mulheres ambulantes também mobilizam discursos de legitimação de seu trabalho como forma de enfrentar o estigma. Muitas enfatizam, em suas falas, a honestidade e dignidade de seu trabalho. Essa autoafirmação pública serve para questionar a narrativa social que as coloca como ilegais ou indesejáveis. Além disso, algumas entrevistadas mencionaram o papel da fé religiosa e da família como fontes de força para persistir.

Uma vendedora destacou que “não pode parar, senão passa necessidade”, demonstrando uma responsabilidade com os filhos e pela crença de sua fé – elementos que funcionam como estratégias subjetivas de enfrentamento da insegurança diária. Em resumo, as vendedoras ambulantes exercem formas cotidianas de resistência que vão desde ajustes práticos (mudança de local, horário flexível, inovação de produtos) até resistências simbólicas (afirmação de identidade trabalhadora honesta, construção de solidariedade comunitária). Essas estratégias confirmam a capacidade de agenciamento dessas mulheres, que mesmo inseridas em condições estruturais adversas, encontram brechas de poder para afirmar seu direito de existir e trabalhar na cidade. A sobrevivência dessas mulheres nas ruas de Araguaína, especialmente no período pós-reforma e pós-pandemia, em si já constitui um ato de resistência às forças que tentam excluí-las.

Os resultados deste estudo deixam claro que a falta de reconhecimento institucional e social agrava a situação de precariedade vivida pelas vendedoras ambulantes. Em Araguaína, identificou-se uma ausência quase completa de políticas públicas voltadas especificamente a essas trabalhadoras que circulam pela cidade. Enquanto os feirantes fixos (que atuam em mercados ou feiras oficiais) dispõem de alguma regulamentação e infraestrutura fornecida pelo poder público, as ambulantes/itinerantes permanecem à margem do ordenamento municipal.

Não há licenças específicas, programas de crédito ou capacitação voltados a elas, tampouco políticas de proteção social direcionadas – o que as coloca em uma espécie de “limbo” jurídico e administrativo. Essa omissão institucional traduz-se em vulnerabilidade cotidiana: sem reconhecimento formal, as ambulantes ficam expostas a abusos e insegurança financeira.

Conforme discutido na literatura, tais trabalhadores informais compõem muitas vezes uma massa de “invisíveis” que não aparecem nos registros oficiais e, portanto, não são atendidos por programas públicos. O reconhecimento social dessas mulheres também se mostra deficitário, embora apresente nuances. Por um lado, persiste no imaginário urbano um estigma que desqualifica o trabalho ambulante – muitas vezes associado indevidamente à ilegalidade, à preguiça ou à desorganização.

Tais estigmas têm raízes profundas nos preconceitos de classe, raça e gênero: remetem à figura histórica da mulher negra e pobre tratada como cidadã de segunda classe. Por outro lado, a mesma pesquisa observou sinais de que, quando a sociedade conhece mais de perto as trajetórias e esforços dessas trabalhadoras, pode passar a valorizá-las. Clientes que criam vínculos com as vendedoras ambulantes frequentemente desenvolvem respeito por sua luta diária e reconhecem nelas verdadeiras empreendedoras populares, dotadas de habilidades de negociação, perseverança e trabalho árduo.

No entanto, esse reconhecimento positivo ainda é pontual e restrito a esferas privadas ou comunitárias. Em termos mais amplos, falta uma legitimação pública da figura da vendedora ambulante como sujeito de direitos e parte integrante da economia urbana. É exatamente essa legitimação que a pesquisa aponta como necessária e urgente. Para que haja uma transformação concreta, faz-se indispensável o reconhecimento institucional e social das vendedoras ambulantes como trabalhadoras legítimas e cidadãs plenas da cidade.

No âmbito das políticas públicas, isso significa incorporá-las nas discussões e ações governamentais: criar marcos legais que formalizem (sem burocratizar excessivamente) sua atividade, destinar espaços adequados para comercialização itinerante, oferecer capacitação técnica e acesso a microcrédito, bem como protegê-las contra a violência (física e simbólica) nas ruas.

Socialmente, é fundamental desconstruir a imagem negativa que recai sobre essas mulheres, difundindo narrativas que evidenciem suas contribuições econômicas e a dignidade de seu trabalho. Em última instância, o reconhecimento passa por ampliar a voz dessas trabalhadoras – seja através de associações de classe, cooperativas ou outros coletivos – para que elas próprias participem ativamente na formulação de soluções. Assim, a sociedade pode começar a enxergá-las não mais como “indesejáveis” ou invisíveis, mas como protagonistas legítimas na dinâmica urbana e econômica. A pesquisa reforça que somente com esse duplo reconhecimento, institucional (garantindo

direitos) e social (combatendo estereótipos), será possível alterar de forma duradoura a realidade das vendedoras ambulantes, tirando-as da condição de marginalidade e valorizando-as por seu papel nos circuitos urbanos.

Esta dissertação oferece contribuições importantes para os estudos interdisciplinares sobre gênero, trabalho informal e territorialidades urbanas. Ao articular referenciais da sociologia, geografia e estudos feministas, o trabalho aprofunda a compreensão sobre como macroestruturas de poder se manifestam em microdinâmicas urbanas no cotidiano de mulheres ambulantes. O estudo ilumina uma realidade pouco visibilizada na literatura acadêmica: mulheres trabalhadoras informais em uma cidade média do norte do Tocantins. Assim, expande os debates para além dos grandes centros urbanos, contribuindo com perspectivas de regiões e contextos frequentemente negligenciados.

Os achados dialogam com teorias clássicas de forma original – por exemplo, corroborando na prática as teses de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez sobre a opressão interseccional de mulheres negras, bem como exemplificando empiricamente os conceitos de territorialidade e resistência cotidiana. Ademais, metodologicamente, a pesquisa demonstra o valor da observação participante moderada para captar nuances das relações sociais no espaço urbano, oferecendo um modelo investigativo aplicável a outros estudos de trabalho informal. Em suma, a dissertação contribui para um olhar interdisciplinar e crítico sobre as relações entre gênero, raça e economia urbana, ao mesmo tempo em que fornece subsídios concretos para a reflexão sobre políticas públicas inclusivas.

Reconhecendo-se as contribuições, é igualmente necessário pontuar as limitações do estudo. A primeira diz respeito à escala e escopo da pesquisa: concentrando-se em quatro entrevistas e em observações em uma única cidade, os resultados têm caráter sobretudo qualitativo e contextual. Isso significa que as conclusões, embora ricas em aprofundamento, não permitem generalizações amplas para realidades de outras regiões sem as devidas cautelas. A amostra limitada de entrevistadas – ainda que suficiente para os propósitos exploratórios e obtida com rigor – implica que possam existir experiências diversas de vendedoras ambulantes que não foram capturadas neste trabalho.

Também cabe notar que o estudo privilegiou a perspectiva das próprias trabalhadoras; embora isso seja um ponto forte em termos de dar publicidade a suas vozes, uma investigação futura poderia incorporar a visão de outros atores (por

exemplo, gestores públicos, moradores, clientes) para complementar a análise das relações de poder e percepção social em torno do comércio ambulante. Por fim, a própria complexidade do tema – que transita por questões de gênero, raça, economia e urbanismo – fez com que nem todos os aspectos pudessem ser esgotados. Aspectos como diferenças geracionais entre as ambulantes, impactos psicológicos do estigma ou maiores comparações com vendedores do sexo masculino, por exemplo, aparecem tangencialmente e poderiam ser melhor desenvolvidos em pesquisas subsequentes.

A pesquisa enfrentou limitações práticas que merecem ser explicitadas: o tempo disponível para o trabalho de campo restringiu o alcance temporal das observações e o número de contatos possíveis; além disso, houve dificuldade em encontrar vendedoras dispostas, rapidamente, a participar das entrevistas – muitas manifestaram receio em expor suas rotinas diante de um pesquisador desconhecido, seja por medo de fiscalização, seja por desconfiança em relação às intenções externas. Por esse motivo, o número final de entrevistas foi reduzido a 4 (quatro) participantes, o que, embora possa parecer um recorte pequeno, foi suficiente para revelar narrativas densas e representativas das dinâmicas de gênero, raça e sobrevivência no comércio ambulante.

Nas áreas escolhidas, observou-se também uma predominância numérica masculina entre os ambulantes, o que implicou um viés de seleção natural – as mulheres que aceitaram dialogar foram, em geral, aquelas mais abertas à interlocução no momento da coleta, o que pode ter modulado algumas dimensões do relato. Essas limitações não diminuem a profundidade das narrativas obtidas, mas impõem cautela quanto a extrapolações além do contexto estudado.

Diante dessas limitações, abrem-se possibilidades frutíferas para pesquisas futuras que aprofundem, de maneira articulada e sensível, tanto a dimensão racial quanto o debate sobre o direito à cidade das vendedoras ambulantes. Investigações subsequentes poderiam comparar, por exemplo, as vivências de ambulantes negras e não negras para evidenciar nuances do racismo estrutural no trabalho informal, ao mesmo tempo em que analisam como as práticas cotidianas de circulação e de apropriação dos espaços – e não apenas a presença física – configuram demandas por pertencimento e justiça espacial.

Estudos ampliados, baseados em mapeamentos participativos, análise de fluxos e rotas, etnografias longitudinais e amostras mais robustas, permitiriam articular dados qualitativos e geoespaciais e dar voz direta às próprias trabalhadoras; só assim seria possível tornar mais visíveis padrões de restrição, disputa e resistência no uso do espaço

urbano que permanecem invisíveis em recortes menores, oferecendo maiores subsídios para teorizar e intervir sobre as desigualdades que atravessam gênero, raça e território.

Já para a gestão pública de Araguaína, a pesquisa fornece subsídios concretos: inventariar e mapear os percursos e pontos de atuação das ambulantes permitiria formular políticas de ordenamento que respeitem o direito ao trabalho e a integridade dessas mulheres, em vez de políticas meramente sancionatórias. Medidas práticas – como roteiros autorizados, pontos de circulação regulados, programas de capacitação e microcrédito, protocolos de higiene e segurança, e espaços temporários/inclusivos que convivam com o comércio formal – podem ser desenhadas a partir dos dados aqui apresentados.

Isso é especialmente pertinente porque, embora existam iniciativas municipais voltadas a feiras, o campo revela lacunas na regulamentação das ambulantes itinerantes; políticas municipais participativas, informadas por levantamentos cartográficos e pelas narrativas qualitativas das próprias vendedoras, teriam condições de reduzir conflitos urbanos e promover inclusão socioeconômica sem apagar as estratégias de resistência e sustento que essas mulheres já reivindicam.

Em conclusão, as considerações finais desta dissertação ressaltam que o comércio informal ambulante, quando analisado sob a ótica de gênero e territorialidade, revela marcadores profundos de significado sobre a cidade e a sociedade contemporânea. As mulheres vendedoras ambulantes de Araguaína mostraram-se ao mesmo tempo vulneráveis e resistentes, submetidas a relações desiguais de poder e protagonistas de estratégias de sobrevivência.

A pesquisa contribuiu para dar visibilidade acadêmica a essas mulheres, cujas histórias carregam lições sobre resistência, solidariedade e direito à cidade. Espera-se que este trabalho inspire não apenas novos estudos, mas também ações concretas – por parte do poder público e da sociedade civil – que promovam o reconhecimento institucional e social dessas trabalhadoras. Somente quando a cidade for pensada “por” e “para” todos, incluindo as ambulantes que diariamente a transitam nas ruas e avenidas, será possível caminhar rumo a espaços urbanos mais justos, inclusivos e humanos.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO. Cardápio digital Araguaína – TO: lista de restaurantes e bares cadastrados. 2024. Disponível em: <https://www.abrahao.com.br/cardapio-digital-araguaina-to>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ABRAMO, Eliane. **Mulher e trabalho:** o caso das vendedoras ambulantes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Trabalho, gênero e precarização:** o caso do comércio informal. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ARAGUAÍNA (TO). **Decreto nº 030, de 4 de maio de 2021.** Dispõe sobre a criação, regulamentação e organização do Espaço Municipal de Comércio e Cultura “Feirinha”, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins. Diário Oficial do Município, Araguaína, TO, 4 maio 2021.

ARAGUAÍNA (TO). **Lei Municipal nº 3.452, de 7 de maio de 2024.** Regulamenta a Feira Livre no Setor Costa Esmeralda, no Município de Araguaína, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Araguaína, TO, 7 maio 2024.

ARAGUAÍNA (TO). **Lei Complementar nº 065, de 28 de dezembro de 2018.** Define valores das Taxas de Ocupação de Espaço Público e Realização de Eventos Temporários, instituídas pela Lei Complementar nº 058/2017, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Araguaína, TO, 28 dez. 2018.

ARAGUAÍNA (TO). **Lei Promulgada nº 2.992, de 15 de abril de 2016.** Dispõe sobre o funcionamento da Feira Livre no Residencial Vila Azul do Município de Araguaína e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Araguaína, TO, nº 1065, 20 abr. 2016.

ARAGUAÍNA (TO). **Lei nº 1.778, de 29 de dezembro de 1997.** Dá nova redação ao Código de Posturas do Município de Araguaína e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Araguaína, TO, 29 dez. 1997.

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS. PIB: 50% da economia tocantinense se concentra em sete cidades e Araguaína representa 10%. 2023. Disponível em: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/pib-50-da-economia-tocantinense-se-concentra-em-sete-cidades-e-araguaina-representa-10/36305>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ARAÚJO, Ayni Estevão de. **Peço licença às minhas mais velhas:** mulheres negras, agência política e ancestralidade, em São Paulo. 2021. 162 f. [Tese] Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2021.

BARROSO, Paulo Fábio. **Redes de solidariedade entre vendedores ambulantes da Rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre/RS.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 13, n. 30, p. 236-259, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/23093>. Acesso em: 17 maio 2025.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: o sistema de comunicação de massa do povo. Petrópolis: Vozes, 1971.

BERKHOUT, Esmé; Et Al. **O vírus da desigualdade**. Oxfam Brasil, jan. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/> Acesso em: 16 nov. 2024.

BHOWMIK, S. **Street vendors in Asia: a review**. Economic e Political Weekly, p. 2256-64, May 28 –June 4, 2005.

BOUÇAS, Rose Laila. **No olho da rua**: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Artigo 7º, inciso XVIII.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério das Mulheres. **1º Relatório nacional de transparência salarial e de critérios remuneratórios**. Brasília: MTE; MMulheres, 2024. Disponível em: <https://docs.google.com/presentation/d/1Fzz5Jm8iM2LvCMGVjlhwHWlaiYiDuoO7/edit#slide=id.p1>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRUNET, R. **Ê territoire dans ês turbulences**. Paris: Reclus, 224 p. 1990.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

BURIGO, Joanna. **Políticas de gênero no Brasil**: Uma Questão de Justiça. São Paulo: Editora Almedina, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren A. **The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. **The world underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy**. In: PORTES, Alejandro; CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Vozes. 1990.

CHEN, M. A. *Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment*. Kennedy School of Government, Harvard University, 2007.

CORDEIRO, Beatriz Pereira. **Dos vendedores ambulantes nos espaços de mobilidade do BRT Move de Belo Horizonte – práticas cotidianas e dinâmicas socioespaciais**. 2023. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52710>. Acesso em: 17 maio 2025.

DA MATTA, Roberto. **O que faz do Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DA SILVA, R. R. T. **O circuito inferior da economia urbana em Mossoró: a dinâmica do comércio ambulante**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2012.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes**. Boletim Especial – 8 de Março de 2024. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

DIEESE. **Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste**. Boletim Especial – Dia da Consciência Negra. São Paulo: Dieese, nov. 2024.

DIEESE. **Relatório mulheres 2024**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf> Acesso em: 28 set. 2024.

DIEESE. **A Reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota Técnica. Número 178. São Paulo: Dieese, maio 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIJÓ, Janaína; NERY, Natuza. **De inflexibilidade a jornada dupla: como o mercado empurra a mulher para o trabalho informal**. O Assunto. [podcast]. São Paulo: G1, 08/03/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/03/08/de-inflexibilidade-a-jornada-dupla-como-o-mercado-empurra-a-mulher-para-o-trabalho-informal.ghtml> Acesso em: 28 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. *The Subject and Power*. Critical Inquiry, v. 8, n. 4, 1982.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem Redistribuição?** Uma crítica à Justiça Cultural. São Paulo: Boitempo, 2003.

FREEMAN, Carla. *Is Local: Global as Feminine: Masculine?* Rethinking the Gender of Globalization. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 26, no. 4 p. 1007-1037, 2001.

FREIRE, Thássio Diego. **A publicidade informal utilizada pelos vendedores ambulantes em ônibus de Salvador**: análise dos influenciadores de consumo na decisão de compra. *Cairu em Revista*, Salvador, v. 9, n. 13, p. 153–170, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.cairu.br/index.php/cairu/article/view/672>. Acesso em: 17 maio 2025.

G1. Mapa mostra que mais de 30 bairros têm casos confirmados de coronavírus em Araguaína. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/05/01/mapa-mostra-que-mais-de-30-bairros-tem-casos-confirmados-de-coronavirus-em-araguaina.ghtml> Acesso em: 1 nov. 2024.

G1. De inflexibilidade à jornada dupla: como o mercado empurra a mulher para o trabalho informal. *O Assunto*, 08 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/03/08/de-inflexibilidade-a-jornada-dupla-como-o-mercado-empurra-a-mulher-para-o-trabalho-informal.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2024.

GABRIEL, Marcus Aurélio R. **Memórias e notas sobre pregões e vendedores de rua**. *História em Reflexão*, Dourados, v. 15, n. 29, p. 189–210, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/15256>. Acesso em: 17 maio 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. I. B. da (Org.). *Movimento negro em marcha*. Rio de Janeiro: Akbal, p. 223-244, 1984.

GOVERNO DO TOCANTINS. Tocantins é o primeiro estado da região Norte na geração de empregos em janeiro de 2024. Secretaria da Comunicação, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-e-o-primeiro-estado-da-regiao-norte-na-geracao-de-empregos-em-janeiro-de-2024/8pb8yzecrpu>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GUIGINSKI, Janaina; WAJNMAN, Simone. **A penalidade pela maternidade**: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.36, 1-26, e0090, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Copywrite 2013. Rio de Janeiro. PUC-Rio: Apicuri, Ed. 2016.

HALL, Stuart. **Raça, o significativo flutuante**. ZCultural [online]. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significativo-flutuante%EF%80%AA/> Acesso em: 29 set. 2024, v. 8, n. 2, 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

IBGE. Agência de Notícias. PNAD Contínua: em 2023, taxa anual de desocupação foi de 7,8% enquanto de taxa de subutilização foi de 18,0%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39025-pnad-continua-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-foi-de-7-8-enquanto-de-taxa-de-subutilizacao-foi-de-18-0#:~:text=6%2C1%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,aumento%20de%206%2C1%25>. Publicação: 31/01/2024. Editoria: Estatísticas Sociais. Acesso em: 22 maio 2024.

IBGE. PNAD contínua em 2023: taxa anual de desocupação foi de 7,8%, enquanto a taxa de subutilização foi de 18,0%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39025-pnad-continua-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-foi-de-7-8-enquanto-de-taxa-de-subutilizacao-foi-de-18-0#:~:~6%2C1%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas,aumento%20de%206%2C1%25> Acesso em: 22 maio 2024.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA. Em 2024 Tocantins atinge a menor taxa de desemprego desde 2012. 14 fev. 2025. Disponível em: <https://jornalprimeirapaginato.com/em-2024-tocantins-atinge-a-menor-taxa-de-desemprego-desde-2012/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KEHL, Maria Rita. **O que é Feminismo?** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.

MACIEL, Bianca A.; FERRARI, Carlos M. R. **Lições de folkmarketing**: a comunicação utilizada pelos vendedores ambulantes no ato da venda de seus produtos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 27., 2004, Porto Alegre. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0804-1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

MARQUES, Carlos Alberto da Costa. **O trabalho informal, a economia informal e os desafios associados à precarização do trabalho**. Revista FT, São Paulo, v. 29, Ed. 140/nov 2024. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202411131210, 13/11/2024.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ambulante/> Acesso em: 31 maio 2024.

MINAYO, M. C. de S. (2010). **Pesquisa social**: Teoria, Método e Criatividade. São Paulo: Editora Hucitec.

NOGUEIRA, M. O. **Um pirilampo no porão**: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no país. 2ª Ed. – Brasília: IPEA, 2019.

OOBRA. Nota técnica sobre o crescimento populacional de Araguaína. 2024. Disponível em: <https://oobra.com.br/nota-tecnica-sobre-o-crescimento-populacional-de-araguaina/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Desigualdades de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global**. 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/oit-desigualdades-de-genero-continuam-grandes-no-mercado-de-trabalho-global>. Acesso em: 28 set. 2024.

OXFAM BRASIL. **Superando desafios**: mulheres rurais e o direito à terra e ao território no Brasil. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-rural-e-desenvolvimento/superando-desafios/>. Acesso em: 28 set. 2024.

PAHO – Pan American Health Organization. **Análise de saúde com enfoque em gênero**: COVID-19 nas Américas. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55432> Acesso em: 22 maio 2024.

PAMPLONA, J. B. **Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013.
PEREIRA, Aires José. Leituras de Paisagens Urbanas: um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2013. (Tese de Doutorado)

PINTO, Sandro Ferreira; VAS, Braz Batista; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Ocupações urbanas e territorialidade como insurgência do comum**: estudo exploratório em Araguaína, Tocantins. Revista Tocantinense de Geografia, v. 13, n. 30, p. 491-516, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. Araguaína foi a cidade que mais gerou empregos no Tocantins em janeiro. 21 mar. 2023. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/araguaina-foi-a-cidade-que-mais-gerou-empregos-no-tocantins-em-janeiro>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. Em 2024, Araguaína já conta com R\$ 144,3 milhões captados para obras de pavimentação, tecnologia, cultura, saúde e segurança. 25 jan. 2024. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/em-2024-araguaina-ja-conta-com-r-144-3-milhoes-captados-para-obras-de-pavimentacao-tecnologia-cultura-saude-e-seguranca>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ed. Ática AS. 1993.

RAMIRES, Francisco José. **Severinos na metrópole**: a negação do trabalho na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAMOS, Diana Helene. **Preta, pobre e puta**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível

em: <https://feminismurbana.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/07/planejamento-urbano-regional-demografia-diana-helene-ramos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

REGINENSI, Caterine. **Etnografia de atividades de comércio informal**: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 119–142, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299004/html/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RIBEIRO, Renielle Sanches. **Um estudo sobre os acidentes de trânsito de Araguaína - TO envolvendo motociclistas entre (2013-2016)**. 2016. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, Araguaína, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, raça e classe**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGUEIRO, Teresa B. **Novas formas de comércio**. Rev. Finisterra, XXIV, 48, Lisboa, 1989, p. 151-217.

SANTIAGO, Luiz. **Trabalho Ambulante e Exclusão Social**: Uma Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

SANTOS, R. S.; PALMEIRA, M. S. A. **(Des)envolvimento regional no Tocantins**: da fronteira pioneira ao espaço estratégico do agronegócio. Espaço & Geografia, Vol.22, No 2, 477:519, ISSN: 1516-9375, 2019.

SASSEN, Saskia. *Cities and Social Conflict: An Introduction to the Special Issue. International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2, p. 500-505, 2000.
SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 1999.

SEBRAE. Empreendedorismo Feminino no Brasil - março 2019. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf Acesso em 22 maio 2024.

SEBRAE. Empreendedorismo feminino no Brasil - Março 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Pesquisa-Emp-Feminino-2022.pdf> Acesso em: 22 maio 2024.

SEBRAE. OBSERVATÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Perfil empresarial por município: Araguaína – TO. Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/araguaina>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVEIRA, Maria Laura. **Entrevista com a professora Maria Laura Silveira**. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, nº 04, mai. 2008.

SINGER, P. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-cultural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: Hucitec, 1979.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57–71, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20856. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20856>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano**. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 362-400). São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Mariana. **Políticas públicas para o comércio informal**: o papel das mulheres. In: XX Encontro Nacional de Economia Política. 2010.

SPRADLEY, James P. *Participant Observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston. ISBN 0-03-044501-9, 1980.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. (Feminismos Plurais / coor. Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2021.

TELLES, Edson. **Racismo à Brasileira**: Uma Nova Perspectiva sobre a Desigualdade. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

APÊNDICE

PERGUNTAS UTILIZADAS NAS ENTREVISTAS:

1. Pode contar um pouco sobre sua trajetória como vendedora ambulante? Como começou? Você exercia outra atividade antes de se tornar uma vendedora ambulante? Quais foram os principais desafios que enfrentou inicialmente?

2. A pandemia de COVID-19 impactou sua atividade como vendedora ambulante? Houve mudanças significativas em sua rotina de trabalho e nas dinâmicas de venda?

3. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta diariamente em sua atividade? Você já teve problemas relacionados à segurança, assédio e falta de respeito no espaço público? Você mantém contato com outras vendedoras para se manter informada sobre a rotina das vendas, locais seguros e melhores lugares para frequentar?

4. Você já enfrentou algum tipo de discriminação ou preconceito por ser mulher no exercício de sua atividade como vendedora ambulante? Caso se sinta confortável, pode compartilhar alguma experiência específica?

5. Como você percebe a regulamentação municipal em relação ao comércio ambulante em Araguaína? Existem normas ou leis que facilitam ou dificultam seu trabalho?

6. Quais estratégias você utiliza para driblar as dificuldades e manter sua atividade? Você conta com alguma rede de apoio, seja de outras vendedoras, familiares ou amigos? Sua família lhe acompanha ou já lhe acompanhou no exercício do seu trabalho?

7. Como você vê a questão da territorialidade em sua atividade? Existe alguma área específica da cidade onde você prefere trabalhar? Se sim, por que escolheu esse local? Existem áreas específicas da cidade que são evitadas? Se sim, quais são elas e por qual motivo?

8. Pode nos falar sobre a importância das redes de apoio em sua vida, tanto no contexto pessoal quanto profissional? Como essas redes ajudam a superar os desafios do dia a dia?

9. Você acredita que a identidade de vendedora ambulante influencia sua vida pessoal e social de alguma forma? Em caso afirmativo, de que maneira?

10. Quais são suas aspirações para o futuro em relação ao seu trabalho como vendedora ambulante? Existe algum desejo ou objetivo específico que gostaria de alcançar?